

Agenda de Desenvolvimento Territorial

ADT do Consórcio Intermunicipal do Tapajós



Brasília
Novembro de 2014

Sumário

Introdução.....	5
Parte I - Agenda de Desenvolvimento Territorial	7
Parte II - Histórico da ADT Tapajós	13
Parte III - Diagnóstico Territorial	23
1. Introdução	23
2. População	23
3. PIB Municipal e ocupação.....	24
4. Desenvolvimento Humano	29
5. Saúde	31
6. Segurança Pública.....	32
7. Crédito	33
8. Finanças Municipais.....	33
9. Território e agropecuária	35
10. Produção Pecuária	37
11. Produção Agrícola – culturas temporárias e permanentes.....	39
12. Extração Vegetal e Silvicultura	40
13. Desmatamento	41
14. Mineração.....	49
Parte IV – Intervenção Privada.....	51
1. Introdução	51
2. Soja: Cadeia logística de escoamento pelo “Arco Norte”.....	51
3. Soja: avanço da área plantada no Brasil e na Floresta Amazônica.....	56
4. Soja, pecuária e evolução do desmatamento no Pará e na região de Integração do Tapajós: aproximações preliminares.....	60
5. Mineração.....	67
6. Considerações finais	70
Parte V – Intervenções Governamentais	73
1. Introdução	73
2. Dimensão Econômica.....	75
2.1. Infraestrutura de Transportes	75
2.1.1. Estradas Vicinais	75
2.1.2. Transporte Rodoviário	75
2.1.3. Transporte Aquaviário	80
2.2. Infraestrutura Energética	81
2.2.1. Impactos ambientais e regionais apresentados pelo EIA/RIMA do AHE de São Luiz do Tapajós.....	83
2.3. Infraestrutura de Comunicação	85
2.4. Atividades Intensivas em Recursos Naturais - Mineração	86
1. Do Governo Federal.....	86
2. Do Governo Estadual	89
3. Dimensão Social.....	90
3.1. Saúde	91

3.2.	Brasil Sem Miséria	95
3.3.	Garantia e Transferência de Renda	95
3.4.	Inclusão Produtiva	97
3.5.	Acesso a Serviços – Assistência Social – SUAS	99
3.6.	Educação.....	101
3.6.1.	Educação Básica	101
3.6.2.	Educação Superior	104
3.6.3.	Educação Profissional e Técnica.....	108
3.7.	Infraestrutura Social	108
3.8.	Terras Indígenas	111
3.9.	Justiça e Segurança Cidadã	117
3.9.1.	Segurança Pública	117
3.9.2.	Direito das Crianças e dos Adolescentes	120
4.	Trabalho e Renda	124
4.1.	Geração de Emprego e Renda	124
4.2.	Desenvolvimento Agrário	124

Parte V - Reflexões dos Atores Locais..... 127

1.	Introdução	127
2.	Acesso a Direitos (Dimensão Social)	128
2.1.	Saúde	128
2.2.	Assistência Social	128
2.3.	Educação.....	128
2.4.	Habitação e Saneamento.....	129
2.5.	Regularização Fundiária.....	129
2.6.	Segurança Pública e Mobilidade Urbana	130
2.7.	Esporte e Lazer	130
3.	Fortalecimento Institucional (Dimensão Institucional).....	130
3.1.	Capacitação.....	130
3.2.	Gestão.....	130
3.3.	Finanças	131
3.4.	Acesso a Programas de Governo	131
4.	Inclusão Produtiva e Meio Ambiente (Dimensão Ambiental e Territorial)	132
4.1.	Qualificação Técnica e Extensão Rural	132
4.2.	Regularização Fundiária.....	132
4.3.	Infraestrutura Local	132
5.	Fomento à Produção, Comercialização e Geração de Renda.....	133
6.	Infraestrutura (Dimensão Econômica)	134
6.1.	Logística e Transporte	134
6.2.	Transporte Rodoviário - Ponte sobre o Rio Tapajós	135
6.3.	Energia	136
6.4.	Habitação e Saneamento.....	136
6.5.	Inclusão Digital e Bancarização.....	136
7.	Síntese dos Atores Locais.....	137

Parte VI - Agenda de Convergência 139

Referências Bibliográficas 143

Introdução

O fortalecimento da função de planejamento é tarefa fundamental para que ocorram a melhoria do bem estar e a ampliação dos investimentos públicos e privados no país. Para que esta janela de oportunidade seja adequadamente aproveitada, é preciso que os entes federados fortaleçam parcerias em torno das suas estratégias de desenvolvimento, o que requer trabalho cooperativo.

A etapa atual de desenvolvimento brasileiro em todas suas dimensões e a complexidade dos desafios a enfrentar demandam cooperação federativa e participação social. Nessa linha, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP vem desenvolvendo iniciativas voltadas ao fortalecimento do planejamento visando promover a articulação e a sinergia entre as políticas públicas estabelecidas no âmbito dos planos plurianuais dos entes federados.

Nesse sentido, duas iniciativas que foram desenvolvidas merecem destaque: o apoio técnico à elaboração e implementação dos planos plurianuais municipais para o período 2014-2017; e as Agendas de Desenvolvimento Territorial (ADT). O objetivo comum a essas iniciativas é construir uma plataforma de diálogo permanente entre as esferas de governo, tendo como suporte os Planos Plurianuais (PPAs) federal, estaduais e municipais.

Além dessas três esferas de governo, o MP tem estimulado a elaboração de PPAs Territoriais Participativos no âmbito de consórcios intermunicipais multifinalitários. Portanto, todos esses planos são fundamentais, pois informam as ações dos governos com repercussão sobre o seu território, ao mesmo tempo em que auscultam as demandas das administrações municipais e são insumos fundamentais para elaboração e implementação das ADTs. No médio prazo, espera-se que os PPAs construídos sobre novas bases influenciem as ADTs, incidindo sobre as estratégias e as definições de novos investimentos.

Nesse sentido, a presente publicação tem o objetivo de apresentar reflexões acerca da ADT construída para o território do Consórcio Intermunicipal do Tapajós, formado pelos municípios de Aveiro, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão, localizados no sudoeste do estado do Pará.

Para melhor organização das ideias apresentadas, o texto encontra-se segmentado em sete partes. A primeira refere-se a aspectos conceituais que norteiam uma Agenda de Desenvolvimento Territorial, aportando conteúdo formal necessário para a compreensão acerca dessa temática. O histórico da ADT Tapajós é abordado na segunda parte, trazendo à tona as ações desenvolvidas sob coordenação do MP para que fosse possível o alcance do estágio atual da Agenda.

A seguir, a terceira parte apresenta uma contextualização da região do Consórcio Intermunicipal do Tapajós, exibindo dados socioeconômicos, culturais, territoriais e ambientais que justificam a importância de organização de uma Agenda específica para o território a que se refere.

A parte 4 descreve as ações referentes à intervenção privada na região, principalmente aquelas relacionadas ao complexo da soja e à mineração. Logo em seguida, a quinta parte descreve o conjunto de intervenções governamentais na região do Tapajós, considerando as diversas dimensões em que se organiza a ação estatal, quais sejam:

- (i) Econômica;
- (ii) Social;
- (iii) Ambiental;
- (iv) Territorial; e
- (v) Político-institucional.

As reflexões dos atores locais sobre seu Território integram a sexta parte, expressando sua compreensão acerca da composição da ADT e debatendo a respeito da inserção da dimensão territorial no planejamento governamental.

Por fim, a última parte apresenta a Agenda de Convergência construída pelo processo de identificação de demandas da sociedade e da oferta de programas governamentais das três esferas de governo.

Parte I - Agenda de Desenvolvimento Territorial

A estratégia de elaboração das ADTs – conduzida pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI/MP) – almeja inserir a dimensão territorial no processo de planejamento do desenvolvimento. Esse procedimento significa: uma orientação da oferta das políticas públicas às demandas territorialmente definidas; a escolha do território como plataforma de integração entre as políticas públicas; e a promoção de processos de articulação/pactuação federativa e de participação social.

O planejamento territorial demanda a identificação de complementaridades e convergências entre as estratégias políticas e administrativas construídas nas diversas esferas de governo (federal, estadual, municipal e outros entes territoriais, como os Consórcios) e que devem estar explicitadas em seus PPAs. Nesse sentido, a ADT tem como objetivo refletir as interações entre as estratégias explicitadas pelos planos desses entes governamentais, bem como o conjunto de ações estruturantes que emergem dessas estratégias.

As ações estruturantes, planejadas e/ou em execução pelos diversos tipos de governo, seguem, na maioria das vezes, lógicas específicas a cada setor de ação governamental (transporte, saúde, educação etc.), e ensejam dinâmicas territoriais próprias. Fortalecer a cooperação federativa em torno das ADTs permitirá ao Estado e à sociedade ter maior clareza sobre essas dinâmicas, inclusive suas lacunas, agregando qualidade no exercício permanente de planejamento público, ao tempo em que reconhece as múltiplas referências espaciais que orientam a ação estatal.

Peças fundamentais dessa sistemática são os PPAs desses entes governamentais, que devem contemplar as iniciativas estruturantes do setor público. Além disso, é importante a identificação dos investimentos privados em curso no território. Tais elementos são referência para a construção das ADTs e serão insumos para construção do PPA do governo federal de 2016-2019. É mais uma oportunidade de articulação com os planos de desenvolvimento local construídos em fóruns específicos já constituídos entre o setor público e a sociedade. A sistemática para a construção da ADT está demonstrada na Figura 1.

Figura 1 – Sistemática para construção da ADT



Elaboração: SPI/MP

O método adotado valoriza a diversidade de lógicas e estratégias que informam os planos, políticas e programas temáticos, reconhecendo múltiplas escalas e recortes territoriais, ao mesmo tempo em que busca a articulação e pactuação para o desenvolvimento da ação no território.

A partir dessa premissa, e tendo o PPA federal como referência inicial, o MP apresenta a descrição de políticas e iniciativas com recorte territorial¹. Em paralelo, os demais entes governamentais envolvidos (governos estaduais e outros entes territoriais) fazem exercício similar e apresentam a visão estratégica de seus planejamentos, incorporando os seus projetos prioritários à ADT.

Não se pretende focar apenas nos investimentos (no sentido de despesas de capital). Despesas correntes, iniciativas institucionais e financiamentos extra-orçamentários também podem ser incluídos. Por exemplo, em áreas deprimidas, as políticas compensatórias de transferência de renda, além de resgatarem a dignidade dos destinatários, movimentam a economia local.

Para auxiliar na reflexão, sugere-se identificar iniciativas:

- Indutoras do desenvolvimento em zonas de ocupação recente (relacionar com as vocações ou com as necessidades identificadas);

¹ A atual dimensão estratégica do PPA Federal permite visualizar os seis eixos com os quais se pretende governar o padrão nacional de desenvolvimento (Macroeconomia para o desenvolvimento, Sistema de proteção social, Infraestrutura, Produção com sustentabilidade e inovação, Inserção internacional e Estado, planejamento, federalismo e gestão) e as três frentes de expansão que têm alavancado os investimentos no país (Produção e consumo de massa, Infraestrutura e Atividades baseadas em recursos naturais).

- Consolidadoras de áreas dinâmicas;
- Para aproveitamento de vocações locais e redução de desigualdades em áreas deprimidas;
- Características dos atendimentos universais, com impacto local (educação, saúde);
- Com cobertura de programas de transferência compensatória ou distributiva de renda (bolsa-família, salário-educação, programas estaduais);
- Prioritárias para integração territorial;
- Capazes de alterar a dinâmica produtiva e agregar valor à produção (incentivo à pesquisa, desenvolvimento e inovação, existência de centros de pesquisas, universidades e escolas técnicas, arranjos produtivos locais etc.);
- Relativas a linhas de crédito específicas para culturas ou atividades produtivas dominantes na área.

Os planos locais e regionais de desenvolvimento, quando existentes, também devem ser considerados. Além disso, os Governos Estaduais e o Governo Federal precisam reforçar os mecanismos de participação social, promovendo o diálogo federativo entre a estratégia de desenvolvimento desejada pelo território e aquelas propostas pelos diferentes atores envolvidos.

Devem-se agregar, ainda, as informações a respeito dos investimentos produtivos em curso ou previstos para a região, bem como dos arranjos produtivos locais já identificados. Dessa forma, é possível mapear as complementaridades entre os projetos previstos pelo setor público e pelo setor privado, de modo a potencializar seus impactos e ampliar as conexões que integrem os territórios às redes estabelecidas e projetadas.

Os passos seguintes são produtos da ação conjunta dos governos, com identificação de convergências, complementaridades, lacunas e divergências entre as estratégias e intervenções realizadas no território. Devem partir de uma compreensão sistêmica do diálogo possível entre as estratégias e as intervenções estruturantes, a fim de identificar convergências e promover complementaridades.

Desse ponto resulta uma análise de potencial de cooperação federativa que identifica quatro tipos de intervenções:

- Ações que poderiam ser potencializadas pela articulação entre o Ministério do Planejamento, as secretarias estaduais e municipais de planejamento;
- Ações estruturantes para o território que já estão equacionadas, seja porque estão concluídas, seja porque estão com implementação adiantada;
- Ações em que há divergências entre os planos federal, estadual e municipal; e
- Lacunas nos planos dos governos federal, estaduais e municipais para atendimento das demandas identificadas no território.

O desenvolvimento das ADTs deve favorecer a construção de um Sistema Nacional de Planejamento Democrático e Participativo, que busque ampliar o horizonte do planejamento governamental, atuando de modo a contornar as brechas entre os ciclos de planejamento dos governos federal e estadual e o dos governos municipais. Hoje, por exemplo, os PPAs dos governos federal e estaduais referem-se ao planejamento do período de 2012 a 2015 e o dos PPAs municipais ao ciclo de 2014 a 2017. Considerando que a maioria das políticas públicas depende de institucionalidades que envolvem os três entes federados, o processo de

implementação das ações governamentais acaba sofrendo interrupções que comprometem o desempenho e o resultado do planejamento estatal.

O Sistema Nacional de Planejamento deve ampliar as oportunidades de articulação das políticas públicas nas múltiplas escalas do planejamento territorial, incluindo as dimensões econômicas, social, política e institucional. O planejamento territorial seria o fator estruturante e a âncora que permitiria dar maior estabilidade, no tempo, à agenda governamental de interesse nacional, aos ciclos de políticas públicas e de investimentos estatais e privados.

As Agendas pressupõem o compromisso formal dos estados e dos municípios interessados na sua construção. O instrumento utilizado para consolidar o acordo tem sido um termo de cooperação assinado pelos governos federal, por meio do MP, estadual e municipais.

O MP considera que os consórcios públicos intermunicipais, constituídos com base na Lei nº 11.107, de 2005, são instituições que facilitam o diálogo interfederativo e a governança das Agendas, por isso, os municípios que já optaram por esse arranjo cooperativo, serão os parceiros prioritários para a implementação das ADTs.

Nesse caso, como primeiro passo para a construção das ADTs, os Consórcios devem assumir o compromisso de elaborar um instrumento de planejamento plurianual territorial e participativo que expresse as prioridades dos municípios consorciados.

A SPI/MP organizou o Seminário “PPAs Territoriais Participativos”, realizado em Brasília entre os dias 26 e 27 de fevereiro de 2014, com o objetivo de apresentar essa proposta para 33 consórcios públicos multifinalitários que visam ao desenvolvimento regional.

A Governança do processo de elaboração dos PPAs Territoriais Participativos será exercida pelos MP e pelas Secretarias Geral e de Relações Institucionais da Presidência da República. As ministras Miriam Belchior e Ideli Salvati e o Ministro Gilberto Carvalho abriram o Seminário e assinaram os termos de cooperação com os vinte consórcios que confirmaram participação no Projeto.

Figura 2 – Seminário PPAs Territoriais Participativos



Fonte: ASCOM/MP

Em síntese, a ADT é uma plataforma de diálogo interfederativo e de pactuação social para o desenvolvimento territorial. Pretende fortalecer os PPAs federal, estaduais e municipais, como instrumentos de planejamento e gestão; fortalecer a cooperação federativa e o planejamento do desenvolvimento nacional.

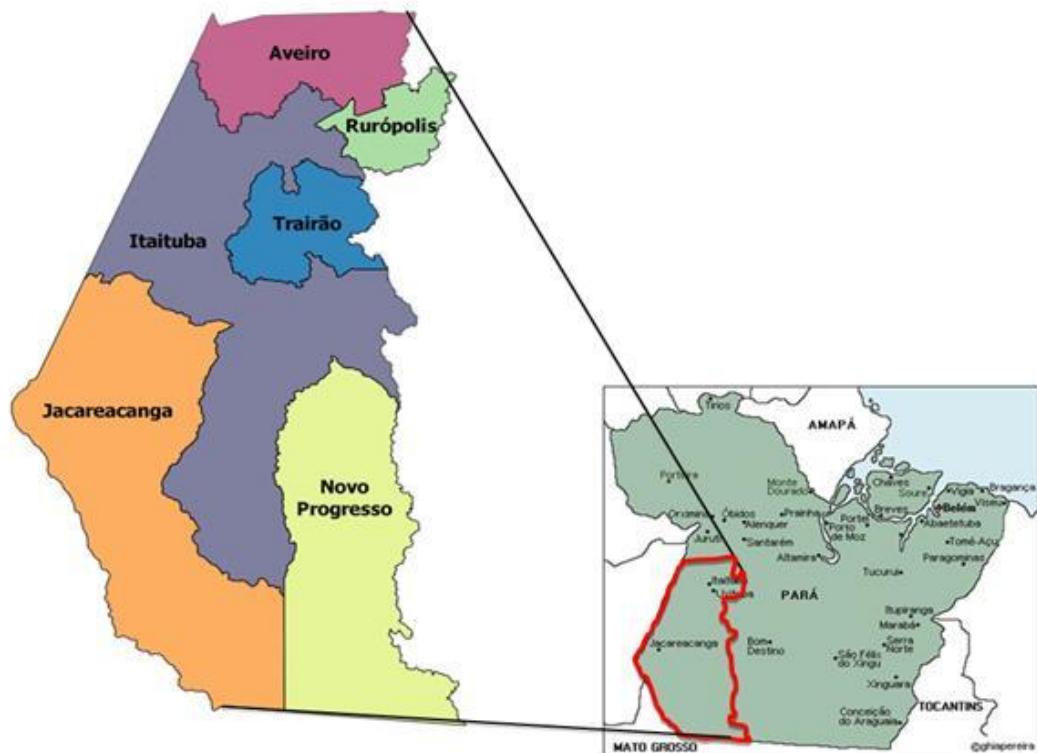
O monitoramento das ADTs baseia-se na construção de instrumentos e arranjos que favoreçam o nível de execução das ações priorizadas pelos entes federados envolvidos na agenda.

Como ferramenta de apoio, e sem prejuízo do uso dos sistemas de monitoramento já adotados por cada ente federado, o Ministério do Planejamento sugere a adoção da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE (ver www.inde.gov.br), cujo acesso é público, via internet. Criada pelo Decreto 6.666, de 2008, a INDE tem por objetivo congregar dados geoespaciais produzidos pela Administração Pública em um único portal de internet, permitindo o uso racional das informações geográficas e a disseminação da cultura de visualização das políticas públicas no território.

Esse Decreto obriga o compartilhamento dessas informações no âmbito do Governo Federal e facilita a adesão dos demais entes federados à plataforma de convergência de informações georreferenciadas. À medida que cada ente federado compartilhar suas informações na INDE, será possível avançar com parcerias que mitiguem sobreposições e potencializem complementaridades na ação governamental por meio de agendas de desenvolvimento territorial.

Para inserir as suas informações na INDE, os governos estaduais e municipais devem tornar-se “nós” descentralizados do sistema, alimentando e atualizando os dados diretamente das suas bases. O Ministério do Planejamento presta apoio necessário para a concretização desse procedimento.

Parte II - Histórico da ADT Tapajós



As enormes especificidades e diversidades do contexto econômico, social e ambiental tornam complexo qualquer encaminhamento a soluções dos problemas da região da BR-163, considerada fundamental para o desenvolvimento do Estado do Pará.

Em 2008, deu-se a inserção do território da BR-163 no Programa Territórios da Cidadania. A governança e a institucionalidade construídas nesse território fundamentaram a decisão da SPI/MP e da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) de mobilizar os atores locais, na perspectiva do desenvolvimento com foco no acesso a direitos e a serviços públicos de qualidade, na busca pela diminuição da desigualdade.

No processo de diálogo para a construção de uma agenda de desenvolvimento com os municípios da região – Aveiro, Itaituba, Novo Progresso, Rurópolis, Trairão e Jacareacanga –, observou-se que já havia sido constituído um consórcio intermunicipal multifinanciaritário, o do Tapajós, que engloba esses municípios. Assim, reorientou-se a busca da cooperação no âmbito desse território, por meio do alinhamento dos Planos Plurianuais – PPAs dos entes federados com o Consórcio Tapajós, objetivando traduzir um projeto de desenvolvimento aderente às políticas públicas que incidem na região. Importante salientar que o MP e o Estado do Pará,

em 10 de maio de 2013 (DOU – 21/05/2013), firmaram Acordo de Cooperação Técnica para a construção e monitoramento compartilhado de uma agenda de desenvolvimento territorial e para a formação de capacidades em apoio à elaboração e gestão dos Planos Plurianuais dos Municípios do Estado.

Nesse sentido, foi realizada em Santarém, entre os dias 03 e 04 de outubro de 2013, a Oficina de Qualificação e Alinhamento dos PPAs Federal, Estadual e Municipais no Território da Cidadania da BR-163, envolvendo o Consórcio Intermunicipal do Tapajós. Nesse encontro a SPI/MP propôs a Agenda de Desenvolvimento Territorial – ADT com o Consórcio local, com o objetivo de construir uma visão compartilhada de planejamento a partir da convergência da estratégia federal e da estadual, sobretudo nas intervenções em execução ou planejadas. Para isso, foi pactuada entre o Governo Federal e os municípios do território a elaboração de um inédito Plano Plurianual Regional, a fim de ser a expressão da sinergia a partir da identificação dos desafios e prioridades do desenvolvimento local.

Nesse encontro surgiu a proposta de alguns eixos orientadores para a construção dessa Agenda, tais como: a Proteção Social e Acesso a Direitos; a Produção com Sustentabilidade; a Inovação; e a Infraestrutura. Além disso, foi encaminhada proposta de cooperação com a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), para extensão e qualificação das políticas públicas, considerando as especificidades da região.

Figura 3 – Oficina de Qualificação e Alinhamento dos PPAs



Fonte: jornal "O Estado do Tapajós"

Os municípios da região também foram encorajados a participar dos módulos do curso de elaboração e implementação dos PPAs. Esses módulos focam a elaboração de projetos, o monitoramento e a avaliação do PPA. Com isso, busca-se complementar a formação e ampliar as capacidades de execução das iniciativas planejadas.

Outra reunião de trabalho da ADT com a participação de todos foi realizada no município de Trairão nos dias 05 e 06 de dezembro de 2013, que deu início, efetivamente, à discussão do PPA Regional do Consórcio. Tratou-se do seminário “Agenda de Desenvolvimento Territorial”, que contou com a participação do MDA, do Governo do Estado do Pará, por meio da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças – SEPOF, a representação regional da Caixa Econômica Federal – Caixa, do Banco do Brasil – BB, da Eletronorte, além do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA. No evento, além dos

chefes dos poderes executivo locais, estiveram presentes secretários e vereadores dos diversos municípios que integram o Consórcio.

Em uma das mesas, intitulada "O desenvolvimento regional e os municípios", os prefeitos dos municípios expuseram os principais desafios do território: os impactos das intervenções públicas e privadas planejadas e em curso, como os novos terminais portuários para o escoamento da soja; a integração rodoviária entre a região de Miritituba e o município de Itaituba; os efeitos sociais do asfaltamento da BR-163 e da BR-230, como o crescimento da exploração sexual; e o esperado aumento de demanda por atendimento à saúde local, em transição de uma atenção básica para a de alta complexidade, em virtude do aumento vertiginoso do tráfego rodoviário.

Figura 4 – Efeitos sociais do asfaltamento da BR-163



Fonte: ASCOM/MP

Ao Ministério do Planejamento coube apresentar a dimensão estratégica do PPA 2012-2015, com ênfase para a estratégia de desenvolvimento para a região. O Governo do Estado, por sua vez, apresentou as principais diretrizes do seu Plano Plurianual.

Figura 5 – Seminário “Agenda de Desenvolvimento Territorial”



Os resultados do seminário subsidiaram os trabalhos de grupos de discussão reunidos em oficinas realizadas em Brasília. Dessa forma, a articulação interministerial, voltada a assegurar políticas públicas para o território abrangido pelo Consórcio, focou na definição estratégica de prioridades do desenvolvimento regional.

Essas oficinas ocorreram no início do mês de novembro de 2013 com a participação de cerca de trinta órgãos da Administração Federal, que sistematizaram as ações e os investimentos previstos na região no médio e longo prazo, especialmente quanto: aos planos e as diretrizes setoriais que orientarão as ações e os investimentos na região; ao diagnóstico dos impactos das ações e investimentos na região, quando existir; ao modelo de gestão proposto para o desenvolvimento das ações setoriais no território; e ao modelo utilizado de participação social ou consulta à sociedade.

Em continuidade a essa construção conjunta, o Ministério do Planejamento, por meio da SPI, organizou o Seminário “PPAs Territoriais Participativos”, realizado em Brasília entre os dias 26 e 27 de fevereiro de 2014, no qual houve um momento específico para a discussão com o Consórcio Tapajós. Estiveram presentes nesse seminário os prefeitos do Consórcio e representantes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, do MDA, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, que discutiram, com o devido enfoque para a região do Tapajós, o programa Brasil Sem Miséria, a inclusão produtiva e a regularização fundiária.

Figura 6 – Seminário PPAs Territoriais Participativos



Fonte: ASCOM/MP

Na programação geral do Seminário, o Consórcio do Tapajós expôs sua experiência para todo o Brasil na mesa "PPAs Regionais: Casos Concretos", junto com o prefeito de São Bernardo do Campo-SP e presidente do Consórcio do ABC Paulista e do prefeito de Mundo Novo-BA e presidente do Consórcio da Chapada Diamantina. Nesse contexto, o Consórcio do Tapajós foi um dos seis escolhidos para pactuar o Termo de Compromisso para a elaboração

dos Planos Plurianuais Territoriais Participativos com os ministros do Planejamento, das Relações Institucionais e da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Figura 7 – PPAs Regionais: casos concretos



Fonte: ASCOM/MP

Em 14 de maio de 2014, a SPI/MP realizou outro encontro com Consórcio Tapajós, novamente na capital federal. A reunião contou com a participação da Secretaria da SPI/MP, da Secretaria de Patrimônio da União do MP, dos prefeitos de Trairão, de Aveiro e de Novo Progresso, de representante do Prefeito de Itaituba, do Secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação, da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário e da Assessora Especial da Presidência do BNDES, entre outras autoridades. Também participaram da reunião, representantes de diversos órgãos: Ministério do Meio Ambiente; Secretaria de Portos; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; Secretaria-Geral da Presidência da República; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; Ministério da Cultura; e Ministério de Minas e Energia.

A Secretaria da SPI fez a abertura e uma rápida apresentação da proposta das Agendas de Desenvolvimento Territorial. A ADT do Tapajós foi apresentada pela Secretaria como base para a formulação de um parâmetro que será aplicado ao PPA territorial. A proposta da ADT é levar para cada território o objetivo simultâneo de crescimento econômico e redução das desigualdades sociais e regionais. A expansão dos investimentos, inclusive para a exploração sustentável dos recursos naturais, estaria em consonância com esse objetivo.

Em seguida, houve a exposição do Secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino a respeito do Plano Nacional de Educação (PNE) 2010-2020. O Secretário disse que sua equipe tem desenvolvido ações específicas na região do Xingu há dois anos, mas percebe que os problemas do Tapajós são mais complexos. A ADT do Tapajós busca articular o PNE com o Plano Estadual de Educação do Pará, com o Plano Regional de Educação do Tapajós e com os Planos Municipais de Educação.

Ainda, foram discutidos o Plano Safra, a regularização fundiária e a problemática logística no território. Em complemento aos temas, cada prefeito ou representante expôs seu comentário relacionado à respectiva região.

Dando continuidade ao processo de pactuação e discussão com atores locais, foi realizado um encontro nos dias 05 e 06 de junho no Instituto Federal do Pará – IFPA. Estiveram presentes nesse encontro prefeitos municipais do Consórcio Tapajós, secretários municipais, dirigente da EMATER, representando o governo estadual e gestores federais de vários órgãos. Pela Sociedade Civil, estavam presentes representantes do Fórum das Entidades de Itaituba, do Movimento “Somos Todos Tapajós”, da Associação Nacional do Ouro (mineração), da Associação dos Produtores Agroflorestais da Transamazônica (meio ambiente - extrativistas), da Associação dos Produtores Rurais (pequenos e médios produtores rurais) e da Câmara de Dirigentes Lojistas – a CDL (comércio). .

O Diretor de Planejamento da SPI/MP apresentou o 1º Relatório elaborado para a região, no qual consta um diagnóstico situacional e as intervenções públicas e privadas, bem como as ações governamentais previstas em nível federal. A estrutura do diagnóstico contemplou áreas como: logística integrada; energia; mineração; regularização fundiária; geração de emprego e renda; direitos sociais; crédito; entre outras. A expectativa era alcançar uma visão ampla da intervenção do Governo Federal na região do Tapajós que possa orientar a identificação das complementaridades e convergências possíveis de ações e estratégias.

Figura 08 – Mesa inaugural do evento sobre a ADT-Tapajós



Fonte: SPI/MP

Posteriormente, o BNDES apresentou as linhas de financiamento que poderiam ser disponibilizadas para a região. O Ministério do Meio Ambiente explicou que o órgão mobilizou suas áreas internas com o intuito de construir um plano de ação, destacando o

envolvimento do ICMBio, do Serviço Florestal Brasileiro, do IBAMA, da Secretaria de Mudanças Climáticas e da Secretaria de Recursos Hídricos. A SPU, por seu turno, apresentou sua estratégia para demarcação de áreas da União na região do Tapajós, utilizando mapas e mosaicos de imagens de satélite. Ainda, a Secretaria de Regularização Fundiária da Amazônia Legal do MDA relatou as ações em andamento no Tapajós e mostrou uma série de demandas e fragilidades do órgão na região.

Durante os debates, houve a oportunidade de representantes da sociedade civil tratar de demandas locais e de questões como a participação social no processo de construção da ADT Tapajós.

Figura 09 – Audiência presente ao evento



Fonte: SPI/MP

Nos dias 21 e 22 de agosto, a SPI/MP promoveu em parceria com o Consórcio Intermunicipal do Tapajós mais uma reunião no município de Itaituba, em continuidade ao processo de construção da ADT Tapajós. No primeiro dia do evento, houve a apresentação de planos territoriais elaborados e que contemplam a região: o Plano BR-163 Sustentável e o Plano Amazônia Sustentável (PAS). Em ambos os casos, abordaram-se os aspectos conceituais que orientaram a elaboração dos planos, os avanços alcançados e os entraves para sua efetiva implementação.

Ademais, como forma de disseminar uma experiência com características semelhantes ao que está sendo vivenciado pela região do consórcio, expôs-se o Plano de Desenvolvimento

Regional Sustentável do Xingu (PDRS Xingu), principalmente, o estágio em que se encontra. Enfatizaram-se temas tais como: a formulação do modelo de governança em funcionamento, os mecanismos de participação social e as fontes de financiamento. Esses instrumentos permitem manter um olhar permanente em torno do território, viabilizam a organização política para o debate de questões estratégicas e dão o suporte necessário para a implementação de ações que busquem a apropriação do desenvolvimento decorrente da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Os prefeitos dos municípios integrantes do Consórcio intermunicipal do Tapajós atuaram como debatedores no seminário e foram responsáveis pela inserção de reflexões em torno do alcance dos Planos. O Secretário de Planejamento de Altamira, por sua vez, contribuiu com a visão institucional do impacto do PDRS Xingu na região. Ele debateu sobre o modelo de governança adotado pelo Plano e as formas encontradas para seu eficiente funcionamento, entre as quais a dinâmica de colegiados, câmaras técnicas e comitês, além da participação social.

Com o intuito de contribuir para a construção da ADT Tapajós, outras reflexões a respeito da implantação do PDRS Xingu foram abordadas por atores que desempenham papel relevante nesse processo: BNDES, Governo Estadual e Secretaria do Plano de Aceleração do Crescimento do Ministério do Planejamento (SEPAC/MP).

Figura 10 – Mesa inaugural da reunião em Itaituba sobre a ADT-Tapajós



Fonte: SPI/MP

A programação do evento no dia 22 de agosto esteve voltada para a discussão de planos setoriais que integrem a ADT Tapajós, principalmente dos setores considerados estratégicos para a região. Dessa forma, foram organizadas oficinas para se debater os fundamentos necessários à viabilização de planos nas áreas de saúde, educação, ordenamento territorial e mineração. Técnicos de órgão federais trataram dos programas e respectivas ações que são implantadas na região do Tapajós. Com a participação de servidores estaduais e municipais, e

de representantes da sociedade civil, da academia, e dos poderes executivo e legislativo locais, os debates resultaram em subsídios importantes para a elaboração dos planos setoriais.

Figura 11 – Audiência presente à reunião em Itaituba



Fonte: SPI/MP

Como encaminhamento dessas oficinas, decidiu-se pela mobilização entre representantes do MEC e das Secretarias Municipais de Educação, com o objetivo de formular um plano regional de educação para o Tapajós, que contemple as especificidades de educação indígena e rural. Na área da saúde, surgiu a proposta de criação de um Grupo de Trabalho, vinculado ao Consórcio Tapajós, que será responsável pela elaboração de um Plano de Ação de Saúde. Tendo em vista a fragilidade no ordenamento territorial na região, a solução levantada no âmbito da ADT foi a criação de uma câmara técnica ou comitê para estabelecer um diálogo, ou outra forma específica de interação institucional, com o Programa Terra Legal, elegendo as prioridades de regularização fundiária. Quanto à mineração, a recomendação declarada diz respeito à criação do Plano Regional de Mineração, atentando para assuntos ligados à saúde do trabalhador, regularização da atividade mineradora, ordenamento da atividade no território, entre outros.

Figura 12 – Discussão de áreas estratégicas da ADT Tapajós



Fonte: ASCOM/MP

Parte III - Diagnóstico Territorial

1. Introdução

Nesta parte serão abordados os aspectos Sociais, Econômicos, Ambientais e Territoriais da região do Consórcio do Tapajós.

Dessa forma, são tratados temas referentes à população, ao Produto Interno Bruto, ao desenvolvimento humano, à saúde, à segurança pública, ao crédito, a finanças municipais, à agropecuária, à pecuária, à extração vegetal, à silvicultura, bem como ao desmatamento na região do Consórcio.

Os dados são analisados por município e pelo conjunto territorial do Consórcio e, quando conveniente, são comparados com os dados do Estado do Pará e também com os dados do Brasil.

2. População

O Estado do Pará é formado por 143 municípios em um território de 1,24 milhão de km², onde vivem 7,6 milhões de pessoas (2011) com uma densidade de 6,39 habitantes por km² (a do Brasil é 23,6 hab./km²).

De acordo com o Censo do IBGE, a população da região do Tapajós teria crescido 7% entre 2000 e 2010, o que corresponde a uma taxa média de 0,68% ao ano, passando de 195 mil para 209 mil habitantes, conforme **Tabela 1**. Um crescimento como esse estaria abaixo da média anual para o período verificada no Pará (2,05%), na região Norte (2,10%) e no Brasil (1,18%).

As informações do Censo, entretanto, vêm sendo questionadas na região, notadamente por Jacareacanga, que contesta os números do IBGE para o município que apontam decréscimo populacional. Dificuldades de mensuração da população rural explicariam o problema. Em 2013 o município conseguiu judicialmente contestar os números do IBGE, o que praticamente triplicou a população apurada no Censo.

Tabela 1 – População Municipal do Território do Tapajós

População residente/Ano	2000	2010	2010/2000	Estimativa 2013
Município	Total	Total	% evolução	Total
Aveiro - PA	15.518	15.849	2,1	15.959
Itaituba - PA	94.750	97.493	2,9	98.363
Jacareacanga - PA	22.078	14.103	(36,1)	(*) 41.487

Novo Progresso - PA	24.948	25.124	0,7	25.203
Rurópolis - PA	24.660	40.087	62,6	44.349
Trairão - PA	13.902	16.875	21,4	17.670
Consórcio Tapajós	195.856	209.531	7,0	243.031

Fonte: IBGE – Censo demográfico

(*) Decisão judicial

Os seis municípios ocupam 189,5 mil Km², uma área equivalente ao dobro da área de Portugal (2,22% da área do Brasil). A região caracteriza-se por baixa densidade demográfica, com uma média de 1,28 habitantes por Km². Mesmo Rurópolis, o município mais denso, possui índice (6,32) menor que a média Paraense (6,39).

Espacialmente, entre os censos de 2000 e 2010, a maioria da população da região deixa de ser rural para se tornar urbana (56,1%). Este fenômeno foi mais relevante no município de Novo Progresso. Na comparação com o Brasil (16%), o percentual de população residente em área rural ainda é alto, como consta da **Tabela 2**.

Tabela 2 – População urbana e rural no Consórcio Tapajós

População residente/Ano	2000		2010	
	Município/Situação do domicílio	% Urbana	% Rural	% Urbana
Aveiro - PA	18,9	81,1	20,1	79,9
Itaituba - PA	68,1	31,9	72,5	27,5
Jacareacanga - PA	25,7	74,3	35,0	65,0
Novo Progresso - PA	36,7	63,3	70,5	29,5
Rurópolis - PA	34,1	65,9	38,1	61,9
Trairão – PA	21,6	78,4	33,7	66,3
Consórcio Tapajós	47,8	52,2	56,1	43,9

Fonte: IBGE – Censo demográfico

Elaboração: MP/SPI

Quanto à distribuição étnica, os dados do censo 2010 comparados com os do censo de 2000 mostram que na região do Tapajós teria havido redução de 21% na população que se declara indígena (de 10.894 para 8.621 pessoas). De todo modo, a população indígena na região representaria 4,1% do total em 2010, contra 0,5% no Pará e 0,4% no Brasil.

A distribuição da população por idade mostra que o estrato mais jovem, até 14 anos, em 2010 reduziu sua participação para 33% da população total, ante 38% em 2000. Por outro lado, os segmentos com mais idade, isto é, a população com 40 ou mais anos passa de 18,3% para 23,7% do total.

3. PIB Municipal e ocupação

O PIB paraense em 2011 somou R\$ 88,4 bilhões² ou, em termos *per capita*, R\$ 11.632,00. Este valor representa cerca de 55% da renda *per capita* nacional. Ressalta-se que apenas quatro municípios respondem por 53,4%³ do PIB do Estado e que a Região Metropolitana de Belém⁴ responde por 30,5% do PIB.

No que tange aos municípios que compõem o Território do Tapajós, o PIB alcançou cerca de R\$ 1,35 bilhão em 2011, o que corresponde a 1,53% do total do Estado do Pará.

A análise do PIB *per capita* evidencia a distância econômica do Tapajós em relação ao estado do Pará e ao Brasil⁵, conforme **Tabela 3**. Em 2010, o PIB *per capita* a preços correntes da região (R\$ 5.566,00) era a metade do estadual (R\$ 10.259,00) e representou apenas 28% do nacional (R\$ 19.766,00). Todos os municípios possuem um produto *per capita* inferior à média paraense.

Tabela 3 – PIB per capita Brasil, Pará e Tapajós – 2010

Local	PIB – R\$
Aveiro	3.352
Itaituba	6.670
Jacareacanga	6.689
Novo Progresso	8.819
Rurópolis	3.341
Trairão	4.525
Tapajós	5.566
Pará	10.259
Brasil	19.766

Fonte: IBGE (2010).

Elaboração: SPI.

A evolução do PIB no período compreendido entre 2001 e 2011 mostra que, apesar dos municípios que compõem a região terem experimentado crescimento real médio maior que o brasileiro (3,75%), este crescimento (5,39%) ficou abaixo do Estado do Pará (6,05%).

Como se pode observar no **Gráfico 1**, quanto à evolução do PIB por município, destaca-se Itaituba, que sozinho respondia por 54,4% da economia dos 6 municípios em 2011, bem como Novo Progresso e Rurópolis, os únicos com crescimento real médio do PIB superior ao do Estado no período mencionado, 6,47% e 6,27%, respectivamente. Jacareacanga foi o único município da região a apresentar crescimento médio abaixo do País no período (-1,85%).

Decorre ainda da análise dos dados do PIB per capita que há uma variação intrarregional deste indicador: apesar de Novo Progresso apresentar o maior índice relativo; em termos

² IBGE - PIB Municipal 2011.

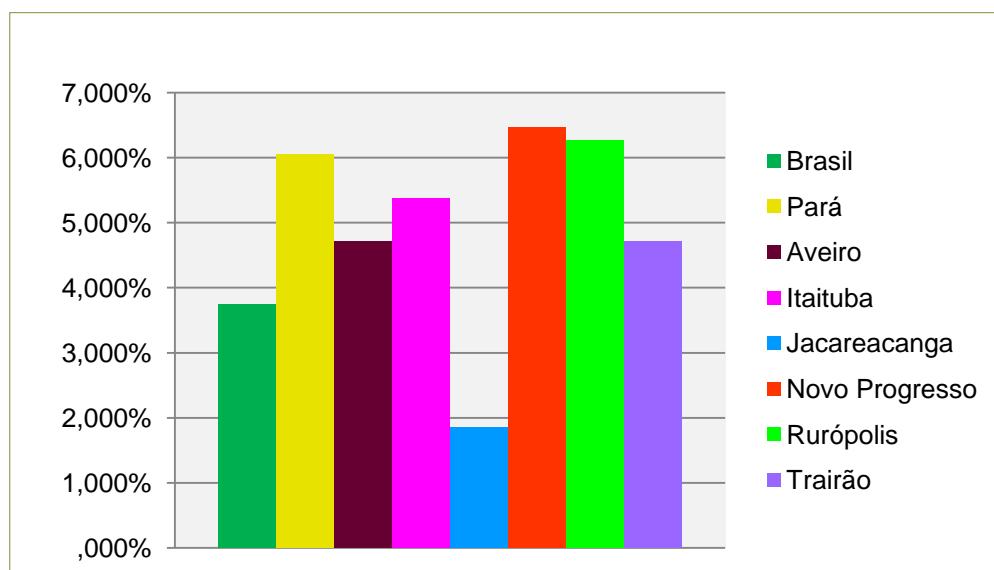
³ Parauapebas, Belém, Ananindeua e Marabá.

⁴ Ananindeua, Belém, Marituba, Benevides, Santa Isabel do Pará, Santa Bárbara do Pará e Castanhal.

⁵ A grande presença da informalidade e o peso da economia de subsistência na região prejudicam a comparação com o Brasil. Mesmo assim as diferenças chamam a atenção.

absolutos Itaituba gera a maior riqueza da região o que, somado à predominância de seu contingente populacional – 46,5% do total –, caracteriza-o como município-polo do território.

Gráfico 1 – Crescimento médio anual do PIB do Brasil, Pará e Tapajós – 2001 a 2011 (em R\$ de 2011)



Fonte: IBGE.

Elaboração: MP/SPI.

Interessa observar, também, a evolução da composição da oferta nos dois municípios que se destacaram em termos de crescimento entre 2001 e 2011. Enquanto em Novo Progresso o setor agropecuário – possivelmente em razão da proximidade com a fronteira agrícola do Mato Grosso – aumentou seu peso relativo crescendo mais do que a indústria e o comércio e serviços, em Rurópolis o peso relativo do comércio e serviços e da indústria aumentou frente ao setor agropecuário, como pode ser visto na **Tabela 4**.

Tabela 4 – Composição do PIB, ótica da oferta – Tapajós (em %)

Municípios	Agropecuária	Indústria	Comércio e Serviços	Impostos e Subsídios
Aveiro				
2001	21,6	9,7	67,4	1,3
2011	18,0	10,4	69,7	1,9
Itaituba				
2001	11,2	9,1	73,2	6,5
2011	8,7	23,3	59,3	8,7
Jacareacanga				
2001	17,5	9,2	71,6	1,7
2011	16,0	10,5	67,9	5,8
Novo Progresso				
2001	27,4	15,2	53,7	3,7
2011	35,8	13,1	44,1	7,1
Rurópolis				
2001	31,2	7,0	59,9	1,9
2011	17,0	11,9	67,5	3,7
Trairão				
2001	41,9	10,7	44,5	2,8
2011	31,1	10,0	52,7	6,2

Fonte: IBGE.

Elaboração: SPI.

Para o conjunto do Território do Tapajós, apesar do setor agropecuário ter apresentado curva descendente na composição do PIB entre 2001 e 2011, sua importância para a economia continua grande (17%), maior do que no Brasil (4,7%) ou mesmo para o estado do Pará (5,5%).

Em resumo, a análise setorial da atividade econômica revela a predominância do setor de Serviços, seguido da Agropecuária (exceto para Itaituba e Jacareacanga), e a fraca participação da Indústria na composição do PIB regional, com relativo destaque desse setor em Itaituba.

A população economicamente ativa – PEA dos municípios do Consórcio Tapajós é de 87.262, ou seja, 41,7% do total populacional, inferior ao encontrado para o Brasil (49%) e para o Pará (42,1%). Desse total, 93,4% encontravam-se com ocupação em 2010, sendo a maior parte envolvida com o setor de comércio e serviços (44,4%), seguido pela agropecuária (32,7%) e indústria (16,9). Essa distribuição da população ocupada diverge da encontrada no País, onde comércio e serviços (59,1%) e indústria (20,5%) superam a população ocupada na agropecuária.

Assim, o amplo contingente da população ocupada na agropecuária no Território do Tapajós, explicitado na **Tabela 5**, reflete o peso do setor na economia da região.

Tabela 5 – Ocupação nos municípios do Consórcio Tapajós – 2010

Municípios	Agropecuária	Indústria	Comércio e Serviços	Atividades Mal Especificadas
Aveiro	4.094	185	1.220	95
Itaituba	6.207	8.843	20.193	2495
Jacareacanga	962	1.184	2.153	337
Novo Progresso	3.409	1.357	5.758	1148
Rurópolis	8.039	1.054	4.445	321
Trairão	3.550	960	1.873	357
Total	26.261	13.583	35.642	4.753

Fonte: IBGE.

Elaboração: MP/SPI.

A situação é distinta quando se observa os dados referentes ao número de Micro e Pequena Empresa (MPE) e Micoreempreendedores Individuais (MEI), que revelam a concentração no setor de serviços (*Tabelas 6 e 7*). Entre os setores da economia regional, o de serviços detém quase 85% do total de MPE e MEI, enquanto a indústria e a construção juntas participam com quase 15% desse total.

Tabela 6 – Quantidade de MPE por município e setor

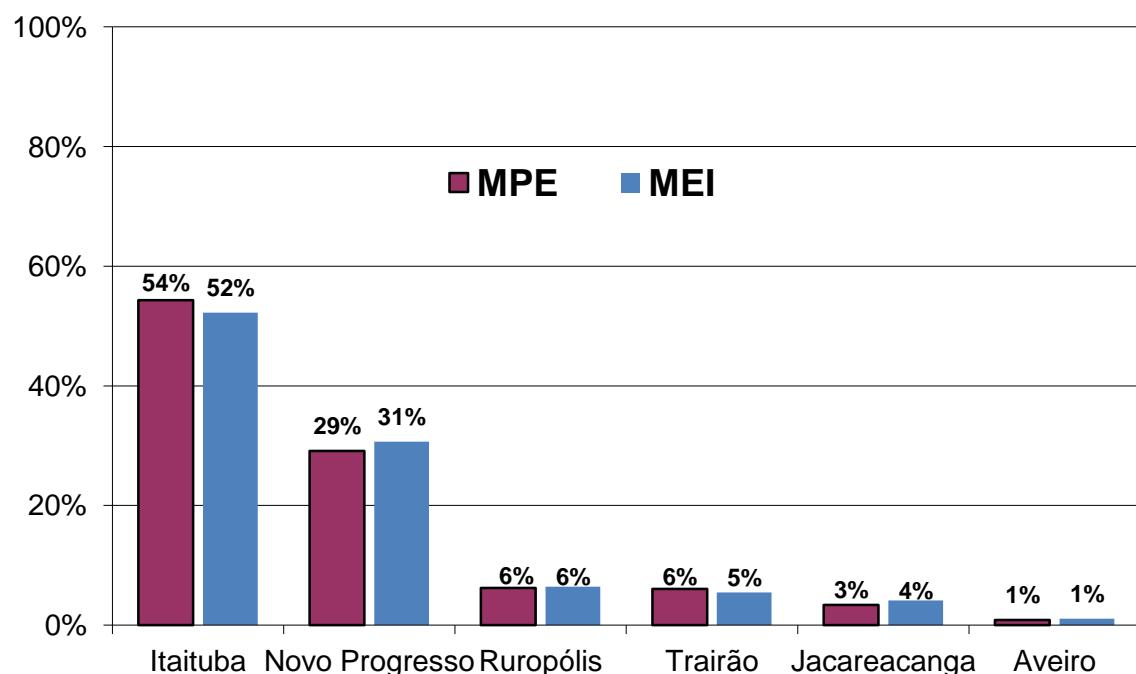
Município	Agropecuária	Indústria	Construção	Serviços	Total
Itaituba	12	342	144	2.957	3.455
Novo Progresso	16	217	59	1.561	1.853
Ruropólis	1	45	14	334	394
Trairão	2	49	10	325	386
Jacareacanga	1	23	14	178	216
Aveiro	1	7	1	47	56
Total	33	683	242	5.402	6.360

Tabela 7 – Quantidade de MEI por município e setor

Município	Agropecuária	Indústria	Construção	Serviços	Total
Itaituba	1	186	77	1.396	1.660
Novo Progresso	6	101	27	841	975
Trairão	0	19	3	182	204
Ruropólis	0	19	7	148	174
Jacareacanga	0	8	10	113	131
Aveiro	0	5	1	28	34
Total	7	338	125	2.708	3.178

Entre os municípios do Consórcio Tapajós, Itaituba se destaca novamente ao abrigar mais da metade das MPE e MEI da região, conforme está demonstrado no Gráfico 2. Logo a seguir, quase um terço desses empreendimentos produtivos se localiza no município de Novo Progresso.

Gráfico 2 – Participação por município no total de MPE e MEI no Consórcio Tapajós



4. Desenvolvimento Humano

A explicitação, na **Tabela 8**, do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM para os municípios do Tapajós ajuda a descortinar outros aspectos da situação sócio econômica da região, mesmo considerando os limites do indicador na descrição de populações tradicionais em áreas extensas com forte presença de atividades de subsistência.

O IDHM – índice composto por uma ponderação dos níveis de renda, longevidade e escolaridade da população, dos municípios da Região de Integração do Tapajós mostra que apenas Novo Progresso apresenta índice acima da média estadual, mas ainda assim abaixo da média brasileira.

Tabela 8 – IDH Municipal do Tapajós, Pará e Brasil – 2010

Lugar	IDHM	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
Aveiro	0,541	0,470	0,748	0,450
Itaituba	0,640	0,644	0,800	0,510
Jacareacanga	0,505	0,577	0,800	0,279
Novo Progresso	0,673	0,709	0,828	0,519
Rurópolis	0,548	0,548	0,764	0,392
Tairão	0,562	0,594	0,763	0,392
Tapajós	0,578	0,590	0,784	0,424
Pará	0,646	0,646	0,789	0,528

Brasil	0,727	0,739	0,816	0,637
---------------	--------------	--------------	--------------	--------------

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 – IPEA/PNUD.

Elaboração: SPI/MP.

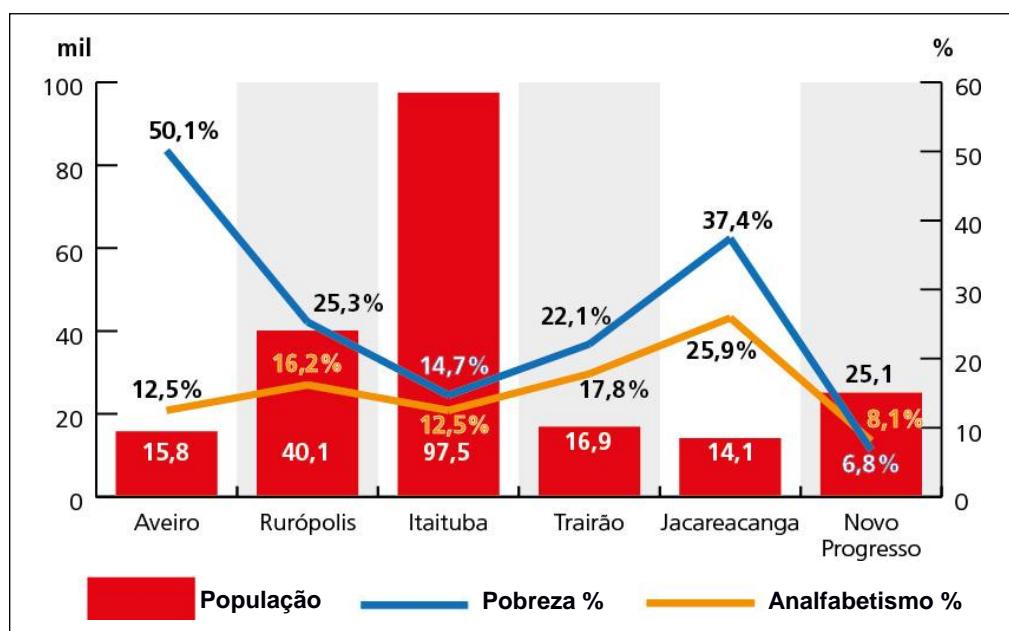
A decomposição do IDHM também fornece outras informações. Em relação à renda, novamente Novo Progresso é o único município a superar o valor médio do Estado, mas ainda abaixo da média nacional. Todos os demais municípios apresentam índice de desenvolvimento de renda menor, decorrência direta do baixo PIB per capita apurado. De todo modo, resultados como esses devem ser vistos com alguma cautela, afinal o PIB e, por consequência, o índice de renda, são calculados com base em dados oficiais que podem subestimar o peso de atividades informais na economia como o garimpo, que tem presença na região.

No que tange à longevidade, Itaituba, Jacareacanga e Novo Progresso apresentam resultados melhores que os do conjunto do Estado, com Novo Progresso, inclusive, superando a média brasileira.

A situação que mais se afasta da média é a do IDHM Educação, com todos os municípios abaixo da média estadual e, ainda, abaixo da média nacional. O resultado indica baixa frequência de crianças e jovens à escola e reduzida escolaridade da população adulta.

O Gráfico 3, além de trazer a população relativa de cada município, mostra a relação entre pobreza e analfabetismo.

Gráfico 3 – População relativa, Pobreza e Analfabetismo



Fonte: IBGE (2010). Elaboração: SPI/MP.

Os indicadores de pobreza e analfabetismo são elevados, estando acima dos indicadores nacionais. De acordo o IBGE, em 2010, cerca de 16,2 milhões de brasileiros eram extremamente pobres, o que equivale a 8,5% da população. Dados recentes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS informam que atualmente este índice equivale a 2,0% da população; e 12,9 milhões, com mais de 15 anos, ainda não foram alfabetizados, representando 8,6% dos brasileiros.

Exceto para o município de Aveiro, observa-se correlação positiva entre analfabetismo e pobreza, com destaque, de um extremo a outro, para Jacareacanga (alto índice de pobreza e o maior de analfabetismo) e Novo Progresso (menor índice da região para os dois quesitos).

A **Tabela 9** apresenta, para os municípios do Consórcio Tapajós, o Pará e o Brasil, a estimativa da população em 2013, indicador de mortalidade infantil (entre 0 a 1 ano, por mil nascidos vivos) e números absolutos e relativos sobre as famílias beneficiárias do Bolsa Família.

Tabela 9 – Estimativa da população, indicador de mortalidade infantil (2010) e números absolutos e relativos das famílias beneficiárias do Bolsa Família (2013)

Municípios	População 2013	Mortalidade infantil	% da população beneficiária do BF*	Beneficiários extrema pobreza
Aveiro	15.959	27,30	63,4	1.953
Itaituba	98.393	17,30	44,1	4.251
Jacareacanga	41.487	18,40	23,5	1.596
Novo Progresso	25.203	14,90	24,6	420
Rurópolis	44.349	24,40	32,8	2.009
Trairão	17.670	24,50	42,9	1.036
Pará	7.969.654	20,29	40,3	327.307
Brasil	201.032.714	16,70	23,9	4.898.611

*Relação entre a população beneficiária do Bolsa Família e a estimativa populacional 2013 do IBGE.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil 2013; IPEA/PNUD; Brasil sem Miséria/MDS.

Elaboração: SPI/MP.

5. Saúde

A **Tabela 10** mostra como estão distribuídas as Equipes de Saúde da Família e Saúde Bucal, bem como os Agentes Comunitários de Saúde.

Tabela 10 – Distribuição das Equipes de Saúde da Família e Bucal, das UBS em funcionamento e dos Agentes Comunitários de Saúde

Município	Equipes de Saúde da Família		Equipes de Saúde Bucal		Agentes Comunitários de Saúde		UBS
	Qtde	Cob. Pop	Qtde	Cob. Pop	Qtde	Cob. Pop	
Aveiro	1	21,70	0	0	53	100,00	7
Itaituba	15	52,86	4	14	226	100,00	19
Jacareacanga	0	0,00	0	0	17	23,56	1
Novo Progresso	5	68,59	5	69	58	100,00	12
Rurópolis	1	8,13	1	8	86	100,00	4
Trairão	3	59,82	1	20	56	100,00	8
Total	25	35,91	11	16	496	86,80	51

Fonte: SAGE/MS, em janeiro/2014.

Com relação aos leitos especializados existentes na região no âmbito do SUS, segundo dados obtidos na SAGE/MS⁶ (fonte: CNES - DATASUS/MS), em Aveiro não há hospitais públicos ou privados.

Já em Itaituba existe um Hospital Municipal com 47 leitos, que, somados aos 100 leitos contratualizados pelo SUS em hospitais privados, totaliza 1,5 leito por 1.000 habitantes disponíveis pelo SUS no município.

Igualmente, em Novo Progresso há um Hospital Municipal, o qual dispõe de 35 leitos, ou seja, 1,39 leito SUS para cada 1.000 habitantes.

Nos municípios de Rurópolis e Trairão também há Hospitais Municipais. O primeiro conta com 29 leitos, que representam 0,68 leito para cada 1.000 habitantes. O segundo tem 21 leitos: 1,21 leito por 1.000 habitantes. Não há leitos privados nesses municípios.

Por fim, em Jacareacanga há 24 leitos públicos disponíveis e nenhum leito privado: 0,58 leito para cada 1.000 habitantes.

Ao todo são 256 leitos do SUS disponíveis para a população da região, o que corresponde a 1,07 leito para cada 1.000 habitantes.

Além disso, existe um projeto de construção do Hospital Regional de Tapajós, cuja sede será em Itaituba e cujos recursos serão aportados pelo Governo do Estado do Pará. A obra está orçada em 120 milhões de reais e a ideia é que o hospital disponha de 140 leitos de alta complexidade para atender a região.

Os atores locais aprovam a construção do Hospital Regional para fazer frente à demanda por atenção de média e alta complexidade e para reduzir os custos com deslocamento de pacientes.

6. Segurança Pública

Um dos principais indicadores de segurança pública é a taxa de homicídios por 100 mil habitantes. Nesse aspecto, como visto na **Tabela 11**, a taxa do Consórcio Tapajós apresentou uma redução de 29% entre 2010 e 2011, e é inferior à taxa do Estado do Pará. Ainda assim, Novo Progresso apresenta taxa superior à média nacional (de 26,2 em 2010) e à do estado.

Tabela 11 – Taxa de homicídios entre 2010 e 2011

Território	Homicídios			
	2010	2011	Tx 2010	Tx 2011
Aveiro	1	0	6,3	0,0
Itaituba	36	26	36,9	26,6
Jacareacanga	3	1	21,3	7,0
Novo Progresso	27	21	107,5	83,5
Rurópolis	3	2	7,5	4,8
Trairão	0	0	0,0	0,0

⁶ Sala de Apoio à Gestão Estratégica, do Ministério da Saúde.

Consórcio Tapajós	70	50	33,4	23,7
Pará	3.540	3.078	46,7	40,0

Fonte: SIM/SVS/MS – Ministério da Saúde.

Elaboração: SPI/MP.

7. Crédito

Conforme a **Tabela 12** e a **Tabela 13** a seguir, só existem agências do Banco do Brasil em Itaituba e Novo Progresso, e o nível de captação de crédito à pessoa física junto a esse banco é cerca de 60 vezes menor do que a média nacional, evidenciando o baixo dinamismo da economia local.

Tabela 12 – Carteira de Crédito do BB nos Municípios do Consórcio Tapajós – posição de novembro de 2013

Municípios	Ações de Desenvolvimento Sustentável*	Crédito Agro**	Crédito Empresarial (Capital de giro)	Crédito Empresarial (Investimento)	Crédito Pessoa Física	R\$ mil
Aveiro	0	***	***	***	525	
Itaituba	2.302	9.876	22.359	11.719	15.837	
Jacareacanga	0	***	***	***		
Novo Progresso	22.041	17.188	2.908	5.502	4.549	
Rurópolis	0	***	***	***	-	
Trairão	0	***	***	***	96	
Total	24.344	27.064	25.266	17.221	21.111	

*Inclui: formação universitária (FIES), empreendedorismo (microcrédito produtivo orientado - MPO), Minha Casa, Minha Vida, Planos Negócios de Desenvolvimento Sustentável, e acessibilidade.

**Inclui também o PRONAF.

***Não há agência do BB no Município, por isso não é possível dimensionar a carteira.

Fonte: Banco do Brasil.

Elaboração: SPI/MP.

Tabela 13 – População e Crédito Pessoa Física – Brasil e Consórcio

	População em milhares de habitantes (1)	Crédito à Pessoa Física em R\$ mil (2)	(2)/(1)
Consórcio Tapajós	210	21.111	101
Brasil	190.756	1.241.900.000	6.369

Fonte: IBGE (população), BACEN (crédito Brasil), BB (crédito Consórcio Tapajós).

Elaboração: SPI/MP.

8. Finanças Municipais

De acordo com informações do IBGE⁷ no ano de 2008⁸, as transferências intergovernamentais da União e do Estado foram responsáveis, em média, por 65% do total das receitas orçamentárias correntes dos municípios do Consórcio Tapajós. Isso implica, como normalmente ocorre em municípios mais pobres, maior dependência dos governos locais em relação às transferências.

Mas os números revelam também que, entre 2001 e 2009, todos os municípios da região melhoraram sua posição no ranking de receitas municipais divulgado pela Frente Nacional de Prefeitos – FNP, o que indica melhora relativa da arrecadação no período⁹, conforme **Tabela 14**.

Tabela 14 – Ranking de Receitas Municipais, Brasil, Região Norte e Pará

	2001			2008		
	Brasil	Norte	Pará	Brasil	Norte	Pará
Aveiro	3.372	252	117	2.114*	155*	65*
Itaituba	363	25	12	350	21	9
Jacareacanga	1.654	126	67	1.512	104	51
Novo Progresso	1.635	124	65	1.018	72	36
Rurópolis	1.542	117	61	1.097	76	38
Trairão	3.271	245	114	2.080	150	65

Fonte: Frente Nacional dos Prefeitos.

Elaboração: MP/SPI (*Dados de 2008).

Ao se comparar o PIB *per capita* dos municípios do Consórcio do Tapajós com os valores per capita das transferências da União para o ano de 2008, cujos montantes constam da **Tabela 15**, percebe-se que, como em parte do país, as transferências não atendem regionalmente ao princípio da equidade. Como exemplo, Aveiro, que é o município com menor PIB *per capita*, recebeu valor por habitante inferior a Rurópolis e Novo Progresso, este último município detentor da maior renda per capita da região.

Tabela 15 – Transferências da União para os municípios do Tapajós – referente ao exercício de 2008

	PIB per capita	Transferência União	R\$ Transf. União per capita
Aveiro	3.388,31	9.833.508	496
Trairão	5.348,97	8.241.557	489
Jacareacanga	4.479,47	14.002.753	338
Rurópolis	3.645,69	29.397.547	839
Novo Progresso	10.170,71	28.339.168	1297

⁷ www.cidades.ibge.gov.br

⁸ Data mais recente dos dados, salvo caso de Jacareacanga. Para Jacareacanga o ano utilizado foi o mais recente (2009), não havendo dados para 2008.

⁹ www.fnp.org.br

Itaituba	7.516,24	35.834.576	287
-----------------	----------	------------	-----

Fonte: IBGE e Frente Nacional dos Prefeitos

Elaboração: MP/SPI

9. Território e agropecuária

A importância da agropecuária para a economia do Território do Tapajós, seja em percentual do PIB, seja na ocupação, bem como a preocupação com as possibilidades de expansão da fronteira agrícola na Floresta Amazônica, justificam uma apresentação inicial mais desagregada do setor e de sua relação com o território.

Abaixo, na **Tabela 16**, são apresentadas comparações entre as áreas dos municípios componentes da Região do Tapajós, do estado do Pará e do Brasil. Nas colunas verifica-se a distribuição das áreas em Unidades de Conservação¹⁰ Federais, áreas indígenas e, na sequência, áreas ocupadas por estabelecimentos agropecuários¹¹.

Tabela 16 – Unidades de Conservação e Áreas Indígenas

Local	Área do Município	Áreas Unidades de Conservação MMA	Áreas Indígenas	Área Não Protegida	Área Não protegida %
Aveiro	17.074	6.037	2.671	8.366	49,0
Itaituba	62.041	44.349	2.512	15.179	24,5
Jacareacanga	53.303	11.383	31.482	10.438	19,6
Novo Progresso	38.162	14.641	-	23.521	61,6
Rurópolis	7.021	1.866	-	5.155	73,4
Trairão	11.991	8.148	-	3.843	32,0
Consórcio	189.592	86.425	36.665	66.502	35,1
Pará	1.247.955	401.635	293.194	553.126	44,3
Brasil	8.515.767	1.528.781	1.131.856	5.855.130	68,8

Fontes: IBGE, MMA (30/08/13), Instituto Socioambiental (ISA).

Elaboração: SPI/MP.

Em primeiro lugar, sobressai o percentual do território representado por Unidades de Conservação e Áreas Indígenas: 64,9% no Território do Tapajós contra 55,7% no Pará e 31,2% no Brasil.

¹⁰ As Unidades de Conservação - UC se dividem em duas grandes classes, as Unidades de Proteção Integral e as Unidades de Uso Sustentável, as quais abrigam um total de 12 tipos de UCs.

Existem 5 tipos de Unidades de Proteção Integral: Estações Ecológicas, Reservas Biológicas, Parques Nacionais, Monumentos Naturais e Refúgios da Vida Silvestre. Estes dois últimos tipos de UC admitem existência de áreas particulares.

Já as Unidades de Uso Sustentável incluem 7 tipos de UCs: Áreas de Proteção Ambiental, Áreas de Relevante Interesse Ecológico (públicas e privadas), Reservas de Fauna, Reservas de Desenvolvimento Sustentável, Reservas Particulares do Patrimônio Natural, Florestas Nacionais e Reservas Extrativistas. As Florestas Nacionais e Reservas Extrativistas admitem a permanência de populações tradicionais.

¹¹ O termo 'não protegida' no cabeçalho da tabela se refere à ausência de destinação da área para usos institucionais - Áreas Indígenas e para Unidades de Conservação Ambiental (UC).

As áreas das UCs na região do Tapajós são majoritariamente da classe Uso Sustentável (71,2%), que se destinam a proteger a diversidade biológica, ordenar o processo de ocupação humana e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Essas áreas, mesmo protegidas, admitem algumas formas de exploração econômica, em especial das populações tradicionais.

Tabela 17 – Unidades de Conservação Federais no Território do Tapajós

	UC Proteção Integral (Km ²)	UC Uso Sustentável (Km ²)	UC Proteção Integral (%)	UC Uso Sustentável (%)
Aveiro	2.536	3.501	42,0	58,0
Itaituba	18.136	26.214	40,9	59,1
Jacareacanga	1	11.381	0,0	100,0
Novo Progresso	1.640	13.002	11,2	88,8
Rurópolis	0	1.866	0,0	100,0
Trairão	2.558	5.590	31,4	68,6
Consórcio	24.871	61.554	28,8	71,2

Fontes: IBGE, MMA (30/08/13), Instituto Socioambiental (ISA)

Elaboração: SPI/MP

Quanto à área ocupada pela agropecuária no Território do Tapajós, o maior uso é o da pecuária, que ocupa 96,8% da área calculada para os estabelecimentos agropecuários em 2012 ou 16,4 mil km². As áreas de culturas temporárias – ACT e as áreas de culturas permanentes – ACP usam apenas 538 km² ou 3,2% da referida área, enquanto a área estimada de pastagens – bovinos (AEP) totaliza 16.437, conforme ilustra a **Tabela 18**.

Tabela 18 – Estabelecimentos Agropecuários – EA, referente a 2012

	EA 2006	Área Censo	Área	AEP	ACT e ACP	km ² ACT
Aveiro	1.816	1.405	428	399	28,8	21,7
Itaituba	2.117	2.924	4.528	4.330	198,5	165,6
Jacareacanga	146	1.248	223	200	22,6	17,5
Novo Progresso	379	3.057	8.855	8.810	45,6	64,1
Rurópolis	3.083	2.632	1.699	1.590	109,5	75,7
Trairão	1.039	1.932	1.242	1.109	133,5	92,2
Consórcio	8.580	13.198	16.976	16.437	538,4	428,7
Pará	222.029	229.253	-	-	10.514,0	8.188,3
Brasil	5.175.636	3.336.800	-	-	691.961,7	630.050,5

Fonte: IBGE/ Análise Interna.

Elaboração: SPI/MP.

Mister observar que os dados compilados de fontes diversas do IBGE em diferentes momentos do tempo¹² sugerem expansão de 28,6% da área dos estabelecimentos agropecuários no Consórcio Tapajós entre 2006 e 2012.

Com os dados da tabela anterior, verifica-se a variação intermunicipal da área média dos estabelecimentos agropecuários, partindo de municípios onde há mais presença da agricultura familiar, como Aveiro (23,6 ha) e Rurópolis (55,1 ha), passando por Itaituba e Trairão (213,9 e 119,5 ha), em que há agricultura familiar na porção norte dos municípios, e Novo Progresso, com área média de 2.336,4 ha, pois aí está instalado o agronegócio.

Em Jacareacanga, a área média dos estabelecimentos agropecuários é de 152,7 ha.

Tabela 19 – Estabelecimentos Agropecuários e Área não Protegida

Km²

Local	Área	Área não protegida (1)	Área EA 2012 (2)	2/1 - %
Aveiro	17.074	11.984	428	3,6
Itaituba	62.041	16.431	4.528	27,6
Jacareacanga	53.303	9.943	223	2,2
Novo Progresso	38.162	23.522	8.855	37,6
Rurópolis	7.021	6.491	1.699	26,2
Trairão	11.991	3.851	1.242	32,3
Consórcio	189.592	72.222	16.976	23,5
Pará	1.247.955			
Brasil	8.515.767			

Fonte: IBGE/ Análise Interna.

Elaboração: SPI/MP.

Nas áreas dos estabelecimentos agropecuários estão inclusas as áreas de preservação permanente – APP e as de Reserva Legal, que na região amazônica em regra é de 80%, mas no Território do Tapajós foi, em diversos locais, reduzida para 50% em função de Zoneamento Econômico Ecológico – ZEE próprio. Esses dados constam da **Tabela 19**.

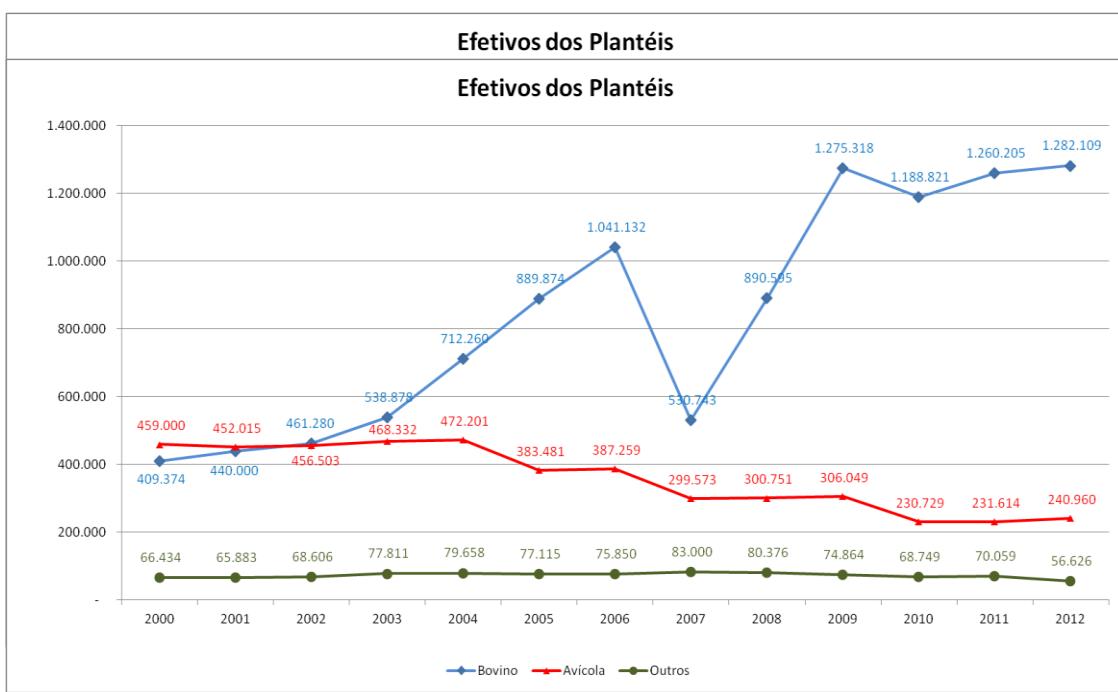
10. Produção Pecuária

A produção pecuária no Território do Tapajós envolve tanto animais de grande porte – bovinos, equinos, bubalinos, asininos e muares, como os de pequeno porte – suínos, caprinos, ovinos e aves.

Os planteis mais relevantes são os de bovinos com 1,28 milhão de cabeças, cerca de 7% do rebanho do Pará (ou 0,6% do rebanho brasileiro), e os da produção avícola, com 241 mil cabeças, como mostra o **Gráfico 4**.

¹² Pesquisa Pecuária Municipal PPM, Pesquisa Agrícola Municipal PAM, Levantamento Sistemático da Produção Agrícola LSPA em 2012, contrapostos ao Censo Agropecuário de 2006.

Gráfico 4 – Pecuária no Tapajós – plantéis mais relevantes (cabeças)



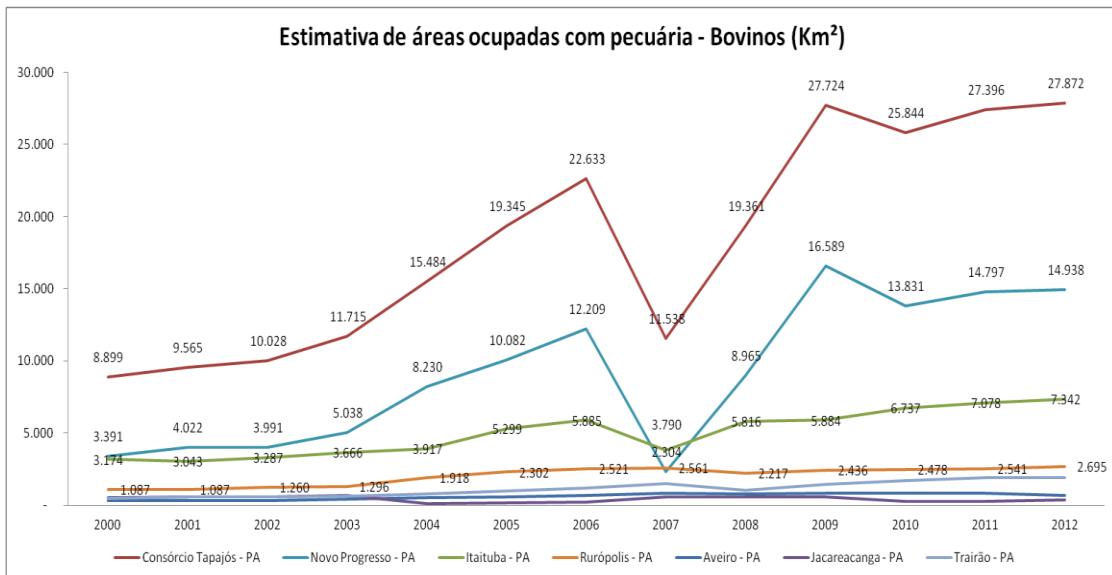
Fonte: IBGE/ Pesquisa Pecuária Municipal

Elaboração: MP/SPI

A seguir, no **Gráfico 5**, é apresentada a evolução estimada da área ocupada por bovinos na região do Tapajós entre 2000 e 2012. Foi incluído o total para a região e por município. A área ocupada por gado foi estimada utilizando-se uma taxa de lotação de pastagens de 0,78 UA/ha, conforme estudo EMBRAPA/INPE (2011). A taxa de lotação de 0,78 UA/ha refere-se à estimada para o Território do Tapajós para o ano de 2008. Os números diferem daqueles do censo do IBGE, mas são compatíveis quanto à tendência de expansão das áreas de pastagens e da proporção destas entre os municípios.

Gráfico 5 – Bovinos, evolução da área estimada no Território do Tapajós

Fonte: IBGE, Embrapa/INPE.



Elaboração: MP/SPI.

A expansão da pecuária e sua relação com o desmatamento será detalhada mais à frente neste Relatório. Por ora, saliente-se que entre 2000 e 2012 a área estimada para o plantel bovino no Território do Tapajós, em linha com o crescimento da produção, aumentou 213%, passando de 5.248 Km² para 16.437 Km². Note-se que a criação concentra-se em Novo Progresso, que sozinho responde por mais de 50% da área ocupada pelo plantel bovino.

11. Produção Agrícola – culturas temporárias e permanentes¹³

Na região do Tapajós não há diferença significativa entre as áreas plantadas e as colhidas para as culturas temporárias, ou seja, não existem grandes perdas entre o plantio e a colheita.

Das 31 culturas temporárias pesquisadas pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA (IGBE), 10 ocorrem no Território do Tapajós (abacaxi, amendoim em casca, arroz em casca, cana de açúcar, feijão em grão, mandioca, melancia, milho em grão, soja em grão e tomate). No conjunto dos seis municípios, 95% da área plantada com culturas temporárias, cujo total é de 428,7 km², estão concentradas em mandioca, arroz, milho e feijão, nesta ordem.

Em 2012, a soja ocupou apenas 11,8 km² ou 2,8% da área plantada com culturas temporárias (428,7 km²) e 0,042% da área ocupada com pastagens na pecuária bovina (27.872 km²). A cultura da soja nesse ano estava concentrada em dois municípios: Novo Progresso com 10 km² e Rurópolis com 1,8 km².

¹³ Culturas ou lavouras temporárias são aquelas que necessitam de replantio após a colheita, ou seja, que devem ser plantadas a cada ciclo produtivo. São culturas de ciclo mais curto, via de regra menor do que um ano. Nestas culturas periodicamente há o preparo da terra, plantio de sementes, realização de tratos culturais e a colheita subsequente. São exemplos de culturas temporárias o milho, arroz, feijão, algodão, mandioca, soja etc.

Já as culturas ou lavouras permanentes são aquelas que permanecem vinculadas ao solo e proporcionam mais de uma colheita ou produção. Normalmente atribui-se às culturas permanentes uma duração mínima de quatro anos. Constituem exemplos de culturas permanentes o abacate, banana, café, maça, laranja, limão e outras frutas.

Quanto às culturas permanentes, na região do Tapajós há ocorrência de 14 das 35 pesquisadas pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA (IBGE). As principais são banana, cacau em amêndoas, café robusta e urucum. Além dessas, também são expressivas, ou seja, culturas permanentes que ocupam área total acima de 100 ha, as culturas do coco da Bahia, pimenta do reino e laranja. Elas desenvolvem-se principalmente nos municípios de Itaituba, Rurópolis e Trairão. A área total de culturas permanentes em 2012 soma apenas 109,7 km², inferior à área das culturas temporárias (428,7 km²).

De acordo com os dados do IBGE – Produção Agrícola Municipal, a produção agrícola em 2012, derivada de culturas temporárias e permanentes, totalizou R\$ 149,3 milhões no Território do Tapajós, sendo R\$ 99,7 milhões oriundos das culturas temporárias e R\$ 49,6 milhões das permanentes.

12.Extração Vegetal e Silvicultura

Quanto à extração vegetal e silvicultura, os dados da pesquisa de Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura – PEVS do IBGE em 2012, conforme **Tabela 20**, mostram concentração no setor de madeiras (toras, lenha e carvão) e pequenas ocorrências em extrativismo vegetal. A pesquisa não contempla informações sobre a área ocupada por essas atividades.

Tabela 20 – Extração vegetal e silvicultura no Território do Tapajós

	Açaí	Castanhas (Pará e Caju)	Carvão vegetal	Lenha	Madeira em toras	Outras oleaginosas	Toneladas e m ³
Aveiro	20	5	19	9.500	15.500	1	
Itaituba	11	7	13	28.900	45.575	0	
Jacareacanga	16	3	2	20.500	39.520	0	
Novo Progresso	29	14	9	24.000	75.230	0	
Rurópolis	6	27	4	4.300	15.485	0	
Tairão	6	3	4	7.900	41.365	0	
Consórcio	88	59	51	95.100	232.675	1	
Pará	110.937	10.504	58.392	3.150.592	4.877.005	129	
Brasil	199.116	41.859	1.159.695	34.313.637	14.925.501	395	

Fonte: IBGE, PEVS - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2012.

Elaboração: MP/SPI.

Em 2012, o valor total da produção extrativa vegetal na região do Tapajós chegou a R\$ 47,6 milhões, o que representa 32% do valor obtido com as lavouras temporárias e permanentes. Desse total, mais de 95% dizem respeito à produção de madeira em tora (R\$ 44,2 milhões) e madeira-lenha (3,0 milhões). Dados mais detalhados na **Tabela 21**, a seguir.

Tabela 21 – Extração vegetal e silvicultura no Território do Tapajós

R\$ mil

	Açaí	Castanhas (Pará e Caju)	Carvão vegetal	Lenha	Madeira em toras	Outras oleaginosas
Aveiro	26		15	333	3.114	23
Itaituba	17		12	1.012	10.955	13
Jacareacanga	19	3	2	615	6.541	9
Novo Pro- gresso	44	17	9	720	13.583	-
Rurópolis	8	32	4	151	2.503	-
Trairão	7	3	4	237	7.569	-
Consórcio	121	85	46	3.068	44.265	45
Pará	233.307	16.909	32.163	72.839	861.790	464
Brasil	336.234	72.470	577.786	681.643	2.006.514	1.460

Fonte: IBGE, PEVS - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2012.

Elaboração: MP/SPI.

13. Desmatamento

O presente item apresenta o padrão espacial e concentrado do desmatamento na Amazônia Legal, no Pará e nos municípios constitutivos da Região do Consórcio Tapajós.

De acordo com Becker (2007), a alteração territorial presenciada hoje na Amazônia resulta de mudanças que ocorreram na sociedade e na economia nas últimas décadas. Para o entendimento dessa alteração, é necessário compreender a interação entre processos locais e a dinâmica dos mercados globais.

O processo de ocupação e desenvolvimento da bacia amazônica pode ser definido em três períodos distintos, conforme a associação entre o modo de produção dominante, as políticas implantadas para a incorporação da região e as políticas de desenvolvimento para a região (SILVA *et alli*, 2013).

A primeira fase de ocupação da região amazônica esteve associada, sobretudo, ao modo de produção extrativista, fazendo uso dos recursos florestais disponíveis, no qual predominou, principalmente, a retirada de matéria-prima para exportação (NASCIMENTO, 2009). Essa fase está relacionada ao ciclo da borracha, que teve seu auge entre 1879 e 1912, tendo depois experimentado uma sobrevida entre 1942 e 1945, durante a II Guerra Mundial (1939-1945).

A segunda fase do processo de ocupação da região amazônica está associada ao Golpe de Estado de 1964, e estende-se até meados da década de 1980, caracterizando-se, sobretudo, pela tentativa de integração da Amazônia às demais regiões brasileiras (BECKER, 1998) por meio da construção de estradas, ligando o Centro-Sul à região Norte.

De acordo com SILVA *et alli* (2013), as contradições entre os programas governamentais de investimento em infraestrutura – orientados pela busca do aproveitamento do potencial hidrelétrico da região Norte e pela melhoria da eficiência da conexão logística com a economia mundial – e os

programas voltados à preservação ambiental marcam a terceira fase de ocupação da Amazônia, com início em meados da década de 1980 e persistência até os dias atuais.

O histórico de levantamentos anuais do PRODES¹⁴ permite o acompanhamento da dinâmica e evolução do desflorestamento na Amazônia, do ano de 1988 ao ano de 2013. Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, a área desmatada na Amazônia legal no ano de 2013 foi de 5.843 km², e o acumulado entre os anos de 1988 a 2013 alcançou 412.615 km², com seu maior incremento em 1995, quando foram desmatados 29.059 km². Observa-se que, a partir de 2004, há uma tendência de queda pronunciada do desmatamento, com exceção dos anos de 2008 e 2013.

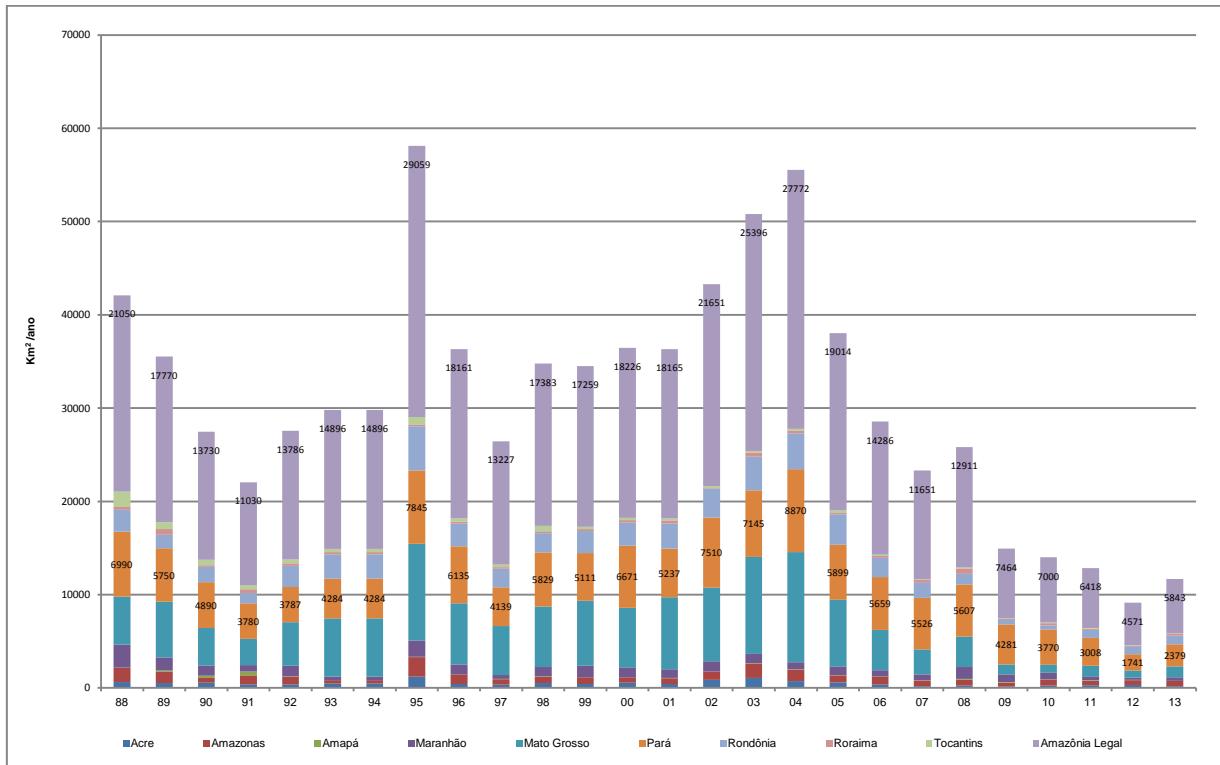
Destaca-se que a redução da taxa de desmatamento coincidiu com um período de crescimento do setor agropecuário, decorrente da alta de preço das principais *commodities* exportadas pelo Brasil.

A queda do desmatamento foi resultante de um conjunto de políticas interministeriais de combate ao desflorestamento, com foco em comando, controle e desenvolvimento sustentável. Dentre essas políticas, destaca-se o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), lançado em 2004 e coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, que proporcionou o alcance, em 2012, da menor taxa desde 1988 (4.571 km²).

Outro destaque foi o Decreto nº 6.321, de 21 de dezembro de 2007, do Governo Federal, que estabeleceu uma série de ações de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento ilegal no bioma Amazônia. O Decreto, além de criar a Lista de Municípios Prioritários da Amazônia, em que se priorizam ações de combate ao desmatamento, impede a concessão de crédito por agências oficiais para atividade agropecuária ou florestal realizada em imóvel rural que descumpra embargo de atividade e para serviço ou atividade comercial ou industrial de empreendimento que incorra nas infrações ao meio ambiente.

¹⁴ PRODES - Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite.

Gráfico 6 – Evolução anual do desflorestamento nos estados da Amazônia Legal Brasileira no período entre 1988 e 2013



Fonte: INPE, 2014

Elaboração: MP/SPI

Atualmente vem-se formando consenso em torno da necessidade de mudança da estratégia de combate ao desmatamento na Amazônia Legal, a qual deveria acompanhar as alterações em curso na dinâmica do desmatamento. Na primeira e na segunda fases do PPCDAm (de 2004 a 2011), as ações de maior impacto na queda do desmatamento partiram do eixo Monitoramento e Controle, estando associadas ao desenvolvimento do sistema DETER (Projeto de Detecção do Desmatamento em Tempo Quase Real) e ao planejamento integrado da fiscalização. Atualmente, no entanto, com o padrão do desmatamento concentrado em polígonos com dimensão inferior a 25 ha, abaixo do limiar de detecção do DETER, aumenta a importância das ações de governo concentradas nos chamados eixos de Ordenamento Fundiário e Territorial, bem como de Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis. O crescimento do desmatamento observado em 2013 parece corroborar a complexificação recente do fenômeno.

O Pará desponta como um dos estados da Amazônia Legal com as maiores taxas de desmatamento. Entre os anos de 1988 e 2013 foram 136.127 km² no acumulado, o que corresponde a 33,81% do total desmatado na região, que foi de 402.615 km².

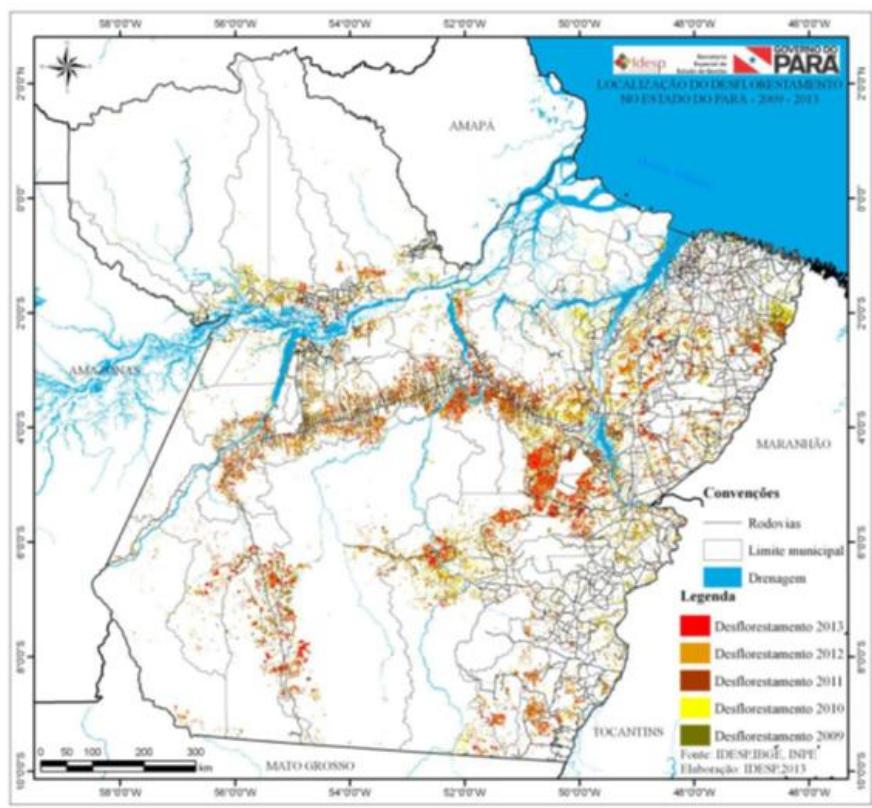
O Estado possui um histórico de altas taxas de desmatamento, alcançando a mais alta em 2004, quando foram desmatados 8.870 km². No entanto, desde 2009, vinha acumulando sucessivos decréscimos nas taxas, processo creditado às políticas, às ações e aos programas dos Governos Federal e Estadual de combate ao desmatamento. Em 2013, contudo, os dados do PRODES apontaram uma área desmatada de 2.379 km², o que significou aumento de 37% se comparado ao desmatamento de 2012.

O Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará - IDESP (2013) espacializou o desmatamento no estado do Pará de 2009 a 2013, conforme **Figuras 13 e 14**. No mapa destacam-se as maiores concentrações de polígonos de desmatamento ao longo das rodovias BR-230 (Rodovia Transamazônica) e BR 163 (Rodovia Santarém-Cuiabá). Na primeira, o desmatamento apresenta concentração nos perímetros entre os municípios de Altamira e Senador José Porfírio e nos municípios de Anapu e Pacajá, ambas com quantidade expressiva de áreas registradas em 2011.

Na segunda, a concentração está nos municípios de Ruopólis e Itaituba, próximo à BR 230; ressalta-se também a faixa de terra entre os municípios de Altamira e Novo Progresso que apresenta áreas desmatadas superiores a 500 hectares.

Um ponto central destacado por inúmeros estudos sobre o desmatamento no Pará refere-se à complexidade do fenômeno, que não decorre de um único fator nem comparece de forma homogênea no estado. Ao contrário, a dimensão territorial (1.247.954 Km²) do Pará e suas diferenças econômicas, ambientais e sociais inter-regionais fazem com que o padrão do desmatamento apresente-se como heterogêneo. Essa diferenciação decorre das múltiplas formas de apropriação e uso da terra, dos atores envolvidos e das estratégias de produção.

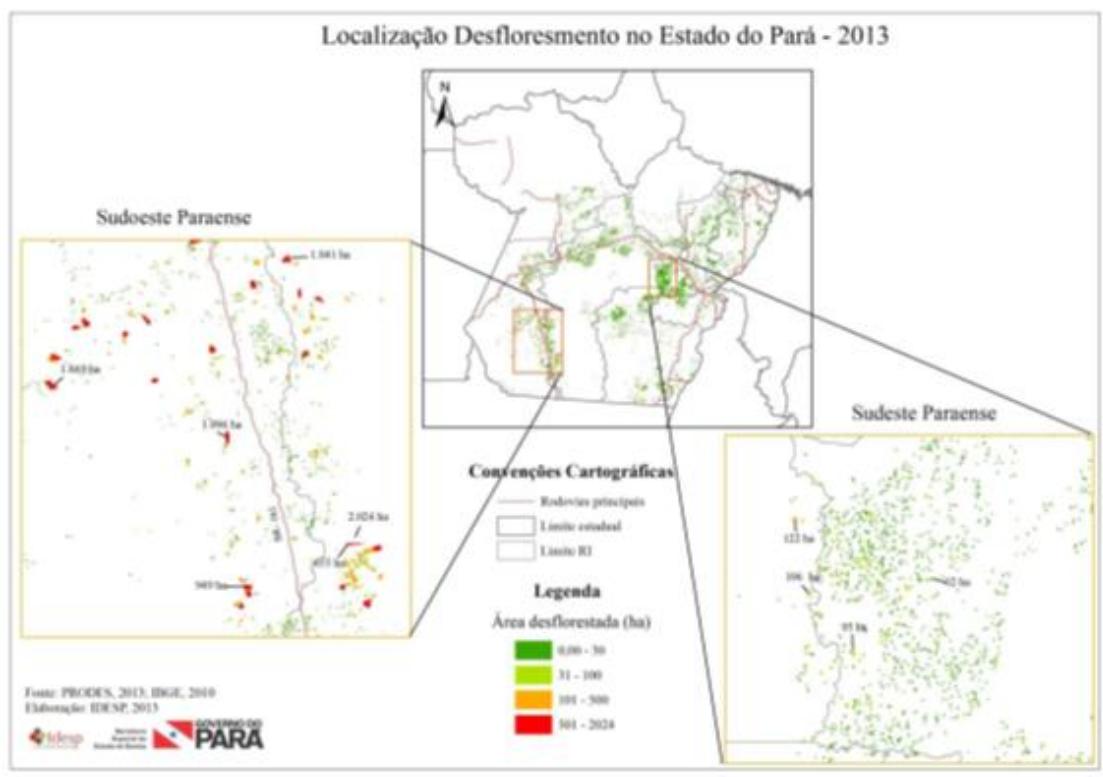
Figura 13 – Localização do Desmatamento no Estado do Pará 2009 – 2013



Fonte: PRODES, 2013 Elaboração: IDESP, 2013.

Segundo dados do PRODES, os 2.379 km² desmatados no Estado do Pará no ano de 2013 estão distribuídos em polígonos com áreas que variam de menos de 30 ha a 2.024 ha (Figura 2) e localizam-se principalmente nas Regiões de Integração (RIs) Baixo Amazonas, Xingu, Araguaia, Carajás, Lago Tucuruí e Tapajós, com destaque para as duas últimas. No entanto, Lago Tucuruí e Tapajós possuem padrões de desmatamento diferentes: a característica principal da região do Consórcio Tapajós (que coincide com a RI Tapajós, sendo RI uma classificação adotada pelo governo estadual) é a presença de polígonos de desmatamento de grande extensão, enquanto na RI Lago Tucuruí observam-se polígonos de extensão menor e em maior quantidade.

Figura 14 – Localização do Desmatamento no Estado do Pará – 2013



Fonte: PRODES, 2013 Elaboração: IDESP, 2013

No que tange à RI Tapajós, importa salientar a forte concentração de grandes áreas sob responsabilidade da União, em função da criação de Unidades de Conservação Federal (86.425 km^2) e Terras Indígenas (36.630 km^2). Ao total, 65% da área da RI (189.592 km^2) encontra-se sob jurisdição federal.

No início dos anos 2000, com a divulgação de que a BR-163 seria asfaltada, a região passou a registrar incrementos de desmatamento e, em função disso, o Governo Federal decidiu instituir cinco Áreas sob Limitação Administrativa Provisória (ALAP) mediante a Medida Provisória nº 239/2005, convertida na Lei nº 11.132/2005. Essas áreas abrangiam partes dos municípios de Altamira, Jacareacanga, Itaituba, Trairão, Rurópolis e Novo Progresso, perfazendo uma área total de 82.000 km^2 (SILVA ET *et alii*, 2008).

Em 2006 foi criado, nessa área, um mosaico de 10 de Unidades de Conservação com o objetivo de fomentar a produção florestal madeireira e não madeireira em bases sustentáveis, ordenar as atividades garimpeiras e assegurar a preservação do meio ambiente, ocupando uma área de 68.000 km^2 .

A localização do desflorestamento ocorrido no ano de 2013 no sudoeste paraense – onde se situa a RI Tapajós – pode ser observada na Figura 10.

A criação da Floresta Nacional – FLONA – do Jamanxim, no município de Novo Progresso, causou descontentamento entre alguns produtores rurais que alegavam ter propriedades na área e que a criação do mosaico de UCs pelo Governo Federal causaria o engessamento da economia, impossibilitando a expansão das áreas produtivas, principalmente de pastagem. Consolidou-se, então, um movimento de resistência à desocupação da área, que pedia a anulação da decisão do governo. A resposta federal ao movimento incluiu, ao revés, o

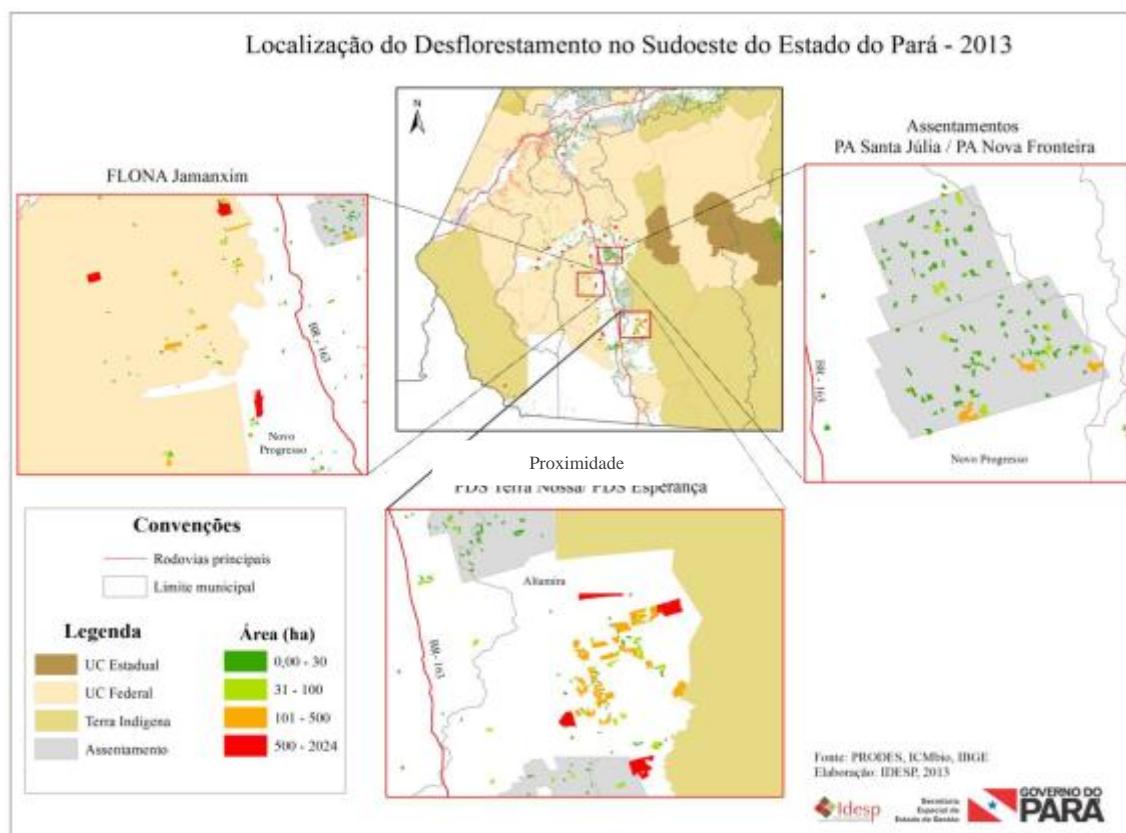
aumento da fiscalização e de ações para retirada do gado ilegal de dentro da FLONA, como na Operação Boi Pirada em 2010.

Destacam-se três áreas com grande ocorrência de polígonos de desmatamento:

- Floresta Nacional do Jamanxim;
- Projetos de Assentamento Santa Júlia e Nova Fronteira; e
- A área do entorno dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável Terra Nossa e Esperança, e da Terra Indígena Baú, ambos localizados nos municípios de Novo Progresso e sudoeste de Altamira.

A criação da Floresta Nacional – FLONA – do Jamanxim, no município de Novo Progresso, causou descontentamento entre alguns produtores rurais que alegavam ter propriedades na área e que a criação do mosaico de UCs pelo Governo Federal causaria o engessamento da economia, impossibilitando a expansão das áreas produtivas, principalmente de pastagem. Consolidou-se, então, um movimento de resistência à desocupação da área, que pedia a anulação da decisão do governo. A resposta federal ao movimento incluiu, ao revés, o aumento da fiscalização e de ações para retirada do gado ilegal de dentro da FLONA, como na Operação Boi Pirata em 2010.

Figura 15 – Desflorestamento no Sudoeste do Estado do Pará – 2013



Fonte: PRODES, 2013 Elaboração: IDESP, 2013.

Atualmente, em virtude do projeto do complexo hidrelétrico Tapajós, que prevê a construção de cinco hidrelétricas na área, e da decisão de desafetação de cinco outras Unidades de Conservação¹⁵ (PARNA Amazônia, FLONA Itaituba I, FLONA Itaituba II, APA do Tapajós e FLONA Crepori) para viabilizar o empreendimento, o movimento para rever os limites da FLONA Jamanxim ganhou força, incitando o aumento do desmatamento no seu interior.

Quanto aos Projetos de Assentamento (PAs) Nova Fronteira e Santa Júlia, criados nos anos de 1996 e 1997, respectivamente, localizam-se no município de Novo Progresso, área de influência da BR-163, e juntos possuem uma população de 483 habitantes.

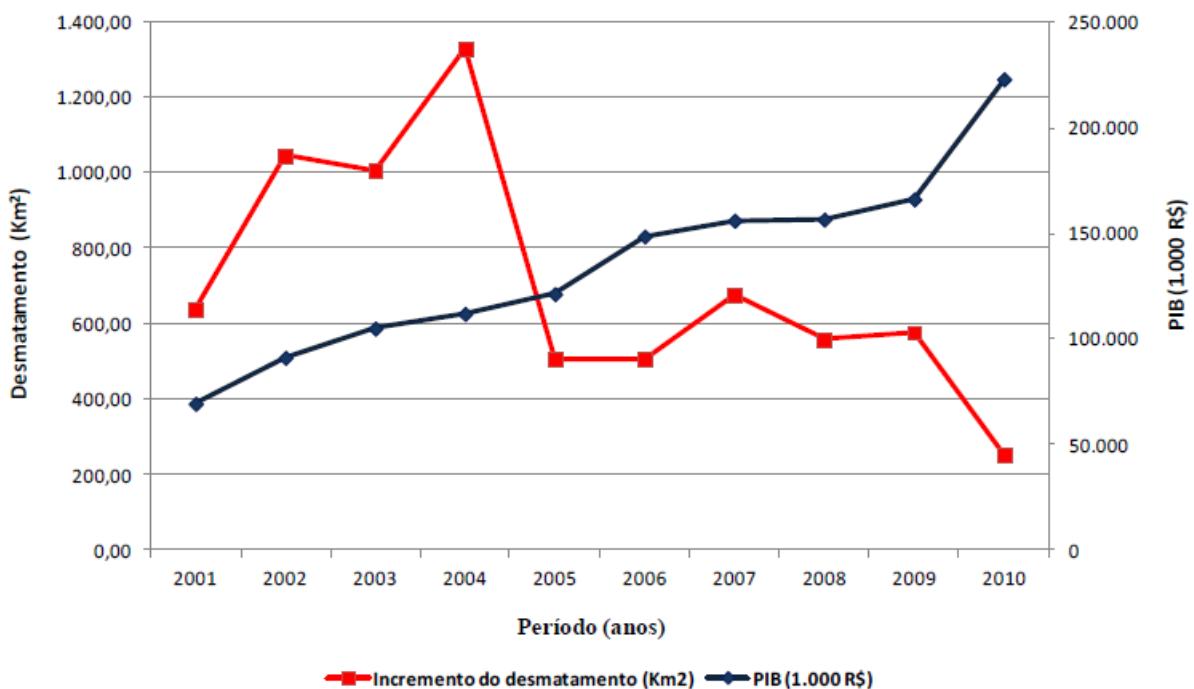
Esses PAs vêm apresentando em seu entorno altas taxas de desmatamento, como ocorreu no ano de 2013, onde a área dos polígonos de desmatamento varia de menos 30 ha a 500 ha. Saliente-se, contudo, que esta dinâmica não corresponde ao padrão tradicional apresentado nesse tipo de projeto, que no geral possui lotes de 100 ha, onde os atores, assentados da reforma agrária, utilizam técnicas e instrumentos que não permitem a abertura de áreas de maior extensão.

Por fim, o entorno da Terra Indígena Bau e os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Terra Nossa e Esperança, localizados no município de Altamira, apresenta polígonos de desmatamento de grande extensão, na sua maioria acima de 500 ha. Essa característica aponta para a ação de atores que possuem os meios necessários para a derrubada de grandes áreas e, principalmente, demonstra a pressão exercida sobre áreas especiais como Territórios Indígenas – TIs e projetos de assentamento que surgiram com a proposta de que os assentados desenvolvessem suas atividades produtivas de forma sustentável, como na modalidade PDS.

De acordo com o Relatório Técnico da Região de Integração Tapajós, elaborado pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará – IDESP -, apesar de se ter como verdade que o desmatamento está diretamente ligado ao crescimento econômico, observou-se que a diminuição das áreas abertas ao longo dos anos pouco interferiu no PIB de muitas regiões na Amazônia. Na Região de Integração Tapajós, por exemplo, o PIB agropecuário vem crescendo, chegando ao valor de aproximadamente R\$ 223 milhões, mesmo com a queda do desmatamento ao longo dos anos de 2005 a 2010.

¹⁵ Desafetação de uma Unidade de Conservação implica redução de seus limites.

Gráfico 7 - Desmatamento e evolução do PIB durante o período de 2000 a 2010, RI Tapajós, estado do Pará.



14. Mineração

A Província Aurífera do Tapajós é a maior área garimpeira do país e do mundo, com cerca de 100.000 km², abrangendo cinco municípios (possui mapeamento geológico na escala 1: 250.000; cadastramento, descrição e estudos de depósitos minerais (cinco folhas – quadrículas - mapeadas equivalente a 90.000 km²); e estudos metalogenéticos dos depósitos com estabelecimentos de modelos e controles das mineralizações.

A região produz atualmente 90% do ouro do estado do Pará. São 15 mil garimpeiros diretamente envolvidos na atividade, sendo que a estimativa é de 60 mil para trabalhadores indiretamente envolvidos. A produção nacional de ouro em 2012 foi de 66.733kg, sendo 10.103 originários de garimpos legais. Desses, 3.810 são do Pará, sendo 90% da província minerária do Tapajós.

A exploração mineral continua sendo uma atividade importante, principalmente porque o maior distrito aurífero do mundo está inserido na bacia do Tapajós. As novas técnicas, com uso de balsas e dragas, aumentam o potencial de extração de ouro, mas também causam maiores impactos ambientais.

Os garimpos já foram de grande importância para os moradores da região. Atualmente, seus responsáveis não pertencem à população local e não estão vinculados aos imóveis cadastrados. Mas a atividade contribui para a geração de renda para a população residente,

pois os garimpeiros adquirem produtos agropecuários, da pesca, do extrativismo vegetal, além de serviços.

A Unidade regional do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM está sobrecarregada. Em Itaituba, por exemplo, apenas um engenheiro, uma técnica e um servidor administrativo estão à disposição. Alternativa possível seria a contratação de serviços por projeto, mas pode haver impropriedade por se configurar prestação de serviço com atividade-fim. Outra solução seria a contratação de mão de obra temporária.

A atividade mineral oferece risco de contaminação por mercúrio na província minerária. A ausência de planos de manejo para extração em Unidades de Conservação (UCs) agrava o risco ambiental a que a região está submetida. A região tem 771 pontos de lavra identificados, sendo que 120 já foram visitados. Há 9.985 requerimentos de Permissão de Lavra Garimpeira – PLG registrados e 491 já outorgados, concentrados em poucas pessoas. 1.800 processos aptos a PLG aguardam análise ambiental.

Ressalta-se que o Governo Estadual lançou o Plano Mineral do Estado do Pará, que tem por objetivo ser instrumento de planejamento para a gestão de recursos minerais, considerando seu uso sustentável e a agregação de valor ao território.

O garimpo é uma das importantes atividades econômicas na região. Apesar do esforço governamental para regularizar o garimpo, os impactos sobre o ambiente tendem a perdurar pelos próximos anos, variando em intensidade conforme a cotação do ouro no mercado. Da mesma forma, os reflexos sobre a economia local e sobre os fluxos migratórios para a região também devem variar conforme o preço do ouro.

Com a construção do AHE de São Luiz do Tapajós, o garimpo ainda permanecerá sendo uma importante atividade econômica na região, mobilizando muitos trabalhadores e atividades complementares e de suporte. Neste sentido, a não ser que o valor de mercado do ouro venha a sofrer forte queda, ou que haja um significativo controle das atividades irregulares, não deve ocorrer uma redução da mineração durante a implantação e operação do empreendimento. No entanto, a execução das medidas previstas pelo EIA/RIMA do empreendimento poderá contribuir para a estabilização das atividades garimpeiras.

Parte IV – Intervenção Privada

O complexo Soja e o território do consórcio do Tapajós

1. Introdução

Esta parte do relatório descreve o desenvolvimento do complexo produtivo da soja e os principais empreendimentos de logística previstos para o sudoeste paraense nos próximos anos, além de abordar a atividade de extração mineral. O objetivo é discutir preliminarmente possíveis implicações desses investimentos sobre a economia, o tecido social e o desmatamento em uma região, conforme descrito na seção anterior, escassamente povoada, com presença de populações tradicionais vinculadas a atividades extrativas e de subsistência e vulnerável social e institucionalmente.

A compreensão da expansão e da modernização da infraestrutura logística prevista para a Região de Integração do Tapajós implica uma análise preliminar da crescente importância da produção de grãos para a economia e para as exportações brasileiras, especialmente da expansão do complexo da soja para o Mato Grosso.

Para tanto, este capítulo comprehende a cadeia logística prevista para o “Arco Norte”, com a possibilidade de escoar a safra de grãos produzida no Centro-Oeste a partir dos portos do Estado do Pará. Além disso, apresenta um breve histórico do desenvolvimento da soja no Brasil para melhor compreender a ocupação no Estado do Pará e no território do Consórcio do Tapajós.

Com relação à mineração, será tratado envolvimento do setor privado na exploração de ouro na Reserva Garimpeira do Tapajós, que movimenta a economia local e passará por impactos advindos na implantação da AHE São Luiz do Tapajós.

2. Soja: Cadeia logística de escoamento pelo “Arco Norte”.

O cultivo da cultura de soja está entre as atividades econômicas que, nas últimas décadas, apresentaram crescimento mais expressivo. Esse desenvolvimento pode ser atribuído a diversos fatores, tais como: o desenvolvimento e a estruturação de um sólido mercado internacional relacionado com o comércio de produtos do complexo da soja; a consolidação da oleaginosa como importante fonte de proteína vegetal, especialmente para atender demandas crescentes dos setores ligados à produção de produtos de origem animal; e a geração e oferta de tecnologias, que viabilizaram a expansão da exploração sojícola para diversas regiões do mundo.

De acordo com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos – USDA¹⁶, o consumo mundial de soja na safra agrícola 2013/2014 será de 270,9 milhões de toneladas (t), um recorde que supera em 12,6 milhões de toneladas o registrado em 2012/13. A China é a maior consumidora mundial do grão, com volume previsto de 79,5 milhões de toneladas, seguida dos Estados Unidos, com uma expectativa de consumo de 49 milhões de toneladas para 2012/13.

Em relação à produção mundial de soja para a safra 2013/2014, o USDA projeta um volume recorde de 284,9 milhões de toneladas, o que implica crescimento de 6,3% em relação a 2012/13. Os Estados Unidos, seguidos pelo Brasil, lideram a produção mundial com uma previsão de 88,7 milhões de toneladas, ou 7,4% a mais em relação ao período 2012/13. A Tabela 20 explicita essa situação.

Tabela 20 – Produção e Consumo Mundial de Soja

Produção Mundial (milhões de t)					Consumo Mundial (milhões de t)				
Países	Safras		Variação		Países	Safras		Variação	
	12/13	13/14 ¹	Abs	(%)		12/13	13/14 ¹	Abs	(%)
EUA	82,6	88,7	6,1	7,4	China	76,1	79,5	3,4	4,4
Brasil	82,0	88,0	6,0	7,3	EUA	48,4	49,0	0,5	1,1
Argentina	49,3	54,5	5,2	10,5	Argentina	35,3	40,7	5,4	15,4
China	12,8	12,2	-0,6	-4,7	Brasil	37,7	40,1	2,5	6,5
Demais	41,4	41,6	0,2	0,5	Demais	60,8	61,6	0,8	1,3
Mundo	268,0	284,9	16,9	6,3	Mundo	258,3	270,9	12,6	4,9

Fonte: 8º levantamento USDA da safra 2013/14 - dez/13

Elaboração: MP/SPI

O Brasil é o líder mundial nas exportações de soja, com um volume estimado de 44 milhões de toneladas para o período 2013/14. Se confirmado esse número, o país registrará crescimento de 5% sobre o período anterior (41,9 milhões de toneladas).

De acordo com o estudo Projeções do Agronegócio (MAPA, 2013), a produção de soja no Brasil em 2023 poderá alcançar 99,2 milhões de toneladas. Esse número representa um acréscimo de 125% em relação à produção de 2013. As projeções de consumo indicam que deve haver aumento da demanda de soja no mercado internacional e no mercado interno. Neste mercado, além da demanda de rações animais, espera-se aumento forte do consumo de soja para a produção de Biodiesel.

A soja, como principal *commodity* de comercialização internacional brasileira, movimenta um grande fluxo de divisas, mas por ser um produto de baixo valor agregado, demanda mais fortemente otimização de produção, estocagem e transporte. Assim, o avanço da produção da soja na fronteira agrícola brasileira tem sido associado ao estímulo para investimento do governo em infraestrutura, como hidrovias, portos, ferrovias e rodovias, que permitem um melhor escoamento do produto.

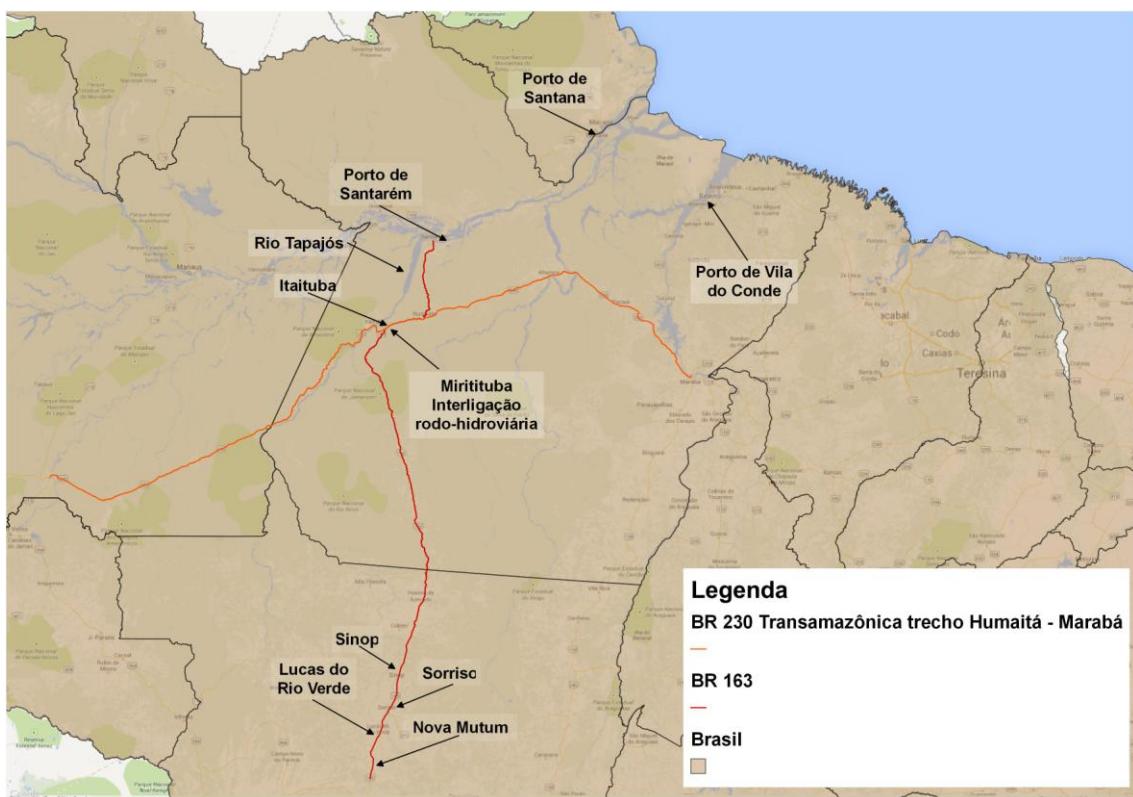
¹⁶ 8º levantamento USDA da safra 2013/14 - dez/13.

De acordo com COELI (2004), o escoamento da produção de grãos no país tem várias etapas. Primeiramente, o transporte do plantio para o armazém da fazenda costuma ser de responsabilidade do produtor, feito em sua maioria por carretas. O custo de transporte é alto, visto que as estradas rurais não são pavimentadas. Depois há o transporte dos armazéns dos produtores para a exportação ou para as indústrias de processamento. Nesse processo, o transporte é feito a partir dos armazéns, no qual a soja segue por rodovia, ferrovias ou hidrovias, em direção aos portos.

Em relação às cadeias logísticas de escoamento da produção de soja, a Região Centro-Oeste escoa a produção de soja principalmente para os portos de Santos e Paranaguá. Apesar de o maior suporte oferecido pelas rodovias e portos das regiões Sul e Sudeste na comparação com outras regiões, as grandes distâncias percorridas somadas a indícios de saturação deste corredor logístico vêm estimulando a busca de alternativas para o escoamento das safras.

Considerando-se o objetivo em torno do aperfeiçoamento do escoamento da produção agrícola do Centro-Oeste, o corredor logístico do “Arco Norte” tem sido apresentado como solução. O desenvolvimento desse corredor envolve obras de infraestrutura em curso, como a construção de um complexo portuário no Rio Tapajós, o asfaltamento da Rodovia BR-163 e a implantação da hidrovia Tapajós, obras que viabilizarão o escoamento da produção de grãos da região, principalmente do estado do Mato Grosso.

Figura 11 – Corredor Logístico BR-163 (Tapajós – Amazonas)



Elaboração: MP/SPI

A nova rota permitirá levar a carga de caminhão pela BR-163, de Mato Grosso até Miritituba (distrito do município de Itaituba – PA). De lá, o carregamento será transferido para

barcaças, que seguirão pelo Tapajós até os portos de Santarém – PA, Vila Conde – PA ou Santana – AP, de onde será embarcado para o exterior.

Estimativas sugerem que a alternativa de escoamento das exportações de grãos pelo “Arco Norte” poderá gerar impacto significativo no custo do frete para os produtores rurais do Centro-Oeste. Tomando-se como ponto de partida o município de Sorriso, importante polo de produção agrícola de Mato Grosso, a saída pelo Norte implica redução de 700 a 1.000 Km em rodovias, quando comparada à distância até os portos de Santos (SP) e Paranaguá (PR)¹⁷. A expectativa do setor é de uma redução média da ordem de 34% no custo do frete da safra 2015/16, frente aos preços da safra 2013/2014¹⁸.

Atualmente, uma pequena parte da colheita do Brasil é escoada pelos portos da Amazônia: em 2013, 4,5 milhões de toneladas produzidas em Mato Grosso saíram via Porto Velho (RO) e outras 800 mil toneladas via Itaqui (MA). Assim, a importância da redução esperada no custo do frete associada ao uso do “Arco Norte” não deve ser minimizada. Estimativas apontam que, no início de 2013, o custo do transporte da lavoura ao porto chegou a representar cerca de 20% do preço da saca de soja no mercado¹⁹. Projeções, por sua vez, sugerem que até 60% da produção do Mato Grosso possa ser exportada pelos portos do Arco Norte²⁰. Assim sendo, e considerando o nível de produção previsto para a safra 2013/2014, o escoamento pelo “Arco Norte” pode representar ganho anual de competitividade em torno de R\$ 1,2 bilhão²¹.

Não por acaso, essa nova rota de escoamento dos grãos produzidos no Centro-Oeste já movimenta o setor de transporte e logística. A Odebrecht Transport (OTP) recentemente ganhou a concessão de 850 km da BR-163 no Mato Grosso, além de desenvolver projetos portuários na região do Tapajós. O Grupo pretende investir entre R\$ 800 milhões e R\$ 1 bilhão em dois anos – lembre-se que o PIB total do Consórcio Tapajós somou, em 2011, R\$ 1,3 bilhão – para a aquisição de terrenos e a construção de quatro armazéns agrícolas ao longo da BR-163, uma estação de transbordo de carga em Miritituba, às margens do rio Tapajós, um terminal no porto de Vila do Conde, em Barcarena, e barcaças. A expectativa é que essa montagem logística já esteja pronta para o escoamento da safra 2015/16 de grãos.

Das nove estações de transbordo planejadas para Miritituba, apenas a empresa Bunge está na fase pré-operacional. As demais empresas estão em fase de apresentação do EIA-RIMA, o estudo de impacto ambiental, ou prestes a receber o licenciamento. Outras empresas (Hidrovias do Brasil, Unirios, Reicon, Chibatão Navegações e Cianport) também pleiteiam estações de transbordo no local. A previsão de postos de trabalho gerados gira em média de 350 por empresa durante a fase de implantação das estações e de 80 na fase de operação. Há

¹⁷ De Sorriso (MT) a Santos são 1.950 km, e até Paranaguá 2.100 km; de Sorriso a Santarém, pela BR-163, são 1.400 km; se o destino for Itaituba, o trajeto rodoviário alcançaria apenas 1.100 km.

¹⁸ Fonte: Movimento Pró-Logística de Mato Grosso.

¹⁹ De acordo com a Associação dos Produtores de Soja e Milho do Mato Grosso - APROSOJA.

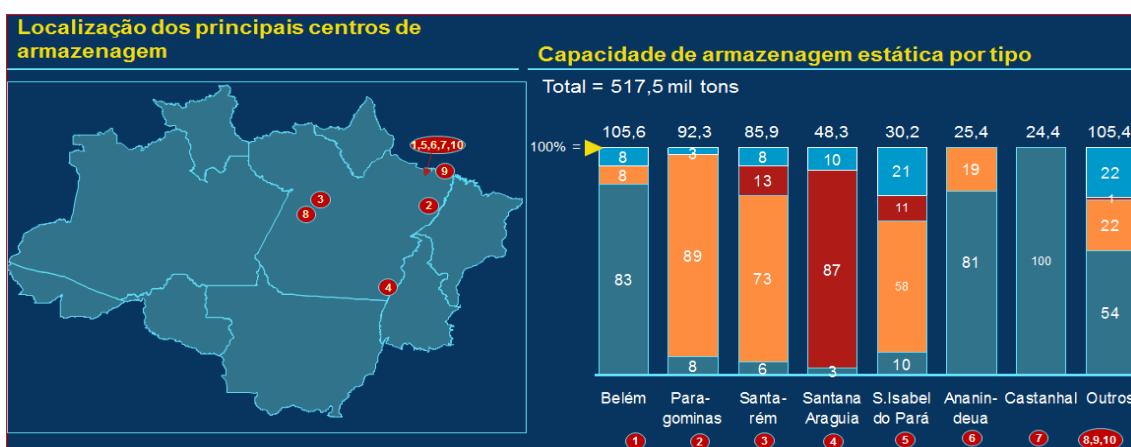
²⁰ De acordo com a Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Ministério da Agricultura.

²¹ O preço considerado da saca de soja, 60Kg, foi de R\$ 60,60, cotação de 20 de fevereiro de 2014. Se, alternativamente aos 60% de volume de produção mato-grossense da safra 2013/2014, considerarmos a possibilidade de escoamento de até 60 milhões de toneladas de grãos em 2022, conforme a Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Ministério da Agricultura, a economia poderá chegar a R\$ 4,3 bilhões no ano.

compromisso por parte das empresas que 60% desses postos sejam ocupados por mão de obra local.

A expansão da infraestrutura de transporte na região também provocará um aumento na demanda por estruturas de armazenamento. De acordo com o Projeto Norte Competitivo²², a atual capacidade estática de armazenagem de granéis sólidos é muito pequena no Pará, e a expectativa de crescimento acentuado do escoamento da produção de grãos do Centro-Oeste pelo Norte do País implicará grande pressão sobre armazenagem no estado. Da mesma forma, os terminais de grãos nas pontas das ferrovias e nos portos poderão não dar conta da demanda esperada, a menos que os investimentos adequados sejam feitos, conforme ilustra a **Figura 12**.

Figura 12 – Perfil dos Armazéns de Granéis Sólidos no Pará



Fonte: Projeto Norte Competitivo

Elaboração: MP/SPI

O volume de investimento associado ao escoamento de grãos pelo “Arco Norte”, portanto, será significativo. Interessa, a este respeito, evidenciar que, a despeito dos investimentos iniciais, o complexo da soja em particular é um sistema capital-intensivo e o maior número de empregos é criado a jusante do complexo. De acordo com Roessing & Lazzarotto (2004)²³, em 2003, a quantidade de empregos diretos, indiretos e de efeito-renda envolvidos com o complexo soja no Brasil girava em torno de 4,5 a 5 milhões de pessoas. Ainda, mesmo com o aumento da produção de soja, a tendência seria a criação de empregos concentrada no setor terciário (processos administrativos e comerciais), uma vez que as fases industrial e agrícola tornam-se cada vez mais capital-intensivas.

Por iniciativa da Prefeitura de Itaituba e da ATAP, foi firmado um convênio que estabelece ações a serem custeadas pelas empresas para beneficiar a população do município. As ações estão organizadas em quatro áreas: infraestrutura, segurança pública, assistência social e mercado de trabalho.

²² Disponível em: <http://www.transportes.gov.br/conteudo/46046>

²³ Disponível em: http://www.cnpsol.embrapa.br/download/publicacao/documento_233.pdf

A ação prioritária na área de infraestrutura diz respeito à revisão do Plano Diretor Municipal, que está em andamento. Ademais, estão previstos o rebaixamento de energia elétrica a partir do reforço que será implantado para a área portuária, a aquisição de equipamentos para o aeródromo, de semáforos para a segurança no trânsito e de transformadores para escolas de Miritituba.

Na área de segurança pública, está programada a instalação de unidade do Corpo de Bombeiros de Miritituba. Com relação à assistência social, será instalado um Centro de Referência (CRAS) também em Miritituba.

Por fim, as ações vinculadas ao mercado de trabalho prevêem a implantação de salas de treinamento e de plano de formação de mão de obra voltada à cadeia de serviços e negócios decorrentes do complexo portuário. Além disso, será implantada a feira do produtor rural em Miritituba.

3. Soja: avanço da área plantada no Brasil e na Floresta Amazônica

A expansão da área ocupada com a cultura da soja no Brasil ocorreu a partir da década de 1970, quando houve a abertura e consolidação de novas áreas para agricultura na região Sul do país. No início dos anos 1980 a expansão já havia atingido a região Centro-Oeste, a qual passou a ser responsável por 31% da produção nacional de soja, em 1989.

Atualmente, a expansão da área plantada de soja tem se dado, sobretudo, no sentido norte, a partir da região central brasileira, ou seja, atingindo diretamente o ecossistema da Floresta Amazônica. Essa expansão é impulsionada pelo aumento da demanda mundial pelo grão, por investimentos em infraestrutura logística e por políticas de apoio ao setor de agronegócios. Através desse processo, o plantio de soja está se consolidando em várias regiões da Amazônia, até agora com resultados promissores. No entanto, a viabilidade agronômica e econômica do modelo de expansão da cultura da soja se contrapõe às consequências sociais e ambientais da ampla difusão desse modelo na Amazônia.

As projeções para a expansão de área plantada de soja no Brasil mostram que a área deve passar de 27,7 milhões de hectares em 2013 para 34,4 milhões em 2023, um acréscimo de 6,7 milhões de hectares ou 24,3%²⁴. Nos últimos anos a produtividade da soja tem se mantido estável em 2,7 toneladas por hectare, e esse número está sendo projetado para 3,0 toneladas por hectare nos próximos 10 anos. A expansão da fronteira da soja deve combinar: a ocupação de novas terras disponíveis para a agricultura; a ocupação de terras de pastagens; e a substituição de lavouras onde não há terras disponíveis para serem incorporadas.

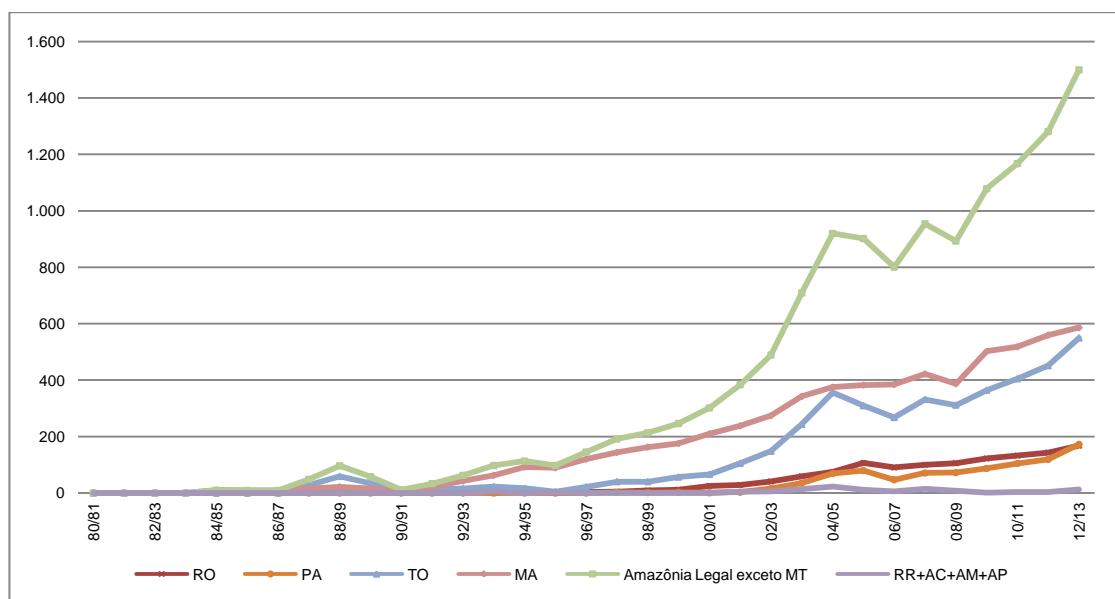
²⁴ MAPA, Projeções do Agronegócio: Brasil 2012/2013 a 2022/2023. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/projcoes%20-%20versao%20atualizada.pdf

Voltando à expansão da soja para a Amazônia Legal²⁵, na metade da década de 1970, apenas o estado do Mato Grosso produzia soja. Somente em meados da década seguinte é que a produção de soja surge nos estados do Maranhão (safra de 1984/1985) e de Rondônia (safra de 1985/1986). Na safra de 1997/1998, aparecem os primeiros dados sobre a plantação de soja no Pará e, nos anos seguintes, nos demais estados da região Norte.

Considerando que a produção de soja no Mato Grosso está consolidada, optou-se, na sequência, por visualizar a expansão dessa atividade apenas nos demais estados da Amazônia Legal.

A partir da década de 1990 há uma ascensão contínua e marcante das curvas que representam o tamanho das áreas ocupadas pela produção de soja nos estados da Amazônia Legal. Em seu conjunto, esses estados totalizam 1,5 milhão de hectares plantados, excluído o estado de Mato Grosso. Com este, a área plantada se eleva para 9,3 milhões de hectares. A expansão identificada demonstra a expansão dessa cultura para as regiões mais ao Norte do país.

Gráfico 6 – Evolução da área plantada de soja na Amazônia Legal exceto Mato Grosso (1980 – 2013)



Fonte: CONAB - Série Histórica Relativa às Safras 1976/77 a 2012/13 de Área Plantada, Produtividade e Produção.

Elaboração: MP/SPI.

Quando observadas as taxas de crescimento da área plantada de soja nos estados da Amazônia Legal, é possível identificar um ritmo maior do avanço da soja na região. Considerando a safra 2001/2002 como ponto de referência, ao final de doze anos (safra 2012/2013) a área incorporada à atividade no Brasil variou cerca de 70%. No mesmo período, a expansão da soja na Amazônia Legal foi bem maior, de 120%, com destaque (em termos de variação) para os estados de Rondônia (486%) e, principalmente, do Pará (5.838%) – nesses

²⁵ Atualmente, a área de abrangência da Amazônia Legal corresponde à totalidade dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, e parte dos estados de Mato Grosso e Maranhão, perfazendo uma superfície de aproximadamente 5,0 milhões de Km², cerca de 59% do território brasileiro.

casos, contudo, as taxas de expansão também são explicadas pela área exígua de produção no início do período de referência.

Tabela 21 – Variação percentual da área plantada no Brasil.

Unidade da Federação	Área em mil hectares (2001/02)	Área em mil hectares (2012/13)	Variação Percentual
Roraima	3,5	12,0	243
Rondônia	28,6	167,7	486
Pará	2,9	172,2	5838
Maranhão	238,3	586,0	146
Tocantins	105,0	549,6	423
Piauí	86,8	546,4	529
Bahia	800,0	1.281,9	60
Mato Grosso	3.853,2	7.818,20	103
Amazônia Legal	4.232,6	9.305,7	120
Mato Grosso do Sul	1.192,2	2.017,0	69
Goiás	1.901,9	2.888,0	52
Distrito Federal	37,7	55,00	46
Minas Gerais	719,0	1.121,2	56
São Paulo	577,7	637,0	10
Paraná	3.291,4	4.752,8	44
Santa Catarina	241,3	512,5	112
Rio Grande do Sul	3.305,6	4.618,6	40
Brasil	16.386,2	27.736,1	69

Fonte: CONAB - Série Histórica Relativa às Safras 1976/77 a 2012/13 de Área Plantada, Produtividade e Produção.

Elaboração: MP/SPI.

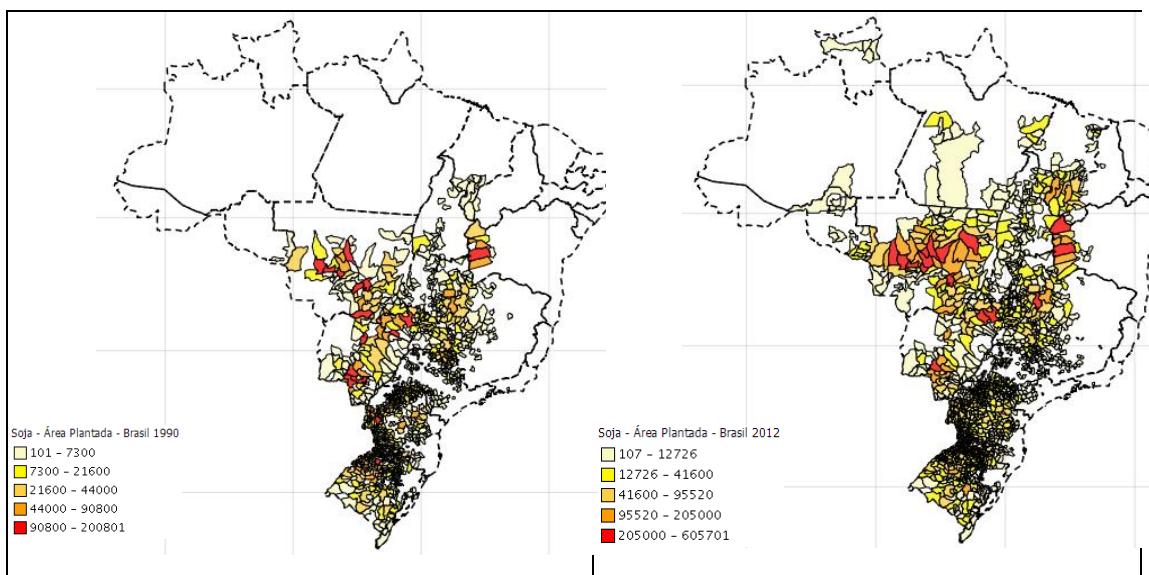
Ainda que em termos absolutos as áreas da soja em Rondônia e no Pará (respectivamente, 167,7 mil e 172,2 mil hectares) sejam muito inferiores à área observada no Mato Grosso (7,8 milhões de hectares) ou mesmo no Maranhão (586 mil hectares) e no Tocantins (549,6 mil hectares), o ímpeto da expansão é preocupante, tendo em vista a biodiversidade da vegetação original destes estados.

Destaca-se a expansão da soja na região que atualmente é chamada de Matopiba, por compreender terras situadas nos estados do Maranhão, do Tocantins, do Piauí e da Bahia. Essa região conta com um grande potencial produtivo. O Mato Grosso deverá perder força nesse processo de expansão de novas áreas, devido principalmente aos preços de terras no estado, que já alcançaram patamar superior ao dobro dos preços de terras de lavouras nos estados do Matopiba.

A seguir, a Figura 13 apresenta mapas referentes à área plantada de soja no país, no ano de 1990 e 2012²⁶.

²⁶ A elaboração dos mapas se deu a partir do Sistema de Observação e Monitoramento da Agricultura no Brasil (SOMABRASIL) e de dados de área plantada de soja, disponibilizados pela Produção Agrícola Municipal do IBGE.

Figura 13 – Distribuição Espacial da Área Plantada de Soja (ha) no Brasil – 1990 e 2012



Fonte: SOMABRASIL: Sistema de observação e Monitoramento da Agricultura no Brasil. Disponível em: <<http://www.cnpm.embrapa.br/projetos/somabrasil/index.html>> e Pesquisa Pecuária Municipal (IBGE).

Elaboração: MP/SPI.

Como pode ser visualizado pelos mapas, enquanto em 1990 a Região Sul do país detinha a maior concentração de área de produção de soja do país, ao longo dos anos a mesma vai perdendo posição para a Região Centro-Oeste, especialmente Mato Grosso. É importante notar que, entre os dois períodos analisados, os Estados do Amazonas, de Roraima, de Rondônia e do Pará passam a apresentar áreas plantadas com soja, o que mais uma vez confirma o movimento de expansão dessa cultura para as Regiões ao Norte do país.

4. Soja, pecuária e evolução do desmatamento no Pará e na região de Integração do Tapajós: aproximações preliminares

Na região Amazônica, sobretudo nas áreas de expansão da fronteira agrícola, a dinâmica mais característica do uso do solo tem um caráter itinerante: ocupação da terra com floresta virgem, retirada de madeira de lei, agricultura e pecuária de baixo rendimento, instalação de uma pecuária extensiva mais produtiva com concentração da terra em propriedades médias ou grandes, instalação das plantações de soja sobre as pastagens improdutivas com deslocamento da pecuária, ampliação da infraestrutura para o agronegócio, finalizando com a migração dessas forças para outras áreas, um ciclo vicioso que se auto alimenta.

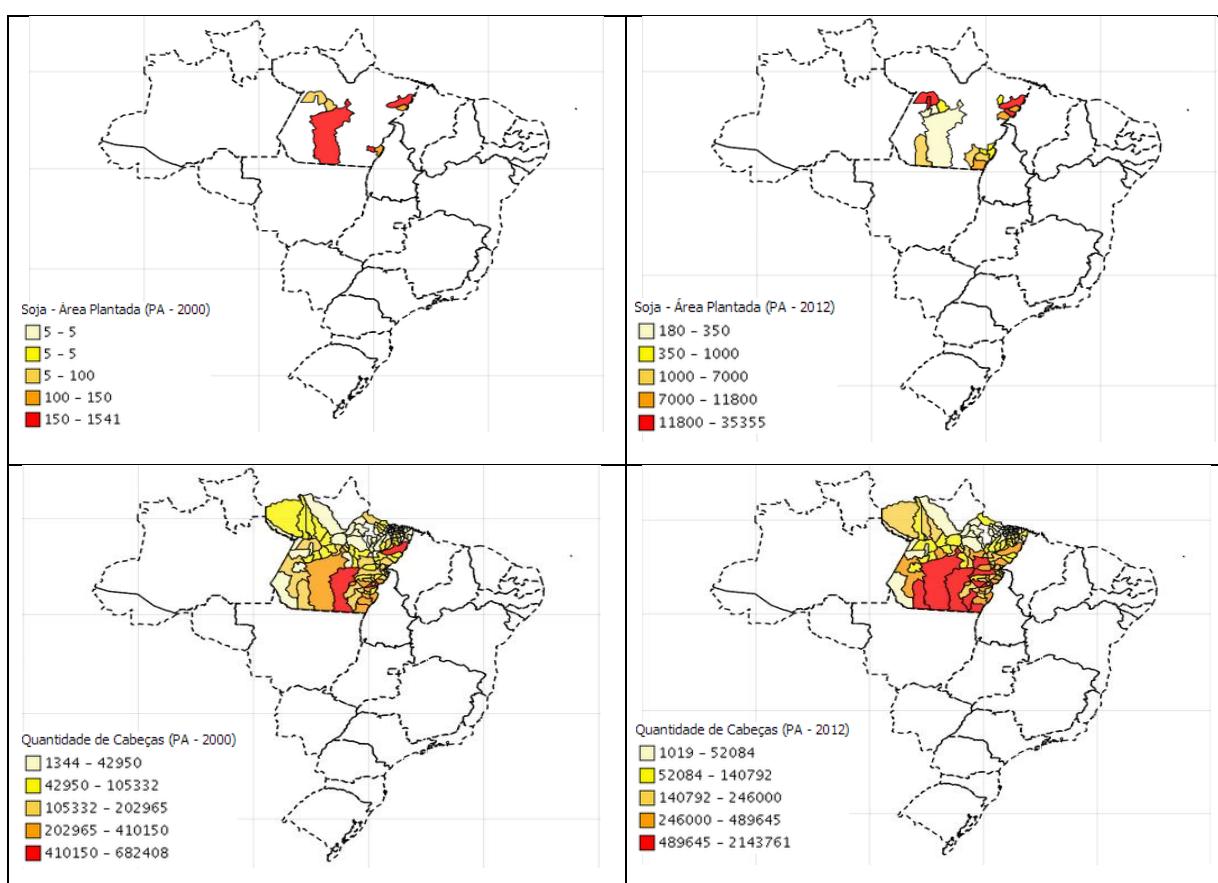
Segundo Castro (2005), para o entendimento da dinâmica do desflorestamento, é importante associar a interpretação dos princípios da racionalidade econômica à análise das estratégias de caráter político dos agentes econômicos de espaços diferenciados da Amazônia.

Nesse âmbito, interessa avaliar as possíveis interações entre, de um lado, o desenvolvimento da produção de grãos (soja em especial) e da pecuária e, de outro lado, a evolução do desmatamento no Pará e na Região de Integração do Tapajós.

No início desta parte do Relatório foram apresentadas informações gerais sobre a agropecuária na Região do Tapajós. A seguir, são apresentados mapas referentes à área plantada de soja e rebanho bovino no estado do Pará, no ano de 2000 e 2012²⁷.

Os mapas da área plantada apontam que, em 2000, a cultura da soja estava localizada nas mesorregiões do sudoeste paraense, baixo amazonas e no sudeste paraense. Em 2012, verifica-se a consolidação dessas mesorregiões como produtoras de soja, com o aumento da área de produção. Destaca-se que essas regiões são área de influência das rodovias federais BR-230 (Transamazônica) e BR-163 (Cuiabá-Santarém) e de rodovias estaduais como a PA-150 e a PA-279.

Figura 14 – Distribuição Espacial da Área Plantada de Soja (ha) e Rebanho Bovino (Quantidade de Cabeças) no Pará – 2000 e 2012



Fonte: SOMABRASIL: Sistema de observação e Monitoramento da Agricultura no Brasil. Disponível em: <<http://www.cnpm.embrapa.br/projetos/somabrasil/index.html>> e Pesquisa Pecuária Municipal (IBGE).

Elaboração: MP/SPI.

Apesar da recente constatação da conversão direta de áreas de cobertura florestal natural em áreas de produção de grãos, sobretudo no estado de Mato Grosso (MORTON *et alii*, 2006), a relação da produção de soja com o desflorestamento tem sido apresentada como uma relação

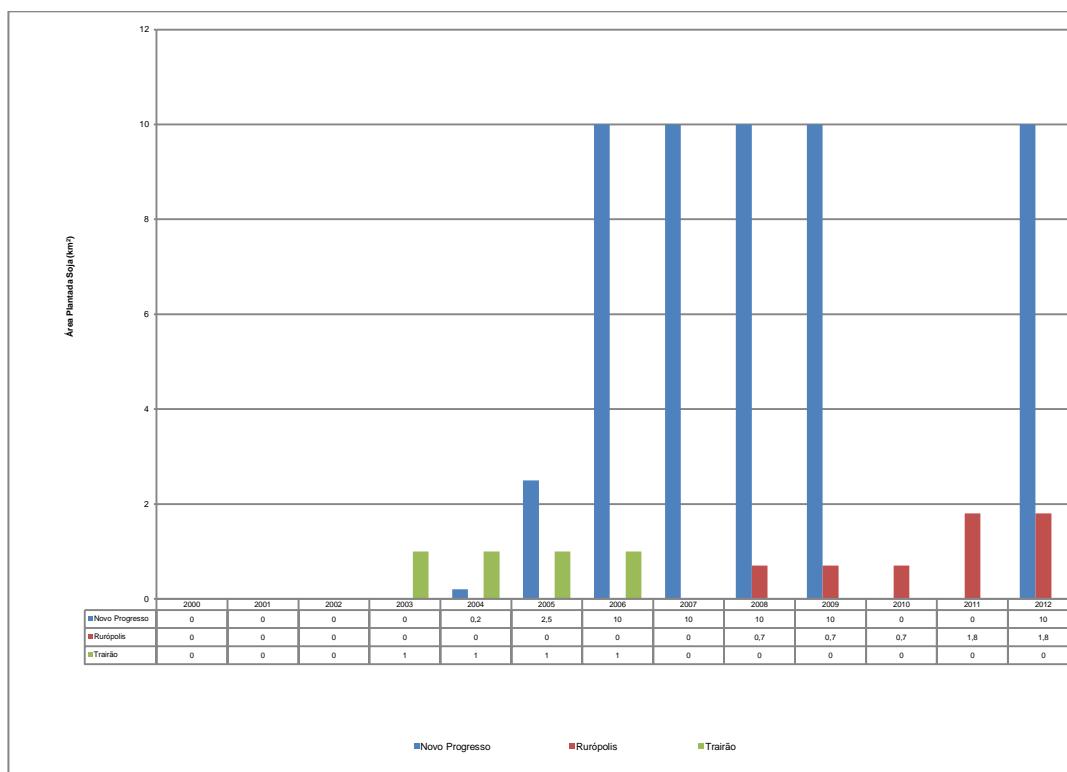
²⁷ A elaboração dos mapas contou com o apoio do Sistema de Observação e Monitoramento da Agricultura no Brasil (SOMABRASIL) e dados de área plantada de soja e rebanho bovino disponibilizados pela Produção Agrícola Municipal e Produção Pecuária Municipal do IBGE.

indireta (ALENCAR et. al., 2004), pois a expansão da cultura tem acontecido de forma contínua em pastagens já ocupadas, onde o custo da implantação da atividade se torna menos dispendioso, denominado como “efeito de arrasto” (FEARNSIDE, 2005). Por outro lado, a ocupação das pastagens faz surgir um novo problema, pois a soja acaba induzindo a expansão da atividade de pecuária para novas áreas de floresta (BECKER, 1998).

Em relação ao rebanho bovino, percebe-se que desde 2000 a pecuária de corte já estava distribuída em todo o estado. Em 2012 verifica-se um aumento considerável da quantidade de cabeças de gado nos municípios do sudeste e do sudoeste paraense. O Estado possui o 5º maior rebanho bovino do país com 18.605.051 de cabeças (Pesquisa Pecuária Municipal, 2012). O papel da pecuária no desflorestamento está associado, sobretudo, às crescentes extensões de terra por ela ocupadas, à padronização do uso da terra e à concentração fundiária por ela proporcionada, como estratégia de formação de estoques para o mercado futuro de terras (CASTRO, 2007).

A seguir é apresentada a evolução da área plantada pela cultura de soja e do rebanho bovino nos municípios do Consórcio Tapajós. Verifica-se que a cultura da soja ocorre apenas em três municípios (Novo Progresso, Rurópolis, Trairão) e com um peso menor na comparação com a pecuária. Considerando o ano de 2012, a área de cultivo da soja no Território do Tapajós somou quase 12 Km² (1.180 ha), o equivalente a apenas 1% da área de produção da cultura no estado do Pará, equivalente a 1.197 km² ou 119.686 ha.

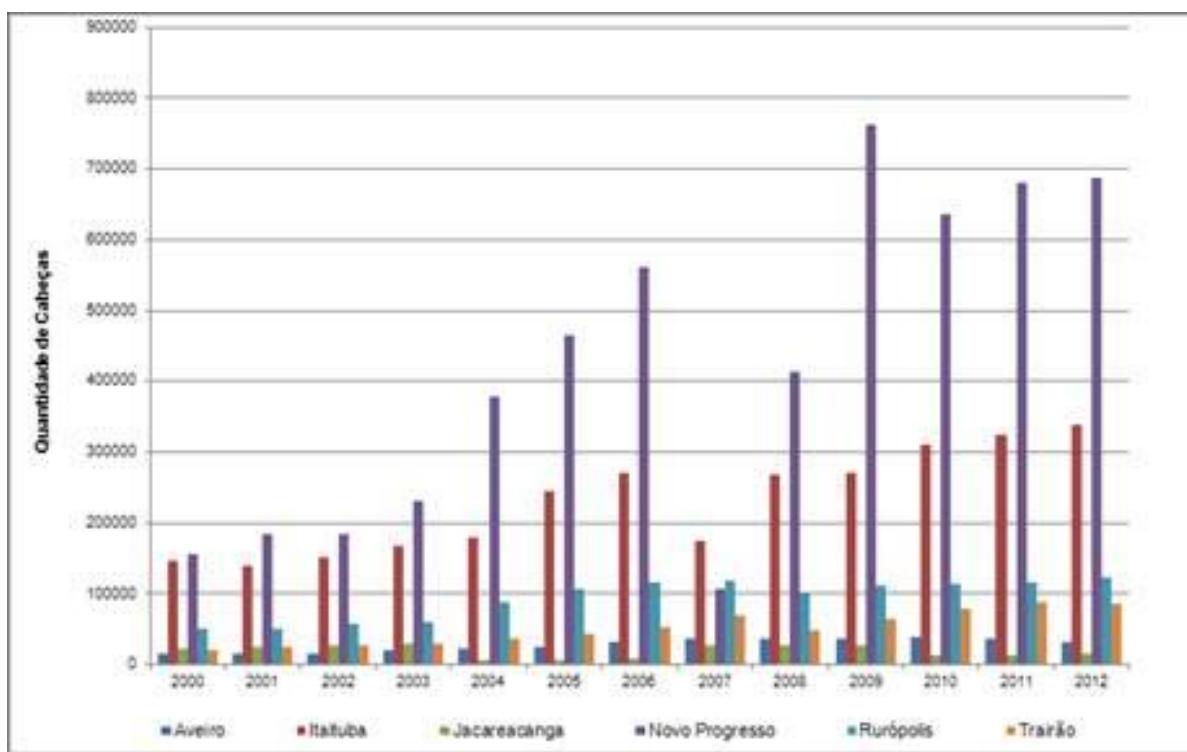
Gráfico 7 – Evolução da Área Plantada de Soja (ha) no Tapajós



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (IBGE)

Elaboração: MP/SPI

Gráfico 8 – Evolução do Rebanho Bovino no Território do Tapajós



Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal (IBGE).

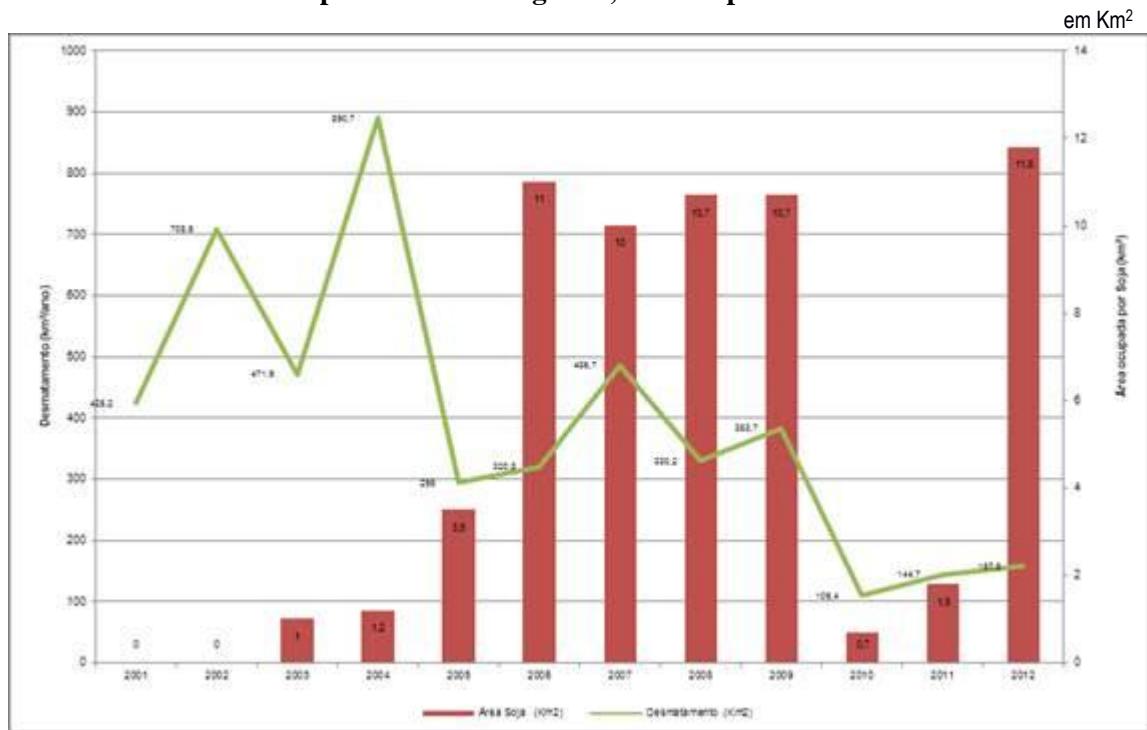
Elaboração: MP/SPI.

Em relação à evolução do rebanho bovino, observa-se que todos os municípios apresentam participação na produção pecuária, com destaque para os municípios de Novo Progresso e de Itaituba. Em 2012, o rebanho bovino da RI de Tapajós (1.282.109 cabeças) representou 7% do rebanho do estado do Pará (18.605.051 cabeças).

Com o objetivo de avaliar possíveis inter-relações entre a dinâmica da cultura da soja, a área ocupada pelo rebanho bovino e a evolução da taxa de desmatamento no Território do Tapajós, os gráficos seguintes foram elaborados com base nos dados do PRODES, da Pesquisa Pecuária Municipal e da Pesquisa Agrícola Municipal. A análise gráfica considerou apenas os municípios com registro de cultivo de soja no período. Ressalta-se que a área ocupada por gado foi estimada utilizando as seguintes Taxas de Lotação de pastagens (UA/ha): 1,09 (Novo Progresso), 1,06 (Rurópolis) e 0,68 (Tairão)²⁸.

²⁸ Fonte EMBRAPA/INPE (2011).

Gráfico 9 – Evolução do Desmatamento e da área ocupada por soja nos municípios de Novo Progresso, de Rurópolis e de Trairão



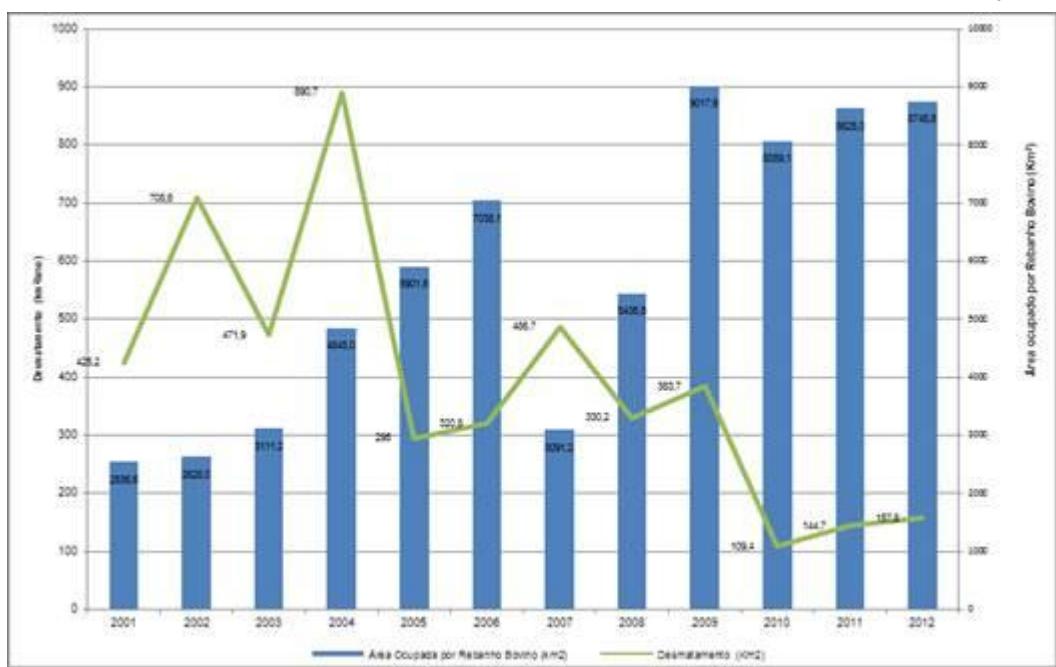
Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (IBGE) e PRODES

Elaboração: MP/SPI

Em primeiro lugar, ressalte-se a diferença de magnitude entre a área plantada da soja na RI Tapajós e a área estimada para a pecuária na região. A soja, que aparece em apenas três dos seis municípios, ocupou em 2012 um total de 12,0 Km², contra 16.473 Km² estimados para a pecuária em todos os municípios da RI Tapajós (0,78 UA/ha). Mesmo considerando apenas os três municípios com registro de ocupação da soja, a diferença é significativa: soja com 12 Km², contra mais de 8.000 Km² da pecuária.

Gráfico 10 – Evolução do Desmatamento e da área ocupada pelo rebanho bovino nos municípios de Novo Progresso, de Rurópolis e de Trairão

em Km²



Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal (IBGE) e PRODES

Elaboração: MP/SPI

Em relação à soja, os anos de 2003 a 2005 marcam o início do plantio na região e do crescimento da área plantada. No mesmo período o desmatamento nos três municípios – Novo Progresso, Rurópolis e Trairão – apresenta flutuação. No ano de 2006 ocorre uma expansão da cultura, com o inicio da produção no município de Novo Progresso. Verifica-se, desde então, estabilidade da área de plantio até o ano de 2009. O ano seguinte (2010) é marcado por redução da atividade na região, influenciada pela ausência de registro de produção em Novo Progresso. Essa queda coincide com a inclusão do município de Novo Progresso na Lista dos Municípios Prioritários da Amazônia (Decreto nº 6.321 de 2007) para monitoramento e controle do desmatamento. Ressalta-se que entre os anos de 2006 e 2009, em que pese a expansão da área de cultura de soja, a taxa de desmatamento apresenta uma tendência de queda. Entretanto, no período seguinte (2010-2011), a taxa de desmatamento se amplia ligeiramente enquanto cai a área de cultivo da soja. Finalmente, em 2012, continua a expansão do desmatamento acompanhada por expansão da área cultivada da soja.

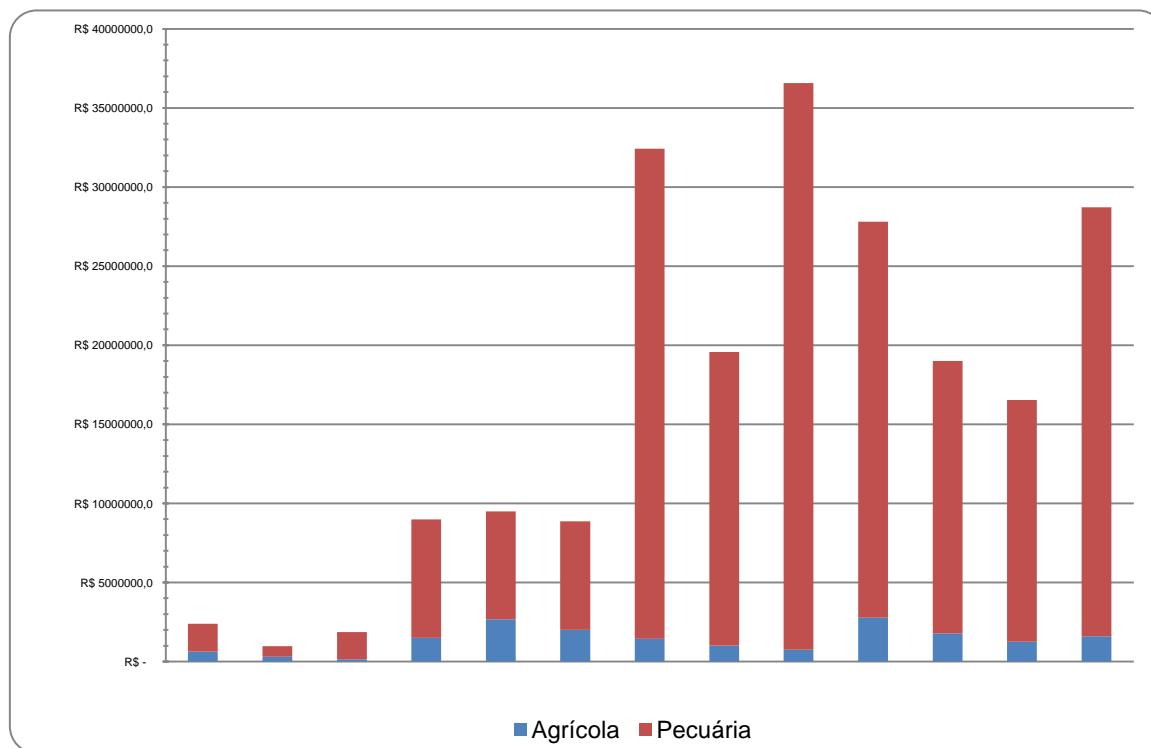
A área ocupada com o rebanho bovino em Novo Progresso, em Rurópolis e em Trairão apresenta uma dinâmica diferente. Entre os anos de 2001 e 2006, verifica-se uma expansão contraposta a uma redução da taxa de desmatamento. Os anos de 2007 e 2008 apresentam redução da área ocupada em relação aos anos anteriores. Essa queda pode ser relacionada aos seguintes fatores: aumento do abate de fêmeas ocorrido entre 2003 e 2006 reduzindo a disponibilidade de animais de reposição; aumento da taxa de abate no Brasil no período, estimulado pela recuperação dos preços da arroba; instalação de frigoríficos intensificando o abate; e aumento da efetividade das ações de monitoramento e controle ambiental. Entretanto, verifica-se, em 2009, expansão do rebanho e consequente aumento da área ocupada com gado. O patamar alcançado após 2009 é mantido até 2012, com um leve acréscimo. Destaca-se que

no mesmo período a taxa de desmatamento apresenta uma queda significativa (2010), seguida por leve ascensão em 2011 e 2012.

Por fim, cumpre explorar as relações entre evolução do crédito rural no Território do Tapajós e ampliação da agropecuária no período. Como na análise anterior, o foco se restringe aos municípios com ocorrência da cultura da soja, a saber, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão.

A atividade pecuária, como não poderia deixar de ser em razão da sua dimensão, é a principal captadora de recursos nos três municípios para o período analisado. Entre os anos de 2000 a 2002, a média do volume de financiamento foi de R\$ 1,4 milhão. De 2003 a 2008, grosso modo, observa-se evolução da captação de recursos por parte dos produtores. Esse aumento provavelmente refletiu o crescimento do rebanho e da área ocupada com gado. No período de 2008 a 2011, observa-se uma trajetória descendente na evolução do crédito para a pecuária. O volume captado passou de R\$ 35,8 milhões para R\$ 15,3 milhões. Essa queda coincide com a inclusão do município de Novo Progresso na Lista de Municípios Prioritários para o controle do desmatamento. Ao mesmo tempo, o Banco Central do Brasil aprovou a Resolução nº 3545/2008, que estabelece exigência de documentação comprobatória de regularidade ambiental e outras condicionantes, para fins de financiamento agropecuário no Bioma Amazônia. Em 2012, contudo, verifica-se uma recuperação do volume de crédito captado. Essa elevação recente pode refletir uma maior regularização ambiental das propriedades e/ou um afrouxamento nos mecanismos de controle de acesso ao crédito na região.

Gráfico 11 – Crédito Rural a produtores e cooperativas nos municípios de Novo Progresso, de Rurópolis e de Trairão



Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural (BACEN).

Elaboração: MP/SPI.

Em suma, a dinâmica das duas atividades (soja e pecuária) na última década no Território do Tapajós mostra que a cultura da soja ainda é incipiente com pequena área de cultivo (cerca de 10 Km²). Por outro lado, a pecuária apresenta-se consolidada e em expansão (16.473 Km²). Ressalta-se que a dinâmica do crescimento do rebanho bovino nos municípios paraenses mostra maior crescimento nos municípios do sudeste e do sudoeste. Portanto, um fator de maior pressão para o desmatamento na região.

Em conclusão, os dados apresentados não permitem estabelecer uma relação direta entre o desmatamento no Território do Tapajós e o atual desenvolvimento da cultura da soja, ainda incipiente e não correlacionado (diretamente) ao desflorestamento. Fatores como a expansão da pecuária, a redução da área de reserva legal dos imóveis rurais no entorno da BR-163 e da BR-230 (Lei Estadual nº 7.243/2009 e Decreto Federal nº 7.130/2010), a luta pela ocupação da terra intensificada pelas mudanças recentes no ordenamento fundiário com criação ou desafetação de Unidades de Conservação, conflitos no entorno de assentamentos da reforma agrária ou de áreas indígenas, bem como a dimensão e velocidade previstas das intervenções de infraestrutura logística e energética compõem um quadro bem mais amplo, relevante e multifacetado do desmatamento no Território do Tapajós – que inclui, mas não se restringe, à expansão da produção de grãos no País.

5. Mineração

Os minerais metálicos e gemas (como ouro, cassiterita e diamante) são encontrados no domínio das rochas do Embasamento Cristalino. Na Bacia Sedimentar do Amazonas, destacam-se os minerais não metálicos de uso industrial e na construção civil (calcário, dolomito, argila e areia).

A área do Embasamento Cristalino foi intensamente explorada por garimpos de ouro nas décadas de 1980/1990 e há uma nova “corrida do ouro” na atualidade. Os garimpos se distribuem ao longo dos rios Tapajós e Jamanxim e rios menores, como os rios Ratão e Jutai, igarapés Botica, do Banheiro ou Farmácia e da Lajinha.

É evidente a importância do garimpo para a economia da região do Tapajós, bem como seus impactos sociais e ambientais. O preço do ouro voltou a estimular a exploração do ouro na região do Tapajós: desde 2001, o ouro recupera seu valor no mercado mundial, fazendo com que a garimpagem também volte na região do Tapajós, só que com técnicas mais eficientes de extração do ouro.

Segundo o IBRAM, as sucessivas crises econômicas que aumentaram nos últimos anos a corrida de investidores por aplicações em ouro, consideradas um porto seguro em meio a turbulências, têm contribuído para despertar mineradoras e resgatar a produção no Brasil, sendo que a produção brasileira de ouro deve crescer cerca de 30 por cento nos próximos quatro anos, para 90 toneladas em 2016.

Os preços do ouro mais que dobraram desde setembro de 2008, quando foi deflagrada a crise financeira que quebrou bancos americanos e esfriou a demanda por outros metais. À época, a onça troy vendida no mercado spot era cotada acima de 1.700 dólares, segundo dados da Reuters.

Em 2012, a produção de ouro alcançou 67,8 toneladas, ante 66 toneladas registradas em 2011 e 58 toneladas em 2010. Níveis correspondentes a pouco mais da metade do que o Brasil chegou a produzir no fim da década de 1980 quando a extração atingiu o pico de 112 toneladas por ano, com expressiva contribuição da produção em garimpos e destaque para Serra Pelada.

O IBRAM estima investimentos de 1,7 bilhões de dólares em projetos de ouro até 2016, no Brasil, a serem aportados por empresas médias e grandes, inclusive 200 milhões de dólares a serem investidos pela Eldorado Gold em Tapajós, no Pará.

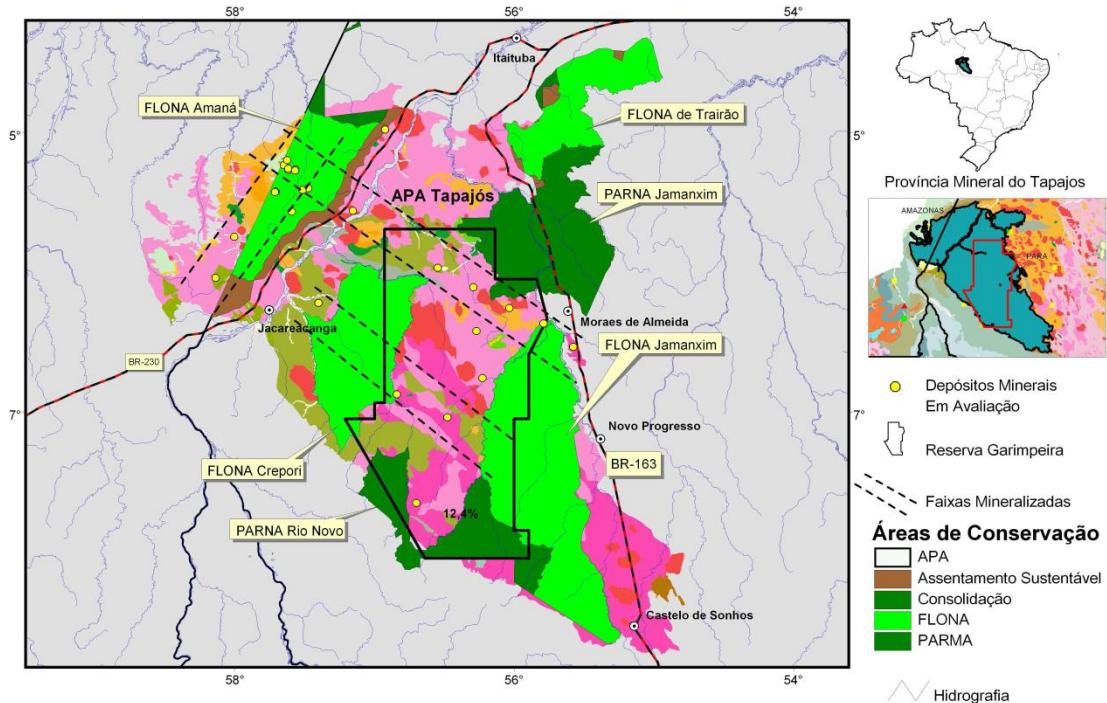
Assim, de 2010 para cá, a atividade retorna com força no Tapajós, já com o emprego de tecnologias bem mais avançadas, inclusive como o emprego de dragas que custam até dois milhões de reais, e que já seriam em número de 70 na bacia do Tapajós.

Segundo estimativa do DNPM realizado entre julho e dezembro de 2012 em 120 frentes de garimpo amostradas, que representam 1/7 das frentes identificadas em cadastramentos anteriores, os números do garimpo no Tapajós seriam: 12.000 garimpeiros, 1.000 cozinheiras, 300 retroescavadeiras, 1.100 pares de máquinas, e uma produção mensal de 350 kg de ouro ou 4,2 t de ouro/ano. Considerando-se cinco pessoas por garimpeiro, pode-se estimar que existam mais de 60.000 pessoas envolvidas direta e indiretamente com a atividade mineral na região do Tapajós.

Portanto, fica cada vez mais visível que a atividade passa por uma transição na qual cada vez mais há necessidade maior de investimentos e uso de equipamentos e técnicas mais modernas de exploração: o garimpo tradicional dá lugar às empresas mineradoras e os impactos, tanto sociais quanto ambientais, são intensificados. O uso de equipamentos potentes dispensa a mão de obra e pode comprometer mais os ambientes mais frágeis, principalmente a flora marginal às fontes de água e os ecossistemas aquáticos.

A exploração mineral continua sendo uma atividade importante, principalmente porque o maior distrito aurífero do mundo está inserido na bacia do Tapajós. As novas técnicas, com uso de balsas e dragas, aumentam o potencial de extração de ouro, mas também causam maiores impactos ambientais.

Província Mineral do Tapajós e as Unidades de Conservação



Os garimpos já foram de grande importância para os moradores da região. Atualmente, seus responsáveis não pertencem à população local e não estão vinculados aos imóveis cadastrados. Mas a atividade contribui para a geração de renda para a população residente, pois os garimpeiros adquirem produtos agropecuários, da pesca, do extrativismo vegetal, além de serviços.

A construção da Usina Hidrelétrica de São Luiz do Tapajós revelará conflito de uso territorial na área que será destinada ao reservatório. De acordo com o EIA-RIMA desse empreendimento, dos 137 locais com jazimentos minerais identificados na AII, 81 são garimpos de ouro, a maioria já em exploração. Na porção norte da AII²⁹, há duas minas de argila e uma de calcário, lavradas pela Companhia Brasileira de Equipamentos (CBE) para a fabricação de cimento. Existem ainda algumas poucas ocorrências de menor importância de outros minerais como estanho, cromo, turmalina, topázio, ametista, areia, calcário e material para brita.

Desses 137 jazimentos minerais, 65 estão na AID, sendo 70% garimpos ativos e minas ativas; desses, 75% são de ouro ou de ouro em associação com diamante. Ainda, desses 65 jazimentos, 37 estão na ADA, sendo 90% em exploração, das quais 95% são para ouro.

De acordo com o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM, 2013), há 1.061 processos minerários protocolados referentes à AII. Mais da metade dos requerimentos de lavra garimpeira ainda não obteve liberação, indicando que a exploração mineral atual encontra-se, em grande parte, irregular.

As atividades minerárias na bacia do rio Tapajós foram suspensas em 15 de abril de 2013, devendo a lavra garimpeira ser regularizada conforme as diretrizes para o licenciamento,

²⁹ ADA – Área Diretamente Afetada; AII – Área de Influência Indireta; AID – Área de Influência Direta

estabelecidas pela Instrução Normativa 006/2013 da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA).

Na AID/ADA, por sua vez, existem 148 processos minerários protocolados no DNPM. Aproximadamente 4% estão em fase de lavra, percentual inferior ao observado na AII, que correspondem a um processo para argila em fase de concessão de lavra, localizado no limite norte da AID, e cinco áreas com permissão de lavra garimpeira para ouro no leito do rio Tapajós. Mais de 50% dos processos ativos estão na fase de requerimento de lavra, demonstrando a intenção de regularização da atividade.

6. Considerações finais

Considerando os resultados apresentados por Roessing & Lazzarotto (2004), após os investimentos iniciais, o escoamento da produção de soja pelo Território do Tapajós não deverá proporcionar um impacto relevante na geração de empregos no campo. Por outro lado, destaca-se o possível efeito desagregador socioeconômico da sojicultura. O desenvolvimento não sustentável dessa atividade poderá provocar a supressão das culturas regionais de subsistência, consequentemente as populações rurais se tornariam assalariadas em busca de trabalho no campo e na cidade.

Assim, se por um lado, aos investimentos em logística para escoamento de grãos se associam externalidades negativas para a população e para a floresta, por outro lado, o grande volume de recursos envolvidos abre a oportunidade para a cobrança de compensações destinadas, por exemplo, à dinamização das atividades locais tradicionais e sustentáveis.

A mineração de ouro continuará desempenhando papel de importante atividade econômica na região, mobilizando muitos trabalhadores e atividades complementares e de suporte. Esse contexto poderá sofrer alterações se o valor do ouro cair para níveis muito baixos no mercado internacional e/ou se houver significativo controle das atividades irregulares por parte das autoridades de fiscalização.

Além das obras de transporte e logística previstas para a região, existem outros empreendimentos que irão impactar o desenvolvimento regional. Destaque para a construção das hidrelétricas do Complexo Tapajós – 5 usinas programadas: São Luiz do Tapajós, Jatobá, Chacorão, Jamanxim e Cachoeira dos Patos. Espera-se que, após a conclusão, o complexo tenha uma potência instalada de 13.219 megawatts (MW). A vizinha, a Usina de Tucuruí, também no Pará, tem capacidade instalada de 8.370 MW. Se comparado às outras grandes usinas brasileiras, só fica atrás da binacional Itaipu, de propriedade brasileira e paraguaia, com 14.000 MW e acima da ainda em construção Usina de Belo Monte, onde se estima a geração de 11.233 MW, quando operar em plena capacidade.

Os investimentos em infraestrutura e serviços atraem empreendedores, que, por sua vez, atraem migrantes, tendo como consequência o aumento da população e da demanda por serviços básicos e de infraestrutura, que exigem a presença mais ativa dos governos locais, regional e federal. Portanto, os benefícios para o país em termos de redução dos custos do frete para exportação ou em segurança energética devem ser contrapostos aos impactos na estrutura econômica, social e ambiental local.

Ressalta-se que a dinâmica de expansão da infraestrutura na região Centro-Oeste foi um dos elementos responsáveis pela mudança no modelo de ocupação e de produção regional na direção da tecnificação da produção agrícola, base para o salto produtivo e exportador do complexo grão-carne.

Dessa forma, o atual padrão de investimentos na região Norte nas vias de integração nacional e regional deverá ocasionar mudanças nos modelos de ocupação e de produção regional. Uma das mudanças possíveis é a expansão da agropecuária na região amazônica com o crescimento da produção de grãos (soja e milho), evolução do rebanho bovino, bem como a redução da área plantada das culturas tradicionais (arroz, mandioca, dentre outros). Uma expansão como essa, por sua vez, deve ensejar pressão sobre novas áreas de floresta.

No que diz respeito à relação direta entre o desmatamento no Território do Tapajós e o atual desenvolvimento da cultura da soja, é ainda incipiente e não correlacionado (diretamente) ao desflorestamento. Fatores como a expansão da pecuária e a redução da área de reserva legal dos imóveis rurais são mais preocupantes na atualidade.

Parte V – Intervenções Governamentais

1. Introdução

Desde 2003, vem se consolidando um novo e viável padrão de transformações estruturais o qual, em termos analíticos, pode ser organizado a partir de cinco dimensões, interligadas pela primazia da atenção ao desenvolvimento social:

- i. Em sua dimensão social, a estratégia é de universalização e institucionalização dos direitos da cidadania, inclusão social das parcelas mais vulneráveis da população e melhoria na distribuição de renda;
- ii. Em sua dimensão econômica, a estratégia caracteriza-se por:
 - a) Praticar uma macroeconomia e um financiamento para o desenvolvimento, garantindo os objetivos de estabilidade macroeconômica e de crescimento com redistribuição de renda;
 - b) Dar curso e velocidade às três frentes de expansão que se encontram atuantes na economia brasileira: investimentos em produção e consumo de massa; investimentos em infraestrutura econômica e social; e investimentos em atividades intensivas em recursos naturais;
 - c) Potenciar as três frentes de expansão por meio de avanços substanciais nos terrenos da educação, ciência, tecnologia e inovação – construindo uma “sociedade de conhecimento” – até o ponto em que o processo de inovação possa tornar-se uma quarta frente de expansão da economia; e potenciá-las, também, fortalecendo os encadeamentos produtivos;
- iii. Na dimensão ambiental, cujo centro é a sustentabilidade, objetiva o desenvolvimento produtivo associado a um meio ambiente equilibrado e saudável, pelo uso adequado dos recursos naturais, tais como os recursos hídricos, as florestas, o solo e os recursos minerais;

iv. Na dimensão territorial, trata-se essencialmente de redistribuir oportunidades e renda entre regiões do país, fortalecendo a rede policêntrica de cidades e estimulando as potencialidades de cada território; e

v. No que se refere à dimensão político-institucional, a estratégia passa pela promoção da inserção internacional soberana e pelo contínuo fortalecimento do Estado e das instituições em um regime democrático que estimule a participação e a inclusão social.

A estratégia parte do pressuposto de que os avanços nas dimensões ambiental, territorial e político-institucional só são possíveis e sustentáveis quando há coerência e complementaridade entre as políticas sociais e econômicas, especialmente em um país ainda extremamente desigual como o Brasil.

A **Figura 15** apresenta a síntese da estratégia federal, exposta em seu plano plurianual referente ao período 2012-2015.

Figura 15 – Síntese da Estratégia Federal



Nesse sentido, este capítulo apresenta as ações governamentais previstas para o território do Consórcio do Tapajós, sendo dividido em duas dimensões, cada uma tratando de temas específicos e sensíveis para a região do Tapajós, com análise individualizada de cada município e, quando conveniente, com comparativo com o Estado do Pará e com a totalidade do país.

Assim, o primeiro capítulo, que trata da dimensão econômica, apresenta temas relacionados a transportes – em seus vários modais, rodoviário, hidroviário e aerooviário, energia – especialmente no que toca às hidroelétricas planejadas para a região, rede de comunicações, bem como atividades intensivas em recursos naturais.

Por sua vez, o segundo capítulo apresenta a dimensão social, englobando temas relevantes a todo o país, como saúde, educação, infraestrutura social, justiça, trabalho e renda. A dimensão social também apresenta temas mais sensíveis à região do Tapajós, mormente os programas de transferência de renda, as terras indígenas e desenvolvimento agrário.

2. Dimensão Econômica

2.1. Infraestrutura de Transportes

2.1.1. Estradas Vicinais

Dentre os projetos voltados às estradas vicinais, destacam-se aqueles inseridos no PAC Máquinas e Equipamentos e as ações desenvolvidas no âmbito do PDRS-Xingu.

Capitaneado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e incorporado à carteira do PAC, o Governo Federal tem fornecido máquinas e equipamentos para os municípios melhorarem a infraestrutura e recuperarem estradas vicinais para escoamento da produção e circulação de bens em municípios com até 50 mil habitantes. A **Tabela 22** refere-se ao status desse empreendimento para os municípios da região do Tapajós:

Tabela 22 – Equipamentos para estradas vicinais

Empreendimento PAC	CC	MN 1 ^a fase	MN 2 ^a fase	RE
Estágio	Em execução	Em execução	Em licitação	Concluído
Aveiro	1		1	
Itaituba				
Jacareacanga	1	1		
Novo Progresso	1	1		
Rurópolis	1	1		1
Trairão		1		1

CC: Caminhão Caçamba;

MN: Motoniveladora;

RE: Retroescavadeira.

2.1.2. Transporte Rodoviário

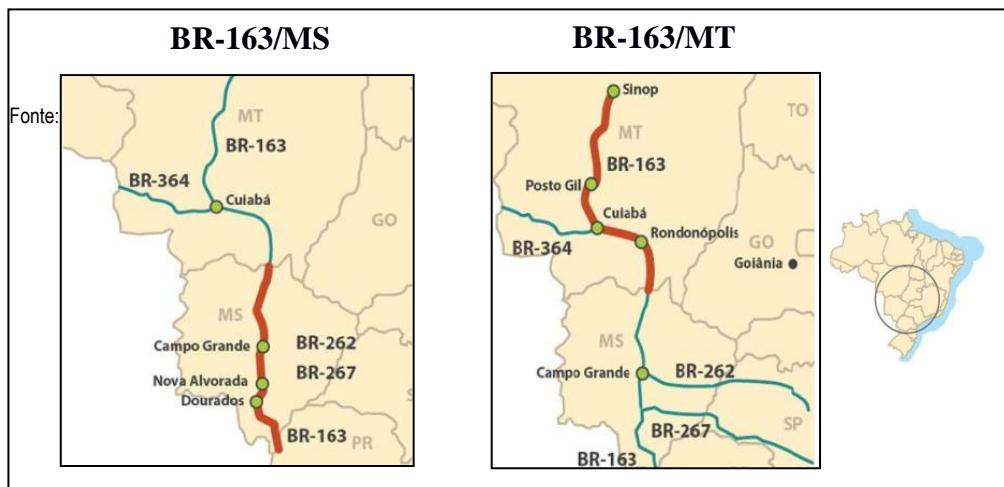
As duas principais rodovias federais que atravessam a região do Rio Tapajós são a BR-163 e a BR-230, ambas em obras.

A BR-163 é uma rodovia que se inicia no estado do Rio Grande do Sul e termina no Pará, no município de Santarém, sendo um importante corredor de escoamento da produção agrícola do norte de Mato Grosso, tanto em direção aos portos localizados no sul do país quanto aos do norte.

O último trecho da BR-163 vai de Sinop, no Mato Grosso, até o distrito de Mirituba, no município de Itaituba, no Pará. Esse trecho rodoviário integra o Arco Norte, abordado no capítulo anterior deste relatório.

Todos esses trechos encontram-se em processo de concessão, conforme ilustrado no **Quadro 1**. O trecho que atravessa o Estado do Mato Grosso do Sul e o trecho subsequente, no Estado do Mato Grosso, que vai da divisa até a cidade de Sinop, estão representados na **Figura 16**.

Figura 16 - BR 163/MT-MS



Quadro 1 – Processo de Concessão na BR 163/MT-MS.

Rodovia	Processo de Concessão	Comentários
BR-163/MT	Trecho a ser concedido: Sinop/MT até Mirituba/PA – aproximadamente 976km	Concessão anunciada pela Presidenta no dia 31/01/2014. Pelas informações disponibilizadas pelo site da ANTT, a modelagem da concessão será semelhante ao do PIL.
BR-163/MT	Trecho concedido: Sinop/MT até Mato Grosso até a divisa do Paraná (847,2km) Concessionária: Odebrecht Transpor S/A Deságio: 52,06% Pedágio médio: R\$ 0,02638/km rodado Data do Leilão: 27/11/2013	A cobrança da tarifa de pedágio somente poderá ter início após a conclusão dos trabalhos no sistema rodoviário e a execução de 10% das obras de duplicação. A estimativa de investimento soma cerca de R\$ 4,6 bilhões em 30 anos de concessão.
BR-163/MS	Trecho concedido: Divisa do Mato Grosso do Sul (850,2km) Concessionária: Companhia de Participações em Concessões (CCR) Deságio: 52,74% Pedágio médio: R\$ 0,0438/km rodado Data do Leilão: 17/12/2013	A cobrança da tarifa de pedágio somente poderá ter início após a conclusão dos trabalhos no sistema rodoviário e a execução de 10% das obras de duplicação. A estimativa de investimento soma cerca de R\$ 6 bilhões em 30 anos de concessão.

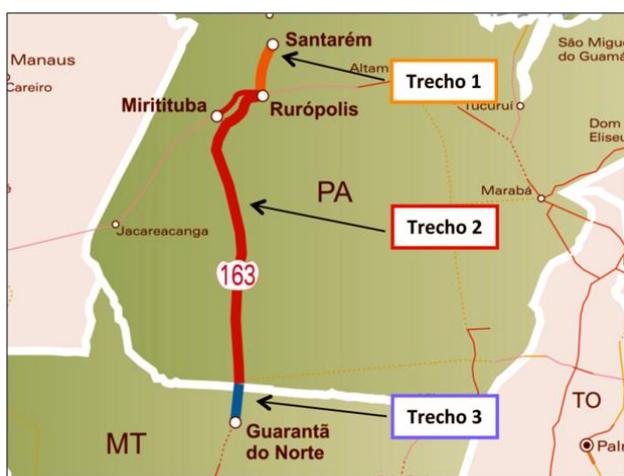
Fonte: ANTT.

A parte da rodovia que atravessa o **Pará** está em obras em três trechos, quais sejam:

- **Trecho 1** – Rurópolis a Santarém.
- **Trecho 2** – Divisa MT/PA a Rurópolis.
- **Trecho 3** – Divisa MT/PA a Guarantã do Norte, no Mato Grosso.

A **Figura 17** espacializa os trechos em obras da BR 163.

Figura 17 - BR 163/PA - Empreendimentos PAC



Fonte: Ministério dos Transportes.

Os trechos estão divididos em lotes e, após a conclusão do asfaltamento, serão objeto de obras complementares, como a sinalização ao longo da via, e dispositivos urbanos de acesso e travessia, tanto para veículos como pedestres. Ao logo dos trechos 1 e 2 ainda existem pontes

de madeira que serão substituídas. Essas pontes estão em fase de projetos para posterior licitação e implantação.

O trecho 1, que vai de Rurópolis até Santarém, é de 223 km, sendo que 125 km fazem parte do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC. O estágio e a localização dos lotes são os descritos na **Figura 18** e na **Tabela 23**.

Figura 18 - Localização dos lotes - trecho 1

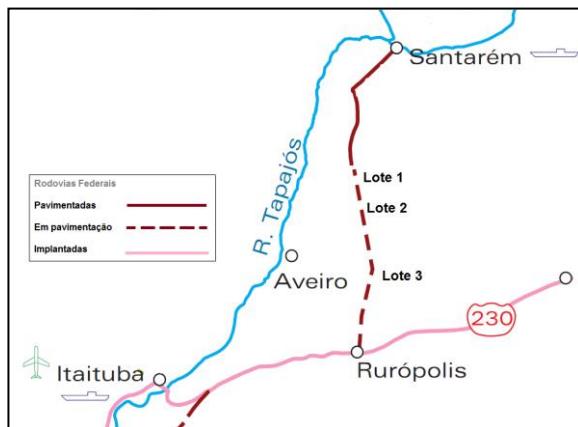


Tabela 23 – Empreendimento BR-163/PA – Trecho 1 – Rurópolis-Santarém

Nomenclatura PAC	Localização	Extensão (km)	Extensão Pavimentada (km)	Estágio
Santarém	Km 914 até Santarém	98,0	98,0	Pavimentado antes do PAC
Lote 1	Km 914 até km 893	21,0	21,0	Concluída a pavimentação e a sinalização
Lote 2	Km 893 até km 873	20,0	20,0	Concluída a pavimentação e a sinalização
Lote 3	Km 873 até km 789	84,0	43,8	Em execução
Total		223,0	182,8	Dos 223 km pavimentados, 182,8 km estão também sinalizados

Fonte: SEPAC e Ministério dos Transportes.

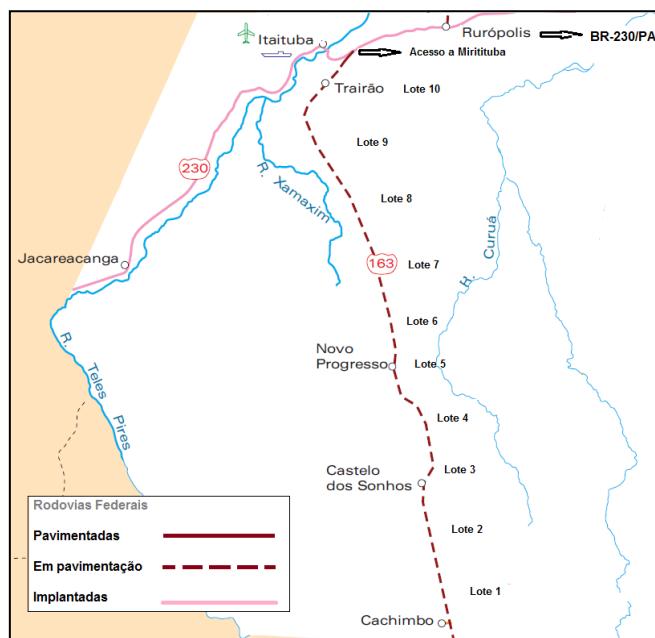
Da mesma forma, o trecho que vai de Rurópolis até a divisa do Pará com o Mato Grosso, com 822 km, está em obras e faz parte do PAC 2. Ao todo, o trecho é composto por 10 lotes em diferentes estágios, conforme a **Tabela 24** e a **Figura 19**.

Tabela 24 – Empreendimento BR-163/PA – Trecho 2 – Rurópolis - Divisa PA

Nomenclatura PAC	Localização	Extensão (km)	Extensão pavimentada (km)	Estágio
Lote 1	Div. MT/PA até km 103	103,0	62,3	Executados 62,3 km de pavimentação e 60,3 km de sinalização
Lote 2	Km 103 até 173	71,0	71,0	Concluída a pavimentação e a sinalização
Lote 3	Km 173 até km 241	68,0	68,0	Concluída a pavimentação e a sinalização
Lote 4	Km 241 até km 308	68,0	41,4	Em execução
Lote 5	Km 308 até km 314	5,0	5,0	Concluída a pavimentação e a sinalização
Lote 6	Km 314 até km 355	41,5	41,5	Concluída a pavimentação e a sinalização
Lote 7	Km 355 até km 420	65,0	0,0	Em execução
Lote 8	Km 420 até km 537	117,1	53,8	Em execução
Lote 9	Km 537 até km 676	137,5	36,1	Em execução
Lote 10	Km 676 até km 789 – BR-230/PA	113,0	0,0	Ainda não apresenta execução de pavimentação
Mirituba - Entronc BR-230/PA	Mirituba	33,0		
Total		822,1	379,1	Dos 379,1 km pavimentados, 185,5 km estão também sinalizados

Fonte: SEPAC e Ministério dos Transportes

Figura 19 – Localização dos lotes – trecho 2



Fonte: SEPAC e Ministério dos Transportes.

(*) a localização dos lotes no mapa é aproximada.

O trecho 3, que vai da divisa do Pará com o Mato Grosso até Guarantã do Norte, no Mato Grosso, tem 52 km que já foram concluídos, conforme **Tabela 25**.

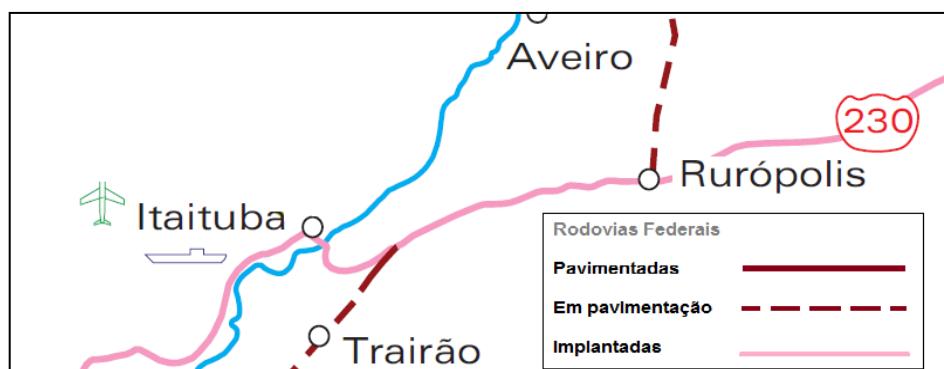
Tabela 25 – Empreendimento BR-163/PA – Trecho 3 – Divisa PA/MT-Guarantã do Norte/MT

Nomenclatura PAC	Localização	Extensão (km)	Extensão pavimentada (km)	Estágio
Pavimentação e Travessia Urbana	Km 1068 até km 1120	52,0	52,0	Concluída a pavimentação e a sinalização

Fonte: SEPAC e Ministério dos Transportes

A BR-230, por sua vez, conhecida como Rodovia Transamazônica, também atravessa a região do Rio Tapajós, no trecho que corta Rurópolis e se conecta à BR-163/PA, entre o km 894 e km 977. O trecho é previsto para ser concluído em 2016, com a pavimentação e sinalização, de acordo com a **Figura 20** e a **Tabela 26**.

Figura 20 – BR-230/PA – Trecho Rurópolis entroncamento BR-163/PA



Fonte: SEPAC e Ministério dos Transportes

Tabela 26 – BR-230/PA – Trecho Rurópolis entroncamento BR-163/PA

Nomenclatura PAC	Localização	Extensão (km)	Extensão pavimentada (km)	Estágio
Km 894 até km 977	Km 894 até km 977	83,0		Em execução

Fonte: Sepac/MP e Ministério dos Transportes

2.1.3. Transporte Aquaviário

O Rio Tapajós receberá investimentos federais para adequação de navegabilidade. As intervenções são compostas de dragagem, sinalização e balizamento, no valor total de **R\$ 18,5 milhões**, e também fazem parte da carteira do PAC. Atualmente, o empreendimento está em fase de estudos, sendo que o EVTEA³⁰ é previsto para ser concluído em meados de 2014.

Com a adequação da navegabilidade do Rio Tapajós e da Rodovia BR-163, um novo sistema logístico para o escoamento de grãos oriundos da região norte de Mato Grosso (Sinop, Sorriso, Nova Mutum e Lucas do Rio do Verde) está em processo de implantação, com participação do setor privado.

³⁰ Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental.

A Associação dos Terminais Privados do Rio Tapajós – ATAP, criada em 2012, é a entidade que representa os interesses de diversas empresas com planos de investimento no novo sistema, na qual fazem parte Bunge, Cargill, Hidrovias do Brasil, Cianport, Brick Logística, Chibatão Navegações, Reicon, Unirios e Unitapajós (Bunge e Amaggi). Segundo a entidade, somente a Bunge, a Cargill, a Hidrovias do Brasil e a Cianport devem investir, ao todo, **R\$ 600 milhões** na construção de terminais na margem direita do Rio Tapajós, em Miritituba, distrito de Itaituba, e outro **R\$ 1,4 bilhão** na construção dos comboios de barcaças e em aumento de capacidade em seus terminais nos portos exportadores. O objetivo é transformar o município em uma espécie de *hub*, capaz de receber a produção do Médio-Norte de Mato Grosso e distribuí-la em comboios de barcaças para os portos exportadores de Santarém (PA), Vila do Conde (PA) e Santana (AP). A expectativa é que os primeiros carregamentos de Mato Grosso passem por esse corredor a partir da safra 2014/15.

Atualmente, o Fundo da Marinha Mercante financia projetos de construção de embarcações (barcaças e empurreadores) para atuar no corredor Tapajós no valor de 839 milhões de reais. Os investimentos e as rotas dessas empresas estão sintetizados na **Tabela 27**.

Tabela 27 – Corredor Tapajós – Rota, investimentos e capacidade

Empresa	Rota Futura	Investimento em Instalações Portuárias	Investimento contratado com o FMM	Carga (milhões ton/ano)	R\$ milhões
Hermasa (grupo Amaggi)	Miritituba/PA - Vila do Conde/PA	-	126,00	2,2	
Cianport (Grupo Agrosoja e Fiagril)	Miritituba/PA - Santana/PA	730,00	148,00	2,3	
Hidrovias do Brasil (Promon, Pátria e BNDESPAR)	Miritituba/PA - Vila do Conde/PA	500,00	313,00	4,4	
Corredor Logístico (Grupo Cantagalo)	Miritituba/PA - Santana/PA	-	112,00	1,8	
Unitapajós (Bunge e Amaggi)	Miritituba/PA - Vila do Conde/PA	500,00	140,00	2	
Cargill	Miritituba/PA - Santarém/PA	200,00	-	4	
Bunge	Miritituba/PA - Vila do Conde/PA	500,00	-	5	
Pará		2.430,00	839,00	21,7	

Fonte: Valor Econômico e Ministérios dos Transportes.

2.2. Infraestrutura Energética

Na região do consórcio há comunidades rurais muito distantes da rede elétrica do Sistema Nacional Integrado – SIN. Para essas comunidades, isoladas, propôs-se viabilizar a interligação (Luz Para Todos), ou, na impossibilidade imediata, a geração local de energia. É importante salientar que, tendo em vista sua precariedade, as interrupções no fornecimento de energia elétrica são frequentes na região.

Dessa forma, no âmbito do Luz para Todos, a Centrais Elétricas do Pará – CELPA – realizará estudos para a elaboração do Projeto de Referência, a ser aprovado pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE e submetido ao Leilão.

Já em Itaituba serão realizadas 656 ligações com os recursos da 4^a Tranche (que está em andamento). Estão previstas mais 2.535 novas ligações no 5º Contrato de Obras, que está em análise na Eletrobrás. Novo Progresso tem 784 ligações previstas, Aveiro 224, Rurópolis 1.238 e Trairão 498.

No que tange a hidrelétricas, o Complexo Tapajós é composto por cinco usinas programadas, quais sejam São Luiz do Tapajós, Jatobá, Chacorão, Jamanxim e Cachoeira dos Patos.

Os projetos de hidrelétricas em andamento são formados por duas usinas para leilão em 2014 (São Luís do Tapajós e Jatobá). O início das obras é para 2015 e a potência instalada de ambas as usinas é de 8.474 MW.

Tendo como referência os empreendimentos construídos no rio Madeira, o empreendimento São Luiz do Tapajós promoverá a criação de aproximadamente 25 mil empregos diretos e 40 mil indiretos, no pico das obras.

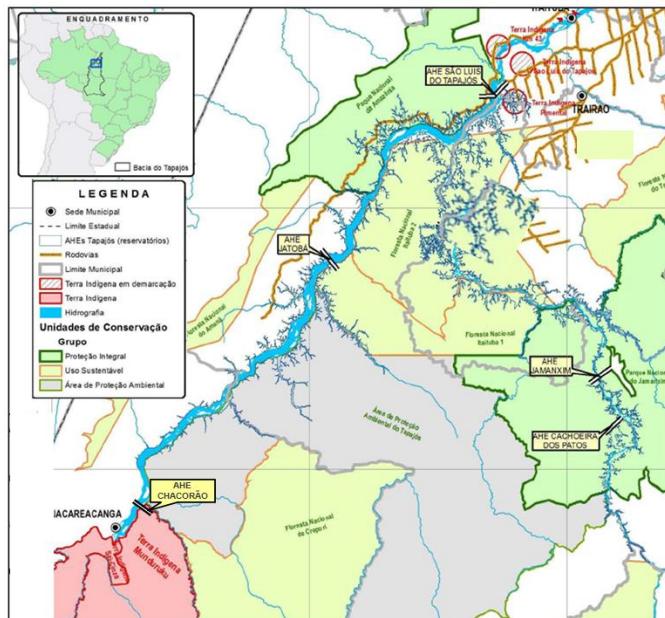
Serão implementadas ações visando a compensações sociais e ambientais, programas socioambientais de monitoramento e controle ambiental, remanejamento (fundiaríio) dentre outros. A **Tabela 28** e a **Figura 21** ilustram a situação apresentada.

Tabela 28 – Usinas do Complexo Tapajós

UHE	Rio	Capacidade – MW	Custo – R\$ mi
São Luiz do Tapajós	Rio Tapajós	6.136	18.200
Jatobá	Rio Tapajós	2.338	5.140
Chacorão	Rio Tapajós	3.336	11
Jamanxim	Rio Jamanxim	881	18
Cachoeira dos Patos	Rio Jamanxim	528	13

Fonte: SEPAC/MP, 2013.

Figura 21 – Hidrelétricas previstas na Região do Tapajós



Fonte: SEPAC/MP, 2013.

2.2.1. Impactos ambientais e regionais apresentados pelo EIA/RIMA do AHE de São Luiz do Tapajós

Em decorrência das grandes transformações em curso e projetadas para o Território do Tapajós, várias alterações ocorrerão nas dimensões ambiental e socioeconômica da região. Essas dimensões relacionam-se de forma intensa e mútua, de maneira que as mudanças ocorridas em qualquer aspecto de uma das dimensões afetarão a outra, positiva ou negativamente.

A Avaliação Ambiental Integrada – AAI - da Bacia do Tapajós e o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA - do empreendimento AHE São Luiz do Tapajós, trazem um levantamento das mudanças previstas, suas consequências e as medidas correspondentes no sentido de minimizar os impactos negativos e maximizar os impactos positivos decorrentes, e estas análises são de extrema importância no processo de construção de uma Agenda de Desenvolvimento Territorial, objeto que o presente Relatório visa subsidiar.

Está claro que tanto o afluxo populacional como as interferências diretas no meio físico e biótico do Território serão os motores destas transformações, ocasionando pressão tanto em áreas especialmente sensíveis como as Terras Indígenas, as Unidades de Conservação e a Reserva Garimpeira, bem como sobre a estrutura agrária e o modo de produção local, de toda forma ocasionando pressão sobre os recursos naturais.

A AAI situa a questão como “conflitos de uso dos recursos naturais e desenvolvimento regional”, definidos como o que envolve os diferentes interesses setoriais sobre os recursos minerais, hídricos, florestais e uso do solo, compreendendo os diferentes posicionamentos político-institucionais sobre as vocações regionais e a importância da região para o desenvolvimento econômico nacional.

Além disso, deverão ocorrer transformações nas atividades econômicas da região em função das mudanças ambientais prognosticadas, que o RIMA detalha nos seguintes termos, tratando-se agora de impactos específicos relacionados ao advento da UHE São Luiz do Tapajós.

Para a população que mora e trabalha na área diretamente afetada, a pesca, as atividades agropecuárias e o extrativismo mineral constituem as principais fontes de renda. O cadastro socioeconômico registrou a presença de 1.300 responsáveis por estabelecimentos produtivos, incluindo-se neste número, residentes ou não residentes na área do futuro empreendimento.

Com a formação do reservatório serão observados efeitos sobre a ictiofauna que refletirão nas atividades de pesca, importantes fontes de renda e de subsistência para a população local e regional. As alterações na comunidade de peixes irão afetar os 251 moradores que praticam a pesca para sua alimentação ou para venda, assim como os 786 pescadores afiliados às colônias de Itaituba e Trairão que não residem na área do empreendimento, mas pescam nos trechos dos rios Tapajós e Jamanxim que serão inundados.

Com a redução dos ambientes propícios aos peixes ornamentais, e consequente diminuição do estoque, a captura também será prejudicada. Com essas alterações, haverá comprometimento da oferta regional de pescado, da renda dos pescadores, do potencial pesqueiro das espécies de maior interesse comercial e diminuição da pesca ornamental. Esses impactos poderão ser minimizados com o programa de apoio e recomposição da atividade pesqueira.

Serão atingidos também 457 produtores que perderão seus meios de trabalho e subsistência. Esses produtores praticam uma ou mais atividades para sua sobrevivência: agricultura, extrativismo vegetal, caça, pesca e garimpo. Há ainda 45 responsáveis por estabelecimentos de comércio e serviços. Nesse contexto, serão afetadas as condições de subsistência dos responsáveis por atividades produtivas – exceto aqueles localizados na área da Linha de Transmissão e em imóveis que poderão ser objeto de reorganização fundiária e reorganização da atividade produtiva. Os programas de recomposição das atividades produtivas rurais e de negociação e aquisição de terras e benfeitorias deverão minimizar tais impactos.

O extrativismo vegetal é praticado por 141 produtores residentes na área do empreendimento, especialmente nas localidades Colônia Pimental / PA Ypiranga – Comandante Teixeira, Montanha Mangabal e na área da Linha de Transmissão. Com a formação do reservatório serão perdidas áreas apropriadas para essa atividade. Já na fase de construção, com o afluxo populacional, poderá haver pressão sobre os recursos da floresta seja para consumo direto, seja para comercialização, por exemplo, de madeira para a construção civil em geral.

A formação do reservatório interferirá em várias estradas da região, dificultando ainda que temporariamente o transporte de mercadorias. A rodovia Transamazônica (BR-230) terá vários trechos afetados pelos braços do reservatório, principalmente na margem esquerda. Também será afetado um trecho da BR-163, na travessia do rio Tucunaré, além de várias vicinais como a Transpimental e a Vicinal Km 30. Essas vias deverão ser recompostas por meio do programa de recomposição da infraestrutura rural, também integrante do plano de atendimento à população atingida.

Os municípios de Itaituba e Trairão, quando do início da geração de energia elétrica, passarão e receber compensação financeira (CF) pelo uso dos recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica. Caberá a esses municípios 45% do valor da CF, divididos de acordo com a área inundada de cada um. Esta receita deverá fortalecer financeiramente as prefeituras e contribuir para a dinamização econômica da região.

De toda forma, deve-se ter em mente que uma grande e rápida transformação ambiental e socioeconômica já está em curso no Território, a qual deverá ser fortemente potencializada com a construção da primeira das cinco hidrelétricas projetadas, mesmo com as medidas e mitigadoras e compensatórias previstas.

Deste quadro infere-se a importância das ações concatenadas dos três níveis de governo, no sentido de prevenir e absorver os impactos que de outra forma seriam prejudiciais ao ambiente natural da região e sua população; esta harmonização e maximização da ação governamental é exatamente o propósito central da Agenda de Desenvolvimento Territorial do Tapajós.

2.3. Infraestrutura de Comunicação

O Programa Nacional de Banda Larga – PNBL – busca a massificação do acesso à internet em maior velocidade. Definiu-se o plano de adesão de 1 Mbps (mega bits por segundo) por R\$ 35 (R\$ 29 nos estados que desoneraram o Imposto sobre Circulação de

Mercadorias e Serviços – ICMS), com limite de download de 500 MB, para as populações de menor poder aquisitivo.

O Programa Cidade Digital, por sua vez, tem o objetivo de modernizar a gestão e o acesso aos serviços públicos nos municípios brasileiros. Para isso, atua na construção de redes de fibras ópticas que possibilitem a conexão entre os órgãos públicos, o acesso da população a serviços de governo eletrônico e a espaços de uso de internet.

As cidades que recebem essa estrutura são selecionadas por meio de edital. Em 2012, o Ministério das Comunicações abriu a primeira seleção para o projeto-piloto do programa, em que 80 municípios foram contemplados.

No endereço <http://cidadedigital.mc.gov.br/login/?next=/> constam as cidades selecionadas (262) até o momento no âmbito do PAC 2 para o Programa Cidades Digitais. Nessa seleção, a cidade de Novo Progresso ingressou no programa.

Além disso, da primeira seleção, foram selecionadas Itaituba e Trairão para ingresso no programa. Após o certame licitatório, as empresas contratadas vêm realizando a implantação da infraestrutura dessas cidades, devendo as primeiras ser entregues em 2014.

2.4. Atividades Intensivas em Recursos Naturais - Mineração

É entendimento comum entre os especialistas do setor que a ausência do poder público na atividade em muito contribuiu para que o garimpo atingisse o atual estágio em que se encontra e a falta de orientação e assistência adequadas fez com que os garimpeiros desenvolvessem seus trabalhos utilizando técnicas predatórias à produção mineral e ao meio ambiente.

Dentre as instituições públicas que atuam no setor de mineração, estão presentes na região do Tapajós: o Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM; o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio; o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; a Fundação Nacional do Índio – FUNAI; a Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração – SEICOM; a Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA; a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itaituba – SEMMA.

Vale destacar algumas iniciativas voltadas à superação dos entraves ao desenvolvimento e ao ordenamento da atividade.

1. Do Governo Federal

a) Convênio entre o DNPM e a Fundação de Assistência ao Garimpeiro (FAG)

Buscando superar a deficiência institucional no atendimento aos garimpos, em 1972 foi firmado convênio entre o DNPM e a FAG com o objetivo de prestar assistência oficial aos

garimpeiros do Tapajós, no sentido de disciplinar as atividades de garimpagem pelo estabelecimento de cadastramento, fiscalização e orientação técnica, visando melhor aproveitamento, principalmente no que se refere à recuperação do ouro, além do fornecimento de mercadorias a preços mais acessíveis. No entanto, esse programa não obteve o sucesso esperado e, por isso, durou apenas dois anos.

b) Projeto Garimpo

Em 1977, o DNPM criou o Projeto Estudos dos Garimpos Brasileiros – Projeto Garimpo, objetivando resolver problemas entre garimpeiros e titulares de alvarás de pesquisa que, em 1983, passou a atuar definitivamente na região do Tapajós, com apoio na cidade de Itaituba e frentes avançadas de serviços nos garimpos do Cuiú - Cuiú e Marupá.

Em 1984, o Projeto Garimpo diversificou-se, passando a ser chamado de Projeto Ouro. Em 1985, por falta de orçamento compatível com a programação, os trabalhos sofreram uma paralisação, só sendo retomados em 1986, com o então Projeto Ouro passando a se chamar Projeto Ouro e Gemas, com novas atribuições.

Os poucos recursos disponíveis não permitiram alcançar os objetivos propostos, o que impossibilitou a continuação dos trabalhos programados.

Com o advento da nova Constituição (05.10.88), a questão da garimpagem foi tratada de maneira mais específica. A Lei nº 7.805 de 18.07.89, que alterou o Decreto nº 227 de 28.02.67, criou o regime de permissão de lavra garimpeira, extinguindo o regime de matrícula e tratou matérias de direito minerário. Dois aspectos importantes dessa Lei foram: considerar como crime a extração de substâncias minerais garimpáveis sem a devida permissão; e responsabilizar os titulares da pesquisa e lavra pelos danos ao meio ambiente.

No ano de 1990, as atividades do Projeto Ouro e Gemas foram dirigidas para o cadastramento nacional dos garimpos e garimpeiros, orientação e implantação do regime de permissão de lavra garimpeira e desenvolvimento de tecnologia para lavra e tratamento de ouro, com ênfase para o cadastramento. Na região do Tapajós, foram cadastrados 8.867 garimpeiros em 18 garimpos, o que projetou a estimativa de 88.870 garimpeiros e 600 pontos de garimpos na Região do Tapajós-Parauari.

A partir de agosto de 1991, o Projeto Ouro e Gemas mudou para atividade de fiscalização, controle e avaliação das áreas de ouro e gemas do país, com implantação de escritórios regionais em algumas áreas de garimpagem e, dentre elas, Itaituba.

c) Reserva Garimpeira do Tapajós

Um marco para a consolidação da atividade do garimpo na região do Tapajós foi a criação da Reserva Garimpeira do Tapajós, situada no município de Itaituba, com uma área de 28.745 km², destinada “ao aproveitamento de sustâncias minerais exclusivamente por trabalhos de garimpagem, faiçaçāo³¹ e cata, com vistas a evitar conflitos entre mineradores e garimpeiros, devido à incompatibilidade legal da execução de trabalhos sob regime da autorização de pesquisa e concessão de lavra em áreas que se apresentam tecnicamente viáveis” (portaria nº882 de 25/07/83, Ministério Minas e Energia).

³¹ Faiçaçāo: ato de procurar palhetas de ouro na terra ou em minas lavradas; cata: lugar cavado para extraírem ouro da terra.

d) Programa Nacional de Formalização da Produção Mineral (Pronafor)

Desde 1980, garimpeiros, cooperativas e associações entram com pedidos de exploração de lavras de ouro na Província Aurífera do Tapajós³² (alguns pedidos datam de mais de 20 anos). O DNPM, em cooperação com o Pronafor, iniciou em 2007 um amplo trabalho de avaliação dos pedidos. O primeiro resultado desse trabalho foi a entrega em fevereiro de 2010, no município de Itaituba, de 2.083 áreas (cada uma de 50 hectares), passíveis de conseguir a licença ambiental na SEMA e, consequentemente, a Permissão de Lavra Garimpeira (PLG).

Até fevereiro de 2010, apenas 104 PLGs foram emitidas na região. Todas as demais áreas (19.534 requisitadas) operavam na ilegalidade. O setor, segundo estimativas da época, envovia entre 40 mil e 60 mil pessoas, sobretudo dos municípios de Itaituba, Jacareacanga, Trairão, Novo Progresso, Rurópolis e Aveiro. A estimativa dos próprios garimpeiros é de uma produção diária de 20 a 30 quilos de ouro, destinado basicamente ao mercado financeiro.

O programa incluiu a mobilização para a formalização da produção mineral em pequena escala, elaboração de diagnósticos sobre os principais entraves para a formalização e ações junto aos órgãos ambientais e DNPM, que viabilizem a formalização.

e) Ordenamento da Mineração na Província Mineral do Tapajós (Portaria n° 493 de 05 de novembro de 2012)

Trata-se da iniciativa mais recente e objetiva para ordenamento da atividade mineradora: constitui o Grupo de Trabalho para realizar estudo com vistas a conhecer a real extensão das atividades de extração mineral que vêm sendo conduzidas na Província Mineral do Tapajós, no Estado do Pará e buscar alternativas e proposições para o ordenamento da atividade mineradora em toda a região.

A área de trabalho é a mesma área referente ao Projeto PROMIN-TAPAJÓS³³, da CPRM, que totaliza 90.000 km² (equivalente à superfície de Portugal).

Resultados³⁴:

Capacitação em formalização de garimpos - Itaituba e Castelo dos Sonhos: nos dias 28 e 30 de agosto de 2013 foram realizadas, nos municípios de Itaituba e Castelo dos Sonhos, para lideranças garimpeiras, servidores públicos e demais interessados na mineração na região, exposições sobre a legislação atinente ao setor. As atividades foram divididas em exposição da legislação com discussão e debates pela parte das manhãs e estudo de casos às tardes.

³² As províncias minerais brasileiras foram caracterizadas a partir da seleção de 160 áreas, catalogadas como as principais produtoras de bens minerais, agrupando-as, em seguida, com base em critérios geológicos. Os parâmetros essenciais para a aplicação desses critérios foram o potencial para depósitos polimetálicos dos diversos ambientes geológicos em que se encontram e a maior ou menor sofisticação das técnicas exploratórias para sua prospecção e pesquisa. O primeiro, relaciona-se diretamente com a expectativa de se encontrar depósitos minerais. O segundo, com o nível de recursos necessários para elevar o grau de conhecimento sobre um determinado ambiente geológico, tornando-o mais atrativo a investimentos para o desenvolvimento da indústria minerária. Desse processo resultou a delimitação de 33 províncias minerais.

³³ O Projeto Província Mineral do Tapajós (Projeto PROMIN-TAPAJÓS) é um programa de pesquisa e avaliação de recursos minerais desenvolvido pela CPRM e representa o primeiro esforço para o entendimento da geologia e da metalogenia aurífera da província.

³⁴ Fonte: DNPM / Diretoria de Fiscalização da Atividade Minerária. Relatório de Andamento (Grupo de Trabalho do Tapajós). 16/10/2013.

Receber áreas prioritárias para análise do DNPM: até 16/11/2013, nenhuma área foi indicada.

Progresso das análises e declaração de aptidão e outorga de PLGs:

A análise dos processos minerários da região considerou tudo o que já foi levantado nos trabalhos de campos realizados em 2012 e em escritório, em 2013.

Inicialmente foram tratados os dados disponíveis em escritório (cadastros de garimpos realizados anteriormente na região pela CPRM, MME e ICMBio - ao todo em número de sete), sendo os dados georreferenciados e as coordenadas desses pontos lançadas em base de dados pela CGTIG.

Gerou-se uma relação depurada com 773 pontos de garimpos, constatando-se que os mesmos estavam inseridos em 445 processos minerários, nas mãos de 179 requerentes e/ou titulares.

No ano de 2013 foram realizadas três etapas de análise processual, em Belém e em Itaituba, que mostraram a situação atual dos processos minerários.

Apesar de não envolver um universo processual tão extenso como se imaginava, os técnicos da CORDEM/DIFIS entendem que há uma complexidade grande no que se refere à situação legal dos processos: dentre 428 processos onde estão situadas áreas de garimpos, 188 processos, ou 44% podem, no curto prazo, prosperar e se transformar em áreas legalmente produtivas; mas 119 processos se encontram na fase de disponibilidade e 121 processos na indefinida situação de requerimentos com a morte do requerente.

O DNPM alerta: é temerário colocar 240 áreas em disponibilidade numa região tão concorrida!

Fases processuais identificadas³⁵:

- Autorização de pesquisa: 442
- Concessão de lavra: 12
- Disponibilidade: 194
- Permissão de lavra garimpeira: 491
- Registro de licenciamento: 9
- Registro de extração: 4
- Requerimento de lavra: 12
- Requerimento de PLG: 9.986
- Requerimento de licenciamento: 24
- Requerimento de pesquisa: 895
- Total: 12.069

2. Do Governo Estadual

a) Programa de Controle Ambiental da Garimpagem do Rio Tapajós (CANGA-TAPAJÓS)

³⁵ Ver definição das “fases processuais” no Anexo III.

O Governo do Estado do Pará, preocupado com o problema, elaborou o Programa (CAMGA-TAPAJÓS), com o objetivo de conhecer em maior profundidade o "Problema Garimpo", dimensioná-lo devidamente e planejar as ações integradas necessárias para resolvê-lo ou mitigá-lo, no curto, médio ou longo prazo.

O referido Programa desenvolveu vários estudos sobre os impactos ambientais decorrentes do extrativismo mineral e poluição mercurial do Tapajós.

b) Licenciamento para a Atividade de Lavra Garimpeira de Ouro no Estado do Pará (Instrução Normativa nº 006/2013)

Após consultas com o setor de mineração, a SEMA editou a Instrução Normativa 006/2013, que estabelece procedimentos e critérios para o licenciamento ambiental da atividade de lavra garimpeira de ouro.

Para a obtenção da Licença de Operação, o interessado deverá ser detentor de Declaração emitida pelo DNPM sobre a aptidão em explorar o recurso mineral e apresentar estudo ambiental para análise técnica. Esse licenciamento terá validade de dois anos com possibilidade de renovação.

A IN 006/2013 estabelece, ainda, regras para: garimpo em terra firme com utilização de bico jato; garimpo com utilização de equipamentos denominados escavadeiras hidráulicas ou equivalentes; lavra garimpeira em leito de rio com utilização de equipamentos flutuantes; e uso de substância química.

3. Dimensão Social

A estratégia de desenvolvimento em curso no Brasil faz da justiça social uma das alavancas primordiais para o desenvolvimento. Nesse sentido, aborda-se nesta seção o papel do sistema de proteção social como elemento central para a estratégia de desenvolvimento em curso desde o PPA 2004-2007.

A última década foi marcada pela introdução de uma estratégia de desenvolvimento que conjuga crescimento econômico com redução das desigualdades sociais e regionais. Nessa estratégia, é central o papel da ampliação das políticas sociais, com destaque para as políticas de transferência de renda, geração de empregos e valorização do salário mínimo; a retomada dos investimentos em infraestrutura social e econômica; e o esforço de ampliação e qualificação das redes de bens e serviços públicos, como saúde, educação e assistência social. Em sua dimensão social, essa estratégia busca a universalização e institucionalização dos direitos da cidadania, a promoção da inclusão social das parcelas mais vulneráveis da população e a melhoria da distribuição de renda, resultando assim em fortalecimento das políticas sociais.

Esse fortalecimento pode também ser visto como um movimento de expansão e consolidação do sistema de direitos introduzido pela Constituição Federal de 1988. Esse sistema abrange tanto políticas setoriais (saúde, previdência, educação, desenvolvimento urbano, etc.) como políticas transversais (igualdade de gênero e étnico-racial, crianças e adolescentes, juventude, idosos, pessoas com deficiência e público LGBT), que buscam a

garantia de direitos de públicos específicos, por meio de políticas executadas por diversos setores.

3.1. Saúde

O Ministério da Saúde – MS já tem um trabalho de análise das demandas de políticas públicas de saúde da região do baixo Amazonas, que possui como polo a cidade de Santarém, constituída de importante infraestrutura. Nesse estudo foi dada centralidade à análise do perfil epidemiológico dos municípios da região e da infraestrutura (hidrelétricas, estradas e portos).

Nesse contexto, o MS está estruturando suas ações a partir da pactuação com comissões intergestoras regionais.

Para o Ministério, a oficina realizada em Santarém proporcionou o levantamento de demandas por ações que precisam ser empreendidas na região, além de demonstrar a necessidade de pactuação pela implementação de políticas públicas. Espera-se que em câmara técnica sejam oferecidos subsídios para a pactuação.

A intenção do MS é desenvolver algumas ações na região, com destaque para ações de Saneamento Básico e Atenção Integrada à Saúde.

O PAC 2 prevê a construção de mais de 3 mil Unidades Básicas de Saúde – UBS, bem como a criação de condições para ampliar mais de 10 mil unidades já existentes no Brasil. Além disso, fora do âmbito do PAC, o Ministério da Saúde vai incentivar a reforma de UBS já existentes. Tudo isso para ampliar a oferta de atenção básica e integral, criar apoio às equipes da saúde da família e, ainda, melhorar a qualidade dos equipamentos.

As UBS são locais aptos a prestar atendimentos básicos e gratuitos a toda população nas especialidades de Pediatria, de Ginecologia, de Clínica Geral, de Enfermagem e de Odontologia. Os principais serviços oferecidos pelas UBS são consultas médicas, inalações, injeções, curativos, vacinas, coleta de exames laboratoriais, tratamento odontológico, encaminhamentos para especialidades e fornecimento de medicação básica.

Dos municípios que fazem parte do Consórcio, todos já são contemplados por UBS, embora falte equanimidade. Dessa forma, percebe-se que enquanto Itaituba possui 19 UBS, Rurópolis tem quatro e Jacareacanga só tem uma. Essa distorção precisa ser resolvida por intermédio de parcerias com o Governo do Estado e dos municípios, em conjunto com a iniciativa privada para a construção de novas UBS. A **Tabela 29** descreve a situação.

Tabela 29 – UBS Tapajós – até 2012

Municípios	UBS em Construção	UBS em Ampliação	UBS existentes
Aveiro	-	5	7
Trairão	1	-	8
Novo Progresso	4	2	12
Rurópolis	3	3	4
Jacareacanga	4	1	1
Itaituba	7	2	19
Pará	105	329	913

Fonte: SAGE/MS, em janeiro/2014.

Elaboração: SPI/MP

Em resumo, observa-se que existem 51 UBS em funcionamento no Território da Cidadania BR-163, o que resulta em uma cobertura populacional de equipamentos de atenção básica no Território de 39,97%. Quando se analisa cada município separadamente, observa-se uma diferença grande entre eles quanto à população coberta por equipamentos de atenção básica, variando de 12,47% (Rurópolis) a 59,7% (Novo Progresso). A cobertura de Jacareacanga é pouco significativa e não está calculada pelo Ministério da Saúde.

Verifica-se também que já há previsão de reforma ou ampliação de 25 das 51 UBS em funcionamento no Território em questão, isto é, 49% das UBS existentes têm propostas de reforma ou ampliação em andamento, com recursos do governo federal, o que responde à solicitação dos atores locais de que as UBS da região sejam reformadas. Na verdade, seria interessante verificar o que está dificultando a execução das obras, pois ainda nenhuma das obras de reforma ou ampliação foi concluída, nem mesmo as aprovadas antes de 2013, que totalizam nove do total de 25.

Importante mencionar que Trairão é o único dos seis municípios da região em que não há obras previstas nem executadas de ampliação ou reforma.

Por fim, com relação à construção de UBS, percebe-se que somente no município de Aveiro não há propostas de construção de novas unidades, talvez porque a ampliação prevista seja considerada suficiente, dado que a população do Município é de pouco mais de 15 mil habitantes.

Ao todo, caso todas as obras sejam realizadas, a quantidade de UBS na região terá um crescimento de 43,14%, passando de 51 para 73 UBS ao final da execução, conforme a **Tabela 30**:

Tabela 30 – Resumo das UBS no Território da Cidadania BR-163

Município	População	UBS em funcionamento		Previsão de Ampliação e Reforma		Previsão de Construção		Total previsto
		Qtde	Pop %	Qtde	UBS %	Qtde	Aumento UBS	
Aveiro	15.899	7	28,39	5	71,43	0	0	7
Itaituba	97.908	19	51,28	13	68,42	8	42	27
Jacareacanga	41.487	1	—	1	100	3	300	4
Novo Progresso	25.151	12	59,70	3	25	6	50	18
Rurópolis	42.417	4	12,47	3	75	3	75	7
Trairão	17.303	8	54,81	0	0	2	25	10
Território BR-163	240.165	51	39,97	25	49,02	22	43,14	73

Fonte: SAGE/MS, em janeiro/2014.

Elaboração: SPI/MP

Está em curso também a Estratégia de Saúde da Família e Programa Mais Médicos. Existem atualmente 25 Equipes de Saúde da Família – ESF e 11 Equipes de Saúde Bucal – ESB atendendo no Território da Cidadania BR-163. A cobertura populacional das ESF no Território é de 35,91% da população, enquanto a cobertura de ESB está em 16%.

As Equipes de Saúde da Família e Saúde Bucal, bem como os Agentes Comunitários de Saúde estão distribuídos conforme ilustra a **Tabela 31**.

Tabela 31 – Distribuição das Equipes de Saúde no Tapajós.

Município	Equipes de Saúde da Família		Equipes de Saúde Bucal		Agentes de Saúde		UBS em funcionamento
	Qtde	Cobertura Populacional	Qtde	Cobertura Populacional	Qtde	Cobertura Populacional	Qtde
Aveiro	1	21,7	0	0	53	100	7
Itaituba	15	52,86	4	14	226	100	19
Jacareacanga	0	0	0	0	17	23,56	1
Novo Progresso	5	68,59	5	69	58	100	12
Rurópolis	1	8,13	1	8	86	100	4
Trairão	3	59,82	1	20	56	100	8
Total	25	35,91	11	16	496	86,8	51

Fonte: SAGE/MS, em janeiro/2014.

Elaboração: SPI/MP

Observa-se, portanto, que há uma deficiência de recursos humanos para atender as UBS existentes, tanto no que se refere a Equipes de Saúde da Família quanto a Equipes de Saúde Bucal. A situação merece atenção quando se considera a perspectiva de construção de 22 novas UBS em futuro próximo. Jacareacanga é o caso limite, não havendo nenhuma ESF atuando no município, que conta com população de 41,5 mil habitantes e baixa cobertura de agentes comunitários de saúde.

Não há informação sobre a existência ou não de outras equipes de atenção básica atendendo à população nas UBS da região, ao lado das equipes de saúde da família. A princípio, o Programa Mais Médicos levou em consideração a quantidade de equipes de atenção básica, e não somente a quantidade de equipes de saúde da família, para estimar a quantidade de médicos que seriam enviados para cada município.

Segundo informações do Ministério da Saúde, foram solicitados 21 médicos para a região e todos eles já estão em atividade, conforme representado na **Tabela 32**.

Tabela 32 – Programa Mais Médicos no Território da Cidadania BR-163, ESF e UBS existentes e por construir

Município	Médicos Enviados	Qtde ESF	Médicos + ESF	Qtde UBS	UBS por construir
Aveiro	4	1	5	7	0
Itaituba	5	15	20	19	8
Jacareacanga	2	0	2	1	3
Novo Progresso	6	5	11	12	6
Rurópolis	3	1	4	4	3
Trairão	1	3	4	8	2
Total	21	25	46	51	22

Fonte: GM/MS, em 30/01/2014; e SAGE/MS, em janeiro/14.

Elaboração: SPI/MP

Todos os municípios da região foram contemplados com pelo menos um médico, caso de Trairão, mas deve-se verificar se a quantidade está suficiente. Alguns desses médicos estão atuando especificamente com a população indígena do Tapajós – não se sabe quantos deles.

De imediato, o município de Rurópolis indicou a expansão de três equipes de saúde da família com a chegada dos novos médicos. O quantitativo total de possíveis expansões de equipes, no entanto, ainda é parcial, e não foi possível obter a informação.

Importante também ressaltar as políticas de saúde indígena. Ao redor do Rio Tapajós, abrangendo parte dos municípios de Novo Progresso, de Trairão, de Jacareacanga e de Itaituba, está constituído o Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI Tapajós, que contava, em junho/2013, com um quadro de 353 servidores, distribuídos na Sede do DSEI (em Itaituba), nos Polos Base, nas três CASAI (Casa de Saúde Indígena) e nas 160 aldeias.

O DSEI Tapajós possui uma população aproximada de 10 mil indígenas de 06 etnias (munduruku – a mais populosa, kaiaby, kayapó, apiaká, avacanoeiro e tembé).

Durante a Primeira Oficina de Fortalecimento em Saúde, realizada em Santarém/PA, em setembro de 2013, foi informado pelo Ministério da Saúde que: foram adquiridos e entregues ao DSEI Tapajós, 90 computadores, 25 impressoras e dois *nobreaks* para atender à sede do DSEI, às três CASAI e aos Polos Base; a construção da CASAI de Jacareacanga (solicitada por representantes do DSEI à SESAI/MS) e outros cinco Polos Base estão em fase de conclusão do projeto para licitação; e a CASAI de Novo Progresso – em obras pelo DNIT – estava com previsão de conclusão para dezembro/2013.

Além disso, cabe reforçar que foram alguns médicos do Programa Mais Médicos para Itaituba ao final de 2013 para atender especificamente à população do DSEI Tapajós.

3.2. Brasil Sem Miséria

Lançado em 2011, o Plano Brasil sem Miséria objetiva superar a extrema pobreza, até o final de 2014, por meio de ações organizadas em três eixos: **garantia de renda**, para alívio imediato da situação de extrema pobreza; **acesso a serviços públicos**, para melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias; e **inclusão produtiva**, para aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo e das cidades.

3.3. Garantia e Transferência de Renda

O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias extremamente pobres (renda mensal per capita de até R\$ 70) ou pobres (renda mensal per capita de R\$ 70 a R\$ 140). Por sua parte, as famílias assumem os compromissos de frequência à escola de crianças e jovens, vacinação e acompanhamento nutricional das crianças e realização do pré-natal pelas gestantes.

Como visto, os municípios da região do Tapajós têm elevado número de famílias beneficiárias do Programa. A cobertura do programa supera os cem por cento em cinco municípios. Somente Rurópolis apresenta cobertura cadastral inferior às estimativas oficiais, o que sugere, para o município, a necessidade de se avançar na realização de ações de Busca Ativa para incluir as famílias que têm perfil, mas ainda não recebem o benefício. Ainda, dados de maio de 2013 informam que 1.416 indígenas do município de Jacareacanga recebem a Bolsa Família.

Tabela 33 – Número de famílias atendidas pelo Bolsa Família, índice de cobertura do programa, valor em transferência mensal e quantidade de famílias inscritas no Cadastro Único referente a 2013

Municípios	Bolsa Família (Famílias)	Cobertura* %	Transferência Mensal (R\$)	Total de famílias no CadÚnico
Aveiro	2.561	100,39	603.480,00	3.352
Itaituba	11.094	113,15	1.883.234,00	20.411
Jacareacanga	2.030	165,85	551.692,00	2.702
Novo Progresso	1.739	109,72	258.872,00	3.718
Rurópolis	3.823	64,85	705.524,00	5.106
Trairão	2.014	100,95	362.806,00	2.668
Pará	860.572	103,81	145.695.375,00	1.284.058
Brasil	14.086.199	102,53	2.139.325.691,00	27.049.532

* % de famílias estimadas no perfil. A cobertura é calculada levando em consideração a estimativa de famílias existentes no município com perfil do Programa Bolsa Família, tendo como base dados do IBGE.

Fonte: MDS (CAIXA; CadÚnico).

Elaboração: SPI/MP.

No que se referem às condicionalidades, os municípios apresentam índices próximos ou superiores à média nacional, cabendo ressaltar que Trairão e Novo Progresso estão em situação pior com relação a esses índices.

Tabela 34 – Universo dos beneficiários do Programa Bolsa Família no Tapajós – 2013

Municípios	Benefícios variáveis: 0 a 6 e 7 a 15 anos	Benefícios variáveis: 16 a 17 anos – BVJ	BVG* + BVN** (famílias)	Frequência escolar (6 a 17 anos) - %	Saúde (até 7 anos e/ou gestantes) - %
Aveiro	5.757	874	126	93,86	78,78
Itaituba	23.589	4.063	326	98,39	78,06
Jacareacanga	5.973	689	106	98,39	83,82
Novo Progresso	3.859	497	29	87,33	68,80
Rurópolis	7.516	961	129	85,61	83,91
Tairão	4.196	544	73	70,78	73,42
Pará	1.792.419	251.380	24.870	87,57	72,85
Brasil	25.281.156	3.449.376	431.483	85,84	73,12

* Benefício variável à gestante;

** Benefício variável nutriz.

Fonte: Brasil sem Miséria/MDS.

Elaboração: SPI/MP.

Ressalta-se que o Bolsa Família corresponde a um programa temático no PPA 2012-15, Programa 2019 – Bolsa Família, destacando-se os objetivos 0619, relacionado à melhora das condições socioeconômicas das famílias pobres e, sobretudo, extremamente pobres, por meio de transferência direta de renda e o objetivo 0376, relativo à localização e caracterização das famílias consideradas público-alvo dos programas de transferência de renda e dos programas sociais do Governo Federal.

Outro Programa presente do governo federal, o Brasil Carinhoso foi concebido para atender à parcela mais vulnerável da população em situação de miséria, as crianças de zero a seis anos, numa perspectiva de atenção integral que envolve aspectos do desenvolvimento infantil ligados à renda, à educação e à saúde.

No segmento de renda, foi oferecido inicialmente o benefício da primeira infância as famílias já incluídas no Bolsa Família – que tinham filhos com idade de zero até os seis anos – e que continuavam em situação de extrema pobreza. Posteriormente, esse benefício foi estendido a todas as famílias em extrema pobreza, sendo que 11 mil famílias receberam o benefício de superação da extrema pobreza na região do Tapajós.

Na área da educação, o Programa incentiva os municípios a ampliar a oferta de vagas em creches e a melhorar o atendimento, oferecendo mais recursos às prefeituras por vaga ocupada por crianças do Bolsa Família.

O registro do número de crianças incluídas no programa de transferência de renda deve ser feito pelos municípios no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle –

Simec, do MEC. Em 2012, Aveiro não registrou informações sobre o atendimento de crianças no Bolsa Família em creches e, por isso, deixou de receber os recursos do Brasil Carinhoso.

No que diz respeito à saúde, a ação previne e trata os males que mais prejudicam o desenvolvimento na primeira infância, com expansão da distribuição de vitamina A e Sulfato Ferroso, além da distribuição gratuita de medicamentos para asma.

3.4. Inclusão Produtiva

No Programa de Fomento a Atividades Produtivas Rurais, as famílias agricultoras extremamente pobres recebem até R\$ 2.400, divididos em três parcelas, para financiar a implantação dos projetos de estruturação produtiva elaborados juntamente com os técnicos de Ater. O pagamento é feito pelo MDS diretamente aos agricultores, por meio do cartão do Bolsa Família ou pelo Cartão Cidadão. Os recursos devem ser usados na compra de insumos e de equipamentos (como sementes, adubos, ferramentas, animais e matrizes) ou na contratação de pequenos serviços necessários à implantação do projeto.

Podem ser beneficiários do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais os agricultores familiares e os demais beneficiários que se enquadrem nas disposições da Lei da Agricultura Familiar (Lei 11.326/06) e outros grupos populacionais definidos como prioritários por ato do Poder Executivo. Como pré-requisito para participar do Programa, a família interessada deverá encontrar-se em situação de extrema pobreza (família com renda *per capita* mensal de até R\$ 70,00), estar inscrita no CadÚnico e ser portadora de Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP. Segundo dados de novembro de 2013, nenhum agricultor dos seis municípios da região está recebendo o recurso do fomento. Abaixo seguem dados sobre a quantidade de agricultores familiares, aqueles que possuem DAP e sobre os serviços de Ater prestados.

Tabela 35 – Agricultores familiares, agricultores com DAP e serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural prestados no território do Tapajós.

Municípios	Agricultores Familiares – MDA**	Agricultores com DAP	Serviços de ATER (famílias)*
Aveiro	1.747	296	2.079
Itaituba	1.906	1.318	300
Jacareacanga	45	182	75
Novo Progresso	182	1.432	75
Rurópolis	2.617	997	225
Trairão	906	629	150
Pará	196.150*	170.878	30.354
Brasil	4.367.902*	4.395.399	231.240

* maio 2011 a julho 2013.

** Dado do Censo Agropecuário 2006.

Fonte: BSM/MDS; Censo Agropecuário 2006.

Elaboração SPI/MP.

Por sua vez, o Programa de Apoio à Conservação Ambiental – Bolsa Verde concede, por dois anos, renováveis, R\$ 300 por trimestre a famílias extremamente pobres que vivem em áreas consideradas prioritárias para a conservação do meio ambiente. As famílias beneficiadas se comprometem a manter a vegetação e a fazer uso sustentável dos recursos naturais dessas áreas.

Podem ser beneficiárias do Programa as famílias em situação de extrema pobreza, inscritas no CadÚnico e que desenvolvem atividades de conservação em determinadas áreas. Para receber os recursos financeiros, a família beneficiária deverá assinar termo de adesão, no qual serão especificadas as atividades de conservação a serem desenvolvidas.

O Bolsa Verde atende 179 famílias na região do Tapajós, das quais 175 de Aveiro, três de Itaituba e uma de Trairão. Segundo o Censo 2010, há 5.843 indígenas no município de Jacareacanga, mas nenhum indígena recebe o recurso. Ainda, o relatório aponta falhas na contagem da população indígena, indicando que o quantitativo está subestimado. Por sua vez, Trairão possui 332 indígenas (Censo 2010), mas apenas um recebe o Bolsa Verde.

Outro Programa inserido no Eixo de Inclusão Produtiva, o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e distribui à rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e à rede pública e filantrópica de ensino. Além disso, o PAA contribui para formar estoques públicos de alimentos ou estoques das próprias cooperativas ou associações da agricultura familiar.

O Brasil Sem Miséria reforçou o foco das compras do PAA nas cooperativas, especialmente aquelas com mais participantes registrados no CadÚnico. Para vender sua produção ao PAA, os agricultores familiares precisam da DAP.

Pelos dados disponíveis no MDS, nenhum agricultor dos seis municípios acessa o PAA. Segundo o relatório da BR-163, Jacareacanga deixou de acessar o PAA por não ter associação apta a receber os recursos. Segundo o Secretário de Desenvolvimento do município, a agricultura familiar de Jacareacanga ainda não está estruturada para fornecer para a prefeitura. Duas associações foram criadas e estão em processo de estruturação.

Por sua vez, o Pronatec/BSM³⁶ oferta cursos de qualificação profissional, na modalidade Bolsa-Formação Trabalhador, com duração mínima de 160 horas, para pessoas com idade superior a 16 anos inscritas ou em processo de inscrição no CadÚnico. A oferta é gratuita e os beneficiários recebem alimentação, transporte e todos os materiais escolares. Os cursos são ofertados em instituições de reconhecida qualidade no ensino técnico e tecnológico, como as unidades do SENAI, do SENAC e da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

A Tabela 35 mostra a demanda potencial para o Pronatec/BSM e o número de vagas já pactuadas entre os entes para o programa. Observa-se que a quantidade de vagas pactuadas nesse território é muito baixa em relação à população apta a este tipo de qualificação.

³⁶ Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

Tabela 36 – População apta a participar do Pronatec e vagas pactuadas para os anos de 2013 e 2014

Município	População apta ao Pronatec/BSM	Vagas pactuadas 2013/Matrículas	Vagas pactuadas para 2014
Aveiro	4.750	-	-
Itaituba	21.071	670**	345
Jacareacanga	1.904	-	-
Novo Progresso	3.288	30	-
Rurópolis	11.840	-	-
Trairão	3.591	-	25
Total	46.446	700	370

*População de 16 anos ou mais, com rendimento mensal domiciliar per capita de até 1/2 SM, que já frequentou escola, excetuando aqueles com nível superior ou mais.

** 230 matrículas efetuadas entre 2012 e 2013 + 440 pactuadas para 2013.

Fonte: Microdados da Amostra do Censo Demográfico 2010.

Elaboração SPI/MP.

3.5. Acesso a Serviços – Assistência Social – SUAS

O cerne da rede de assistência social é o CRAS³⁷, equipamento onde as equipes compostas por assistentes sociais, psicólogos e outros profissionais fazem o trabalho de proteção social junto às famílias. O principal serviço ofertado pelo CRAS é o serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF. Dependendo do perfil, as famílias ou pessoas também podem ser encaminhadas para registro no CadÚnico, solicitação do Benefício de Prestação Continuada – BPC, matrícula nos cursos do Pronatec, entre outras opções a serem avaliadas pela equipe do CRAS.

Os CREAS³⁸ realizam acompanhamento de pessoas e famílias que tiveram seus direitos violados ou ameaçados por violência física, psicológica, sexual, trabalho infantil, trabalho escravo, dentre outras situações. Alguns CREAS também trabalham com pessoas em situação de rua (Centros POP) e acompanhamento de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas (liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade).

Criada no âmbito do Brasil Sem Miséria, a Equipe Volante é uma equipe adicional ligada ao CRAS para atender famílias que vivem em locais de difícil acesso ou que estão dispersas no território, com prioridade às famílias extremamente pobres. Têm papel decisivo na realização da Busca Ativa nos municípios de grande extensão, com comunidades rurais ou comunidades tradicionais isoladas.

O Programa de Fortalecimento do SUAS objetiva ampliar o acesso das famílias e dos indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados, bem como assegurar o funcionamento e a expansão da rede de proteção social especial.

³⁷ Centro de Referência de Assistência Social.

³⁸ Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

A efetivação do Programa se dá por intermédio dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS. Na região do Consórcio todos os municípios já foram contemplados com pelo menos uma unidade do CRAS e somente os municípios de Trairão e de Rurópolis ainda não tem CREAS em construção, conforme a **Tabela 37**.

Tabela 37 – CRAS e CREAS em construção no Tapajós.

Municípios	CRAS	CREAS	Equipes volantes (aceite de lanchas)
Aveiro	1	1	SIM
Trairão	1	-	SIM
Novo Progresso	1	1	-
Rurópolis	1	-	-
Jacareacanga	1	1	-
Itaituba	2	1	SIM
Pará	235	93	SIM

Em 2013, o município de Itaituba se tornou elegível para receber o aumento do cofinanciamento federal para os serviços de acolhimento de crianças, adolescentes e jovens no âmbito da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, como o acolhimento de crianças, adolescentes e jovens até 21 anos de idade em abrigos, casas-lares, famílias acolhedoras e repúblicas.

O município de Aveiro precisa regularizar seu acesso aos sistemas da rede SUAS, pois não foi identificado um administrador titular ativo no Sistema de Autenticação e Autorização – SAA.

A seguir são abordados alguns dados relevantes referentes ao cofinanciamento federal dos serviços de assistência social nos municípios dessa região:

Tabela 38 – Cofinanciamento federal dos serviços de assistência social.

Em R\$ 1.000,00.

Município	PAIF - Serviços de Proteção Social Básica à Família	PETI/Serviço Socioeducativo/ Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo	Serviço de Convivência do Idoso e/ou Criança até 6 anos	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI e Serviço de Abordagem Social				
	Famílias	Crianças e Adolescentes	Crianças e/ou Idosos e suas Famílias	Famílias/ Indivíduos				
Aveiro	500	58,5	104	22,5	945	17,5	50	32,5
Itaituba	2.000	234,0	158	36,0	197	92,5	50	44,4
Jacareacanga	525	75,6	147	31,5	958	15,5	50	32,5
Novo Progresso	700	81,9	90	22,5	690	11,1	50	32,5
Rurópolis	700	81,9	281	63,0	590	10,5	50	39,0
Trairão	500	58,5	120	27,0	555	10,8	0	0,0
Total	4.925	590,4	900	202,5	3.935	158,1	250	180,9

3.6. Educação

3.6.1. Educação Básica

No que tange aos Programas de Educação, há a previsão de investir principalmente na educação básica, tanto no desenvolvimento do ensino quanto na ampliação da oferta de educação integral e alfabetização. Além disso, na região há reflexos da Brasil Carinhoso, inserido no Plano Brasil sem Miséria. Assim, como parte do Brasil Carinhoso, estão previstas a construção de creches para atender a famílias com crianças pequenas (até seis anos).

Já o Programa Mais Educação é uma estratégia do Ministério da Educação – MEC para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral.

Todas essas ações já tiveram efeito na região do Tapajós, como é possível observar na **Tabela 39**.

Tabela 39 – Programas de Educação no Tapajós.

Municípios	Crianças em creche BC	Suplemento BC (R\$)	Mais Educação (unidades)	Mais Educação Bolsa Família (unidades)
Aveiro	-	-	27	26
Trairão	60	25.160,40	6	4
Novo Progresso	177	80.251,02	18	7
Rurópolis	-	-	30	11
Jacareacanga	44	18.450,96	-	-
Itaituba	324	135.866,16	44	37
Pará	5.945	2.683.246,38	3.870	2.932

BC: Brasil Carinhoso.

As intervenções que requerem maior urgência nos municípios se pautam pelas seguintes ações: diminuição dos índices de analfabetismo e melhoria das infraestruturas escolares.

No que se refere ao analfabetismo, três municípios apresentam taxas consideráveis entre a população com 15 anos ou mais e devem contar com o Programa Brasil Alfabetizado – PBA como instrumento de intervenção. Esses municípios são Jacareacanga (27,4% de analfabetismo), Trairão (19,8%) e Rurópolis (17,8%). Eles precisam aumentar o número de alfabetizadores bolsistas, de turmas de alfabetização e de coordenadores de bolsistas. Para isso é preciso cadastrar os novos bolsistas no Sistema Brasil Alfabetizado (<http://brasilalfabetizado.fnde.gov.br/>).

De acordo com a Resolução nº 44/2102 do FNDE, os municípios são os Entes Executores (EEx) e, conforme reza o art. 7º da mesma Resolução, é obrigação dos municípios elaborar o Plano Plurianual de Alfabetização – Ppalfa, por meio de formulário eletrônico próprio, disponível no endereço eletrônico <http://brasilalfabetizado.fnde.gov.br>; e de acordo com as orientações do Manual Operacional do PBA.

Ademais, um dos programas federais, além do PAC 2, que contempla ações específicas para a melhoria da infraestrutura escolar é o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE. Ele tem por finalidade prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS como beneficiantes de assistência social, ou outras similares de atendimento direto e gratuito ao público.

Os recursos são transferidos independentemente da celebração de convênio ou de instrumento congêneres, de acordo com o número de alunos extraídos do Censo Escolar do ano anterior ao do repasse.

O dinheiro destina-se à aquisição de material permanente; manutenção, conservação e pequenos reparos da unidade escolar; aquisição de material de consumo necessário ao funcionamento da escola; avaliação de aprendizagem; implementação de projeto pedagógico; e desenvolvimento de atividades educacionais.

Todas as escolas públicas rurais de educação básica recebem também uma parcela suplementar, de 50% do valor do repasse. As escolas urbanas de ensino fundamental que cumpriram as metas intermediárias do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb também recebem essa parcela suplementar.

O PDDE também é destinado à adoção de educação integral pelas escolas, com a oferta de, no mínimo, sete horas diárias de aula e reforço de atividades de aprendizagem, lazer, artísticas e culturais, entre outras.

Os recursos servem para transporte e alimentação dos monitores, para a contratação de serviços e para a compra de material permanente e de consumo necessários para o desenvolvimento das atividades de educação integral.

A Resolução/CD/FNDE nº 10, de 18 de abril de 2013, que dispõe sobre os critérios de repasse e execução do PDDE determina no seu Art. 4º § 1º as circunstâncias em que é vedada a aplicação dos recursos do PDDE.

Para a efetivação dos repasses dos recursos do programa as entidades executoras (prefeituras e secretarias de educação), em 2014, deveriam aderir até 30 de junho, por intermédio do sistema PDDEWeb, disponível no sítio www.fnde.gov.br.

Com relação ao PAC2, todos os municípios em análise possuem ações desse plano, porém Rurópolis e Trairão não possuem Creches e Pré-escolas – Proinfância. Trairão já possui Termo de Compromisso Plano de Ações Articuladas (PAR) em infraestrutura que inclui construção de duas quadras, ambas em execução.

Para que os municípios sejam contemplados é preciso efetuar o Termo de Adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e elaborar o Plano de Ações Articuladas (PAR). Os recursos destinam-se à construção e à aquisição de equipamentos e de mobiliário para creches e pré-escolas públicas da educação infantil. Os Termos de Adesão de Rurópolis e Trairão, até janeiro de 2014, estavam em análise.

Os pré-requisitos para solicitação de Creches e Pré-escolas são a disponibilidade de terreno em localização, condições de acesso e características geotécnicas e topográficas adequadas para a implantação das unidades; e o compromisso com a gestão, funcionamento e manutenção das unidades.

Há dois tipos padronizados de projeto, os de tipo B e C. Para solicitar o de Tipo B é preciso dispor de terreno com dimensões mínimas de 45mx35m, para uma área construída de 781,26m²; a declividade máxima do terreno deve ser de 3% ou compromisso da prefeitura em realizar terraplanagem; e atendimento estimado de 120 crianças. Para projetos de Tipo C as dimensões mínimas do terreno exigidas são 40mx70m, para uma área construída de 1.323,58m²; declividade máxima de 3% ou compromisso da prefeitura em realizar terraplanagem; e atendimento estimado de 240 crianças.

Os trâmites para celebração do convênio de mobiliário e equipamentos destinado às escolas de educação infantil padrão Proinfância serão iniciados pelo FNDE quando a construção da escola estiver em fase de conclusão, ou quando a obra estiver concluída de forma registrada no Módulo de Monitoramento de Obras no SIMEC (<http://simec.mec.gov.br>).

Após a celebração do convênio de mobiliário e equipamentos, a prefeitura receberá do FNDE o termo de convênio, manual de especificações técnicas dos itens e o plano de trabalho para iniciar a execução do objeto.

Para essas obras o FNDE está dispensado de fazer consulta ao Cadastro Único de Convênio – CAUC.

Os recursos financeiros de que trata a Resolução/CD/FNDE nº 25/2013 serão creditados, mantidos e geridos em conta corrente específica, a ser aberta pelo FNDE/MEC, em agência do Banco do Brasil S/A. Os municípios e o Distrito Federal são obrigados a restituir ao FNDE os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas em aplicações

financeiras realizadas, no prazo improrrogável de trinta dias a contar do término do contrato celebrado com a empresa vencedora do Registro de Preços Nacional realizado pelo FNDE.

Vale ressaltar que os municípios e o Distrito Federal não poderão considerar os valores transferidos pelo FNDE no cômputo dos 25% (vinte e cinco por cento) de impostos e transferências devidos à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal.

Os municípios e o Distrito Federal deverão prestar contas dos recursos recebidos por meio do Sistema de Gestão de Prestação de Contas – SiGPC – até sessenta dias após o término da vigência do contrato celebrado com a empresa vencedora do Registro de Preços Nacional realizado pelo FNDE, na forma da Resolução CD/FNDE nº 2 de 18 de janeiro de 2012 e alterações posteriores.

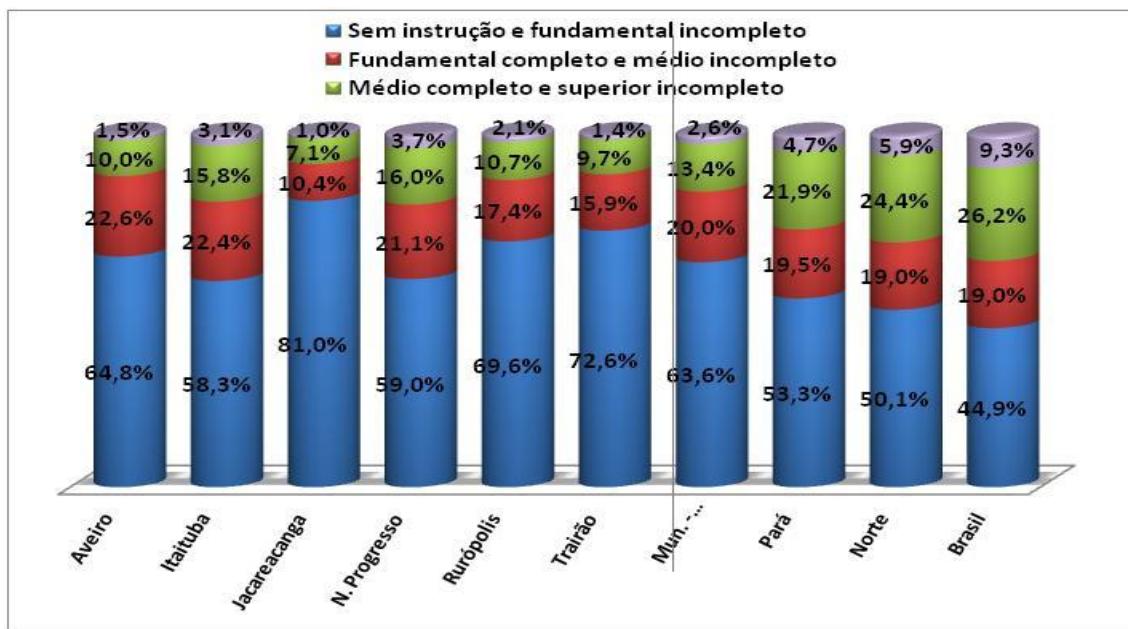
Os municípios e o Distrito Federal poderão utilizar-se da assistência técnica disponibilizada pelo FNDE, em caso de obra anteriormente aprovada e não iniciada. É considerada obra aprovada e não iniciada aquela que foi objeto de Convênio ou Termo de Compromisso celebrado e cujo *status* no módulo de monitoramento de obras do SIMEC demonstre tal condição.

Importante que consta no Plano Nacional de Educação (PNE) 2011-2020 a meta de elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais a 93,5% até 2015. Diante disso, percebe-se o quanto importante é a implementação de políticas públicas de alfabetização na região do Tapajós dadas as taxas de analfabetismo verificadas nos municípios que a constituem, especialmente em Jacareacanga, onde esse índice estaria próximo dos 30% entre pessoas com 15 anos ou mais.

3.6.2. Educação Superior

Os municípios da região possuem um número relativamente pequeno de pessoas com formação superior, o que preocupa em relação ao futuro da região. Estão previstos investimentos, como a construção de hidrelétricas que movimentarão enormemente a economia das cidades, aumentando a demanda por profissionais qualificados, principalmente nas áreas de engenharia e meio-ambiente. O **Gráfico 12** ilustra a situação educacional da região.

Gráfico 12 – Situação Educacional na região do Tapajós



Fonte: Censo 2010 - IBGE.

Elaboração: SPI/MP.

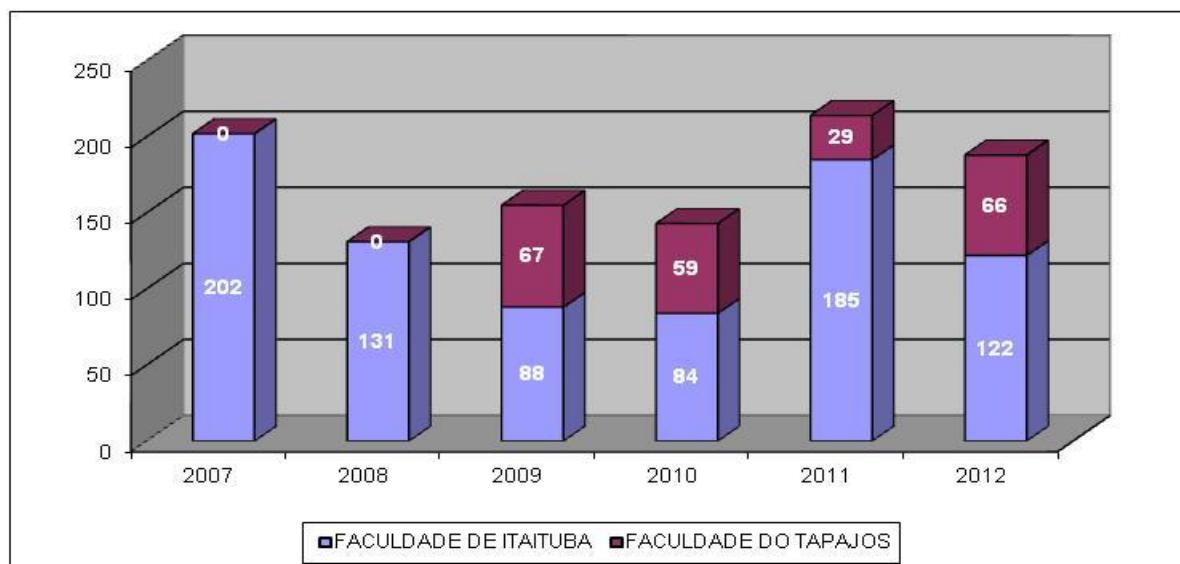
Além da pequena presença de pessoas com formação superior, verificou-se a existência de baixas taxas de matrícula líquida no ensino superior na região e nos municípios que a constituem, com base em dados do Censo de 2010. A taxa de matrícula líquida no ensino superior regional é de 3,73%.

Em Aveiro, encontrou-se apenas 33 que já frequentaram o ensino superior, porém não o concluíram. Em Itaituba, a taxa de matrícula líquida é de 4,70%, de 3,55% em Jacareacanga, de 3,68% em Novo Progresso, de 2,86% em Rurópolis e de 3,28% em Trairão. Vale ressaltar que no Brasil, em 2012, o índice era de 15,1%.

A região possui duas instituições de ensino superior privadas e um *campus* da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA em fase de implantação. Os cursos oferecidos pela UFOPA em Itaituba são: Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura Integrada em Biologia e Química, Licenciatura Integrada em História e Geografia, Licenciatura Integrada em Letras (Português e Inglês), Licenciatura Integrada em Matemática e Física. A unidade de Itaituba do Instituto Federal do Pará (IF-PA) também oferece dois cursos de graduação tecnológica: tecnólogo em saneamento ambiental e tecnólogo em desenvolvimento de sistemas.

As duas instituições privadas são a Faculdade de Itaituba e a Faculdade do Tapajós. Ambas têm se incumbido de formar bacharéis e licenciados na região, já que os cursos das instituições públicas são recentes. Entretanto, há um número relativamente pequeno de concludentes, conforme é possível observar no Gráfico 13.

Gráfico 13 – Concluintes bacharéis e licenciados na região



Na última avaliação do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – Enade – foram avaliados os cursos de Administração e Ciências Contábeis das referidas faculdades. Os cursos da Faculdade de Tapajós obtiveram nota 3 e os da Faculdade de Itaituba alcançaram nota 2.

Quando a análise se volta para os beneficiários locais dos programas federais de fomento à formação universitária, constata-se que há uma enorme concentração daqueles no principal município da região, Itaituba. Das 215 bolsas ativas do Programa Universidade para Todos – Prouni na região, 213 tem como origem Itaituba e, as duas restantes, Rurópolis. A concentração das bolsas encerradas por conclusão de curso ocorre de forma semelhante – 212 em Itaituba e apenas uma em Rurópolis.

Analizando os beneficiários do Novo Financiamento Estudantil – FIES pós 2010, percebe-se situação parecida. Além disso, ressalta-se que jamais houve um financiamento estudantil na região para um curso de Medicina, conforme mostra a **Tabela 40**.

Tabela 40 – Tipos de Curso Superior no Tapajós.

Municípios	Licenciatura	Demais cursos	Total
Aveiro	0	0	0
Itaituba	17	116	133
Jacareacanga	0	0	0
Novo Progresso	0	0	0
Rurópolis	0	0	0
Trairão	0	0	0

Fonte: SIMEC/MEC.

Elaboração: SPI.

Ao analisar os dados apresentados é possível inferir que a concentração em Itaituba se deve ao fato de esta ser a única das seis cidades que possui instituição de ensino superior, além

de os dados serem normalmente coletados no município no qual os cursos são realizados. Assim, ao analisar a distribuição de inscritos no Sistema de Seleção Unificada – SISU, que toma como referência o município de origem do candidato, Itaituba continua em posição de destaque, mas os números de Novo Progresso e Rurópolis apresentam relativa importância, conforme ilustrado na **Tabela 41**.

Tabela 41 – Distribuição de inscritos no Sistema de Seleção Unificada – SISU

Município	1º Sem 2010	2º Sem 2010	1º Sem 2011	2º Sem 2011	1º Sem 2012	2º Sem 2012	1º Sem 2013	2º Sem 2013
Aveiro	2		2	3	22			2
Itaituba	259	56	304	129	696	218		253
Jacareacanga	1	1	5	2	4	1		
Novo Progresso	26	6	8	2	43	11		33
Rurópolis	14	1	19	10	49	11		19
Trairão	3				10	5		6

Fonte: SIMEC/MEC.

Elaboração: SPI.

Conforme observado, o polo educacional da região é o município de Itaituba, que concentra as quatro instituições que oferecem curso superior. Porém, o acesso pelos moradores dos municípios limítrofes a essas instituições demanda ações interventivas, seja por ações de custeio com moradias estudantis, seja pela criação de novos polos de educação à distância ou, ainda, por instituição de transporte escolar. Também, resta necessário expandir o número de vagas das instituições públicas e criar cursos nas áreas de saúde e de engenharia.

Medida que pode melhorar as condições de acesso dos jovens ao ensino superior é a criação de novos polos presenciais da Universidade Aberta do Brasil – UAB. Dos seis municípios, apenas Itaituba possui polo presencial da UAB. Os municípios de Rurópolis e de Novo Progresso podem também ser contemplados, já que são os dois mais populosos depois de Itaituba. Tal medida descentralizaria a oferta de ensino superior.

A adesão dos governos locais – Estados e Municípios – e das instituições públicas de ensino superior ao Sistema UAB dá-se no âmbito dos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente, criados pelo Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009.

Os polos presenciais da UAB podem ser contemplados com recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, segundo a Resolução/CD/FNDE nº 10, de 18 de abril de 2013. Conforme o art. 3º dessa resolução, os recursos financeiros do PDDE destinam-se a beneficiar, entre outros, polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), que ofertem programas de formação inicial ou continuada a profissionais da educação básica.

É importante salientar a necessária expansão de cursos e vagas oferecidas pela UFOPA e pelo Instituto Federal. O *Campus* da UFOPA precisa ofertar cursos das áreas de engenharia, de meio ambiente, de agricultura e de medicina. Em conversa com os prefeitos do Consórcio, houve grande demanda por uma faculdade de medicina na região. Entendendo a necessidade

de um hospital regional para viabilizar essa ação, também foi feito um apelo para acelerar as obras do Hospital em construção na região.

3.6.3. Educação Profissional e Técnica

O Plano Plurianual 2012-2015 traz, no Programa Temático 2031 – Educação Profissional e Tecnológica, uma série de ações que poderiam contribuir para a elevação do bem-estar da população local e para a mitigação dos impactos de grandes obras a serem realizadas no curto e no médio prazo nessa região. Vale mencionar a expansão e interiorização dos *campi* dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, o programa Mulheres Mil, a Educação Profissional integrada à Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, entre outras.

Primeiramente, em relação a ensino técnico e tecnológico, sua oferta na região do Tapajós restringe-se ao município de Itaituba. Na educação técnica de nível médio, em 2012, foram apenas 1.004 matrículas.

Quanto à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará possui um *campus* no município de Itaituba. Esse *campus* já é resultado da Expansão da Rede Federal de EPT e funciona em suas instalações definitivas, de acordo com o SIMEC/MEC.

Além disso, vale mencionar a correlação do Programa Temático 2031 – Educação Profissional e Tecnológica com o Programa 2071 – Trabalho, Emprego e Renda, Objetivo 0287, construída com uma meta relativa ao Pronatec/BSM de ampliar em 50% a oferta de cursos de qualificação social e profissional para trabalhadores atendidos na intermediação de mão de obra no âmbito do SINE, priorizando, em particular, as mulheres, os afrodescendentes, os jovens, as pessoas com deficiência física e intelectual, as pessoas com baixa escolaridade, as trabalhadoras domésticas, o público do Brasil sem Miséria, os trabalhadores rurais e os trabalhadores resgatados da condição análoga à de escravo.

3.7. Infraestrutura Social

A Política Nacional de Habitação – PNH, o arcabouço institucional do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, que integra as três esferas de Governo, e o Plano Nacional de Habitação – PlanHab oferecem as diretrizes para os programas e as ações implementadas no setor habitacional com o objetivo de promover o acesso à moradia digna a todos os segmentos da população, especialmente ao de baixa renda. Para tanto, o Governo atua sobre dois eixos prioritários: o enfrentamento do passivo urbano por meio do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC Habitação – Urbanização de Assentamentos Precários, e o atendimento à demanda por habitação e produção de novas unidades, por intermédio do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV. Para esses dois eixos estão previstos grandes investimentos, além de medidas de apoio ao desenvolvimento institucional dos integrantes do SNHIS e a cooperação técnica, garantindo inclusão social e o desenvolvimento sustentável das cidades.

O Déficit Habitacional é indicador que contribui para a formulação e a avaliação da política habitacional. O objetivo do indicador é orientar os agentes públicos responsáveis pela política habitacional na construção de programas capazes de suprir a demanda explicitada na estimativa do indicador nas distintas esferas de governo: municípios, Distrito Federal, estados e União.

A região Norte – vetor de crescimento demográfico na última década, assim como o Centro-Oeste – observou aumento no número absoluto de domicílios em situação caracterizada de déficit. O Pará apresenta déficit relativo bem superior ao nacional. Os municípios alvo do estudo, com exceção de Novo Progresso, apresentam déficit relativo superior ao do estado do Pará, com destaque para a cidade de Jacareacanga que apresenta déficit relativo de 44,54% dos imóveis, demonstrando um quadro preocupante quanto à situação de déficit habitacional, conforme demonstra a **Tabela 42**.

Tabela 42– Déficit habitacional na região do Tapajós

Localidade	Déficit	Precárias	Coabitacão	Domicílios	%
Aveiro	857	700	206	3.452	24,84
Itaituba	5.366	2.518	2.247	24.225	22,15
Jacareacanga	1.170	999	138	2.627	44,54
Novo Progresso	1.108	485	377	6.984	15,86
Rurópolis	3.045	2.536	471	9.525	31,97
Trairão	1.044	759	267	4.100	25,45
Pará	393.486	198.355	151.143	1.877.876	21,00
Brasil	6.644.713	1.728.082	2.700.718	58.051.449	11,40

O Programa Minha Casa Minha Vida está presente na maioria dos municípios do Consórcio Tapajós, exceto nos municípios de Aveiro e Rurópolis. O município de Itaituba possui quatro (quatro) empreendimentos, todos acima de 400 unidades, tendo o empreendimento RESIDENCIAL WIRLAND FREIRE 1.000 unidades habitacionais, o que requer do município um maior cuidado quanto aos equipamentos complementares à habitação, tais como as unidades de saúde, as escolas, as quadras de esporte, etc. De acordo com a Portaria 168/2013, do Ministério das Cidades, os empreendimentos acima de 500 unidades deverão contar com equipamento de educação e os empreendimentos acima de 800 unidades com os demais equipamentos complementares à habitação. A **Tabela 43** demonstra os investimentos do PMCMV na região:

Tabela 43 – Empreendimentos do PMCMV no Tapajós

Município	Unidades	Valor do Empréstimo – R\$
Itaituba	2.430	107.712.253,96
Trairão	29	395.850,00
Novo Progresso	60	1.008.000,00
Jacareacanga	203	6.344.665,58
TOTAL	2.722	115.460.769,54

Para receber recursos do PMCMV, os municípios devem aderir ao programa por meio de um termo de adesão com as informações necessárias disponíveis no site do Ministério das Cidades. A **Tabela 44** apresenta a situação dos municípios junto ao PMCMV:

Tabela 44 – Adesão dos municípios do Tapajós ao PMCMC

Município	PMCMV
Aveiro	com adesão
Itaituba	com adesão
Jacareacanga	com adesão
Novo Progresso	com adesão
Rurópolis	sem adesão
Trairão	sem adesão

As ações de desenvolvimento institucional e de cooperação técnica buscam fortalecer as capacidades administrativas do setor público e dos agentes integrantes do Sistema Nacional Habitação de Interesse Social – SNHIS. Para tanto, são apoiadas a elaboração de Planos Locais de Habitação de Interesse Social – PLHIS e a criação de conselhos e fundos de habitação de interesse social pelos Estados e pelos Municípios e fomentam-se estudos e iniciativas de cooperação técnica. O município de Itaituba é o único que recebeu recursos do SNHIS conforme a **Tabela 45**.

Tabela 45 – Recursos do SNHIS na região do Tapajós

UF	Município	Nome da Intervenção	Famílias Beneficiadas	Tipo	Investimento
PA	Itaituba	Assistência Técnica	50	PAC FNHIS2009	379.386,93

Segue abaixo a adesão ao SNHIS dos municípios na região do Consórcio Tapajós:

Tabela 46 – Situação de adesão ao SNHIS no Tapajós

Município	SNHIS
Aveiro	Regular
Itaituba	Pendente
Jacareacanga	Regular
Novo Progresso	Regular
Rurópolis	Pendente
Trairão	Pendente

Os municípios com situação pendente junto ao SNHIS devem regularizá-las para receber recursos do fundo.

Segundo dados da MUNIC 2011, todos os municípios listados abaixo têm loteamentos irregulares e/ou clandestinos. Itaituba, Jacareacanga e Trairão possuem favelas ou assemelhados, conforme **Tabela 47**.

Tabela 47 – Loteamentos irregulares ou clandestinos no Tapajós.

Município	Favelas, mocambos, palafitas ou assemelhados	Cortiços, casas de cômodos ou cabeça-de-porco	Loteamentos irregulares e/ou clandestinos
Aveiro	Não	Não	Sim
Itaituba	Sim	Sim	Sim
Jacareacanga	Sim	Sim	Sim
Novo Progresso	Não	Não	Sim
Rurópolis	Não	Não	Sim
Trairão	Sim	Sim	Sim

Conforme a **Tabela 48**, o grau de urbanização é baixo, portanto há uma parcela da população no meio rural. Nas bases da CAIXA e do Ministério das Cidades que totalizam as unidades construídas no Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR, não consta nenhuma unidade para os municípios do Consórcio Tapajós.

Tabela 48 – Urbanização na região do Tapajós.

UF	Área (km ²)	População		Variação %	Grau de Urbanização
		2000	2010		
Brasil	8.515.767	169.590.693	190.732.694	12	84
Pará	1.247.955	6.192.307	7.581.051	22	68
Consórcio	188.692	197.942	209.531	6	56
Aveiro	17.074	15.518	15.849	2	20
Itaituba	62.041	94.750	97.493	3	73
Jacareacanga	53.303	24.024	14.103	(41)	35
Novo Progresso	38.162	24.948	25.124	1	71
Rurópolis	7.021	24.660	40.087	63	38
Trairão	11.091	14.042	16.875	20	34

3.8. Terras Indígenas

No contexto histórico, as pesquisas arqueológicas revelam as primeiras ocupações humanas na região há pelo menos 4 mil anos. Existem vestígios arqueológicos que comprovam a ocupação de quase toda a bacia do Tapajós por uma sociedade de organização

complexa que produzia objetos cerâmicos e líticos altamente elaborados. Essa sociedade pertencia, conforme definido pelos estudiosos, ao ciclo da Cultura Tapajônica, há cerca de 1.500 anos.

A dinâmica de ocupação das populações indígenas, durante o contato com os primeiros colonizadores até os dias de hoje, significou expansão e redução da distribuição territorial, através da implementação de estratégias para a permanência na bacia do Tapajós. Esse movimento de ocupação, sabiamente manipulado por esses povos, evidencia uma história pouco narrada de uma população que habitou densamente aquela região, conforme relatos dos viajantes dos séculos XVI e XVII.

Em relação ao processo de colonização mais recente, a criação do município de Aveiro data do século XVIII e a de Itaituba do XIX. Contemporaneamente surgiram Rurópolis, na década de 1980, Jacareacanga, Novo Progresso e Trairão, na década de 1990.

A região ainda é marcada por extensas áreas de florestas e tem características hidrográficas que permitem que possua grande potencial hidroviário e energético (IDESPA, 2009).

O Pará é formado por 144 municípios. É o estado mais rico e mais populoso da região norte, contando com uma população de 7.321.493 habitantes. O município de Belém reúne em sua região metropolitana cerca de 2,1 milhões habitantes, sendo a segunda maior população metropolitana da região Norte.

A população do Tapajós é de 209.531 mil habitantes (IBGE, 2010), 2,76% da população do Estado do Pará. Nas últimas décadas verificou-se concentração populacional em áreas urbanas dessa região. Tal característica vem sofrendo transformações, em virtude da provável migração de pessoas de zonas rurais aos centros urbanos, bem como advindas de outras regiões, resultando no incremento da população, nessas áreas, a partir da última década – 2000 a 2010 (IDESPA, 2013).

A bacia hidrográfica do estado abrange uma área de 1.253.164 km², sendo 1.049.903 km² pertencentes à bacia Amazônica e 169.003 km² pertencentes à bacia do Tocantins. É formada por mais de 20 mil quilômetros de rios como o Amazonas, que corta o estado no sentido oeste/leste e deságua no grande delta marajoara, bem como os rios Tocantins e Guamá que formam bacias independentes.

Estão também no Pará alguns dos mais importantes afluentes do Amazonas como Tapajós, Xingu e Curuá, pela margem direita, Trombetas, Nhamundá, Maicuru e Jari pela margem esquerda. Os rios principais são o Amazonas, o Tapajós, o Tocantins, o Xingu, o Jari e o Pará. Essa rede hidrográfica garante duas importantes vantagens: facilidade da navegação fluvial e potencial hidroenergético avaliado em mais de 25.000 MW.

Atualmente, segundo dados do Macrozoneamento Ecológico Econômico do Pará (SEMA/PA, 2007), 57,52% do território do Estado do Pará são constituídos por áreas protegidas (Terras Indígenas somadas às Unidades de Conservação). A Região do Tapajós possui um total de 121.694,17 km² constituído por áreas protegidas, o que representa 64,19% do seu território (IDESPA/PA, 2013).

Acompanhando a ampliação da fronteira agropecuária, investimentos em infraestrutura estão projetados ou estão sendo desenvolvidos: asfaltamento das BRs 230 e 163; construção do porto no distrito de Miritituba, em Itaituba; construção de eclusas junto às barragens das UHEs; e o aproveitamento energético nos rios Tapajós, Teles Pires, Juruena, Apiaçás e Jamanxim.

Esses empreendimentos representam pressão sobre as terras indígenas por parte dos setores agropecuário e energético. Soma-se a isso a atividade ilegal de exploração da madeira e as presenças de jazidas minerais, que acarretam riscos à integridade das terras indígenas e de suas populações.

A região tem um histórico de atividades extrativistas ilegais que são praticados por invasores na área indígena. Exemplo disso é a exploração de diamantes que está em fase de expansão. O garimpo e a exploração de recursos madeireiros contam com uma complexa rede de escoamento para as BR-230 e BR-163. Essas atividades abastecem o mercado negro na região, com ramificações nacionais e internacionais e com pouco controle do Estado Brasileiro (TI nº 151/2012/CGMT-DPT-FUNAI-MJ).

Outra questão a ser considerada é a crescente população indígena que se encontra nas sedes dos municípios. Em termos percentuais, considerando os municípios do Estado do Pará, a composição da população indígena residindo em área urbana na região do Tapajós se distribui da seguinte maneira: Jacareacanga, 1º lugar, com 22% da população; Aveiro, 2º lugar, com 3,1% da população; e Itaituba, 5º lugar, com 0,7% da população. A maioria dos indígenas nos municípios de Itaituba e Jacareacanga são Munduruku, mas esta etnia também está em outros municípios do Tapajós, em menor número (TI nº 151/2012/CGMT-DPT-FUNAI-MJ).

A terra indígena Praia do Mangue (Munduruku) localiza-se na região de periferia da cidade de Itaituba, praticamente dentro de um bairro de população de baixa renda, com altos índices de violência e sem infraestrutura, como saneamento básico e rede de distribuição de água potável. A terra indígena possui 32 hectares para uma população 168 indivíduos, conforme relatório do Polo Base Itaituba do Ministério da Saúde de 2010. O que daria 0,19 ha por pessoa, demonstrando que o confinamento territorial é preocupante. As atividades agrícolas e de coleta não garantem a segurança alimentar nem a renda mínima familiar para aquisição de alimentos no mercado regional (TI nº 151/2012/CGMT-DPT-FUNAI-MJ).

O tráfico de drogas e a violência relacionada às atividades ilegais tem se agravado. O alto índice de consumo de drogas (associados ao tráfico) torna a situação de violência ainda mais grave, com casos tanto entre indígenas como entre estes e não indígenas moradores do entorno (TI nº 151/2012/CGMT-DPT-FUNAI-MJ).

Devido ao impacto ambiental proveniente de um antigo matadouro, localizado próximo à terra indígena, a água do igarapé e os poços artesianos do local tornaram-se impróprios para consumo humano, contribuindo para o agravamento de doenças relacionadas à água contaminada (IT nº 151/2012/CGMT-DPT-FUNAI-MJ).

A TI Praia do Índio (Munduruku), próxima a Itaituba, apresenta situação socioambiental semelhante. Vários problemas decorrentes da presença de drogas, alto número de jovens com problemas de alcoolismo e escassez de terras para plantio e moradia. A

população é de 125 indígenas, para uma área de 28 hectares aproximadamente. A ocupação urbana no seu entorno ainda é esparsa, mas, do mesmo modo que a outra, as possibilidades de se viver de coleta e atividade agrícolas já não são mais uma realidade para esse povo (TI nº 151/2012/CGMT-DPT-FUNAI-MJ).

A seguir são apresentadas as Terras Indígenas situadas na área de abrangência dos municípios do Tapajós, bem como sua situação fundiária.

Tabela 49 – Situação Fundiária das Terras Indígenas

Terra Indígena	Povos	Situação Fundiária	Localização
Andirá-Marau	Sateré-Mawé	Regularizada	Municípios Amazonenses, Aveiro e Itaituba
Escrivão	Maytapu e Munduruku	Em estudo	Aveiro
Praia do Índio	Munduruku	Reserva Indígena	Itaituba
Praia do Mangue	Munduruku	Reserva Indígena	Itaituba
São Luiz do tapajós	Munduruku	Em estudo	Itaituba
Sawré Muybu (Pimental)	Munduruku	Em estudo	Itaituba e Trairão
Cayabi	Kaiabi, Apiaká e Munduruku	Regularizada	Jacareacanga
Munduruku	Munduruku	Regularizada	Jacareacanga
Sai-Cinza	munduruku	Regularizada	Jacareacanga

Para enfrentar essa situação, as políticas sociais do governo federal devem ser estruturadas considerando a realidade da região amazônica, e em particular dos povos indígenas. Mesmo algumas políticas setoriais – como saúde e educação –, que possuem eixos específicos para os povos indígenas, não conseguem ter desenvolvimento satisfatório na região amazônica, considerando que as condicionantes da política não são aderentes à realidade local.

O não reconhecimento da cultura indígena, por exemplo, traz como consequência, entre outras, a saída das famílias das atividades tradicionais de sustentabilidade. Programas como o Bolsa Família, cesta básica e aposentadoria especial indígena, devem ser adaptados para não contribuir com transformações indesejadas nas estruturas sócio econômicas das comunidades indígenas.

Conforme dados do CadÚnico, o Bolsa Família na região atende a 1.463 famílias em Jacareacanga, 125 em Itaituba, 33 em Novo Progresso, quatro em Trairão, três em Aveiro e uma família em Rurópolis. Os dados podem indicar que existem famílias, principalmente em Jacareacanga, fora das Terras Indígenas, considerando que o Censo 2010 contou 4.566 indivíduos vivendo dentro da Terra Indígena Munduruku e mais 899 indivíduos vivendo em Sai-Cinza, ambas localizadas no município de Jacareacanga.

Outro exemplo a considerar é o Programa Minha Casa Minha Vida. Ainda que ele tenha recorte rural, as especificações não se alinharam às dinâmicas da sociedade indígena com relação as suas habitações – arquitetura, materiais próprios, etc. -, inviabilizando, em muitos casos, o acesso das famílias residentes em aldeias ao Programa.

Em relação às escolas indígenas, os municípios tem grande dificuldade de executar os recursos federais devido ao custo do transporte dos materiais até as aldeias – feito por via fluvial, acarretando desistência das empresas contratadas por falta de adequação do limite orçamentário destacado para o Programa. Nesse caso, os prefeitos da região sugerem mudanças nas regras do Programa, para que a licitação possa ser feita em dois momentos: construção e transporte, respectivamente, tendo aporte orçamentário para cada objeto.

A **Tabela 50** relaciona o número de escolas indígenas (localizadas nas terras indígenas) com o número de alunos indígenas matriculados.

Tabela 50 – Escolas e alunos em territórios indígenas do Tapajós

Municípios	Número de escolas	Número de matrículas
Aveiro	0	123
Itaituba	5	394
Jacareacanga	45	3.944
Novo Progresso	1	135
Rurópolis	0	3
Trairão	0	3

As escolas indígenas, por força da legislação, devem estar localizadas dentro das aldeias com conteúdos programáticos diferenciados, bilíngue e com material didático específico em respeito à cultura indígena. Os dados acima evidenciam que esta realidade não acontece e, mais uma vez, demonstram que existe grande número de famílias vivendo fora das terras indígenas, devido à insuficiência de escolas localizadas dentro das terras indígenas, obrigando o deslocamento das famílias para as sedes municipais.

A atenção básica na saúde indígena também é precária. Apesar de o atendimento ser feito diretamente pelo Ministério da Saúde, através do Distrito Sanitário Indígena, as distâncias dificultam o deslocamento dos profissionais de saúde até as aldeias, obrigando o deslocamento das famílias às cidades mais próximas para obter a assistência necessária.

Nos exemplos citados, diversos contextos contribuem para que as famílias indígenas busquem os centros urbanos para acessar seus direitos sociais. Esse movimento quase sempre resulta na fixação das famílias nas cidades, reforçando um fenômeno relativamente recente que é o êxodo das aldeias em direção às cidades que, via de regra, não estão preparadas para o acolhimento da população indígena. O resultado é um processo de pauperização dos grupos indígenas que passam a habitar os centros urbanos, em bairros de periferia, sofrendo toda sorte de preconceito e marginalização.

No caso da FUNAI, a fundação tem pouca presença na região, que se dá através da Coordenação Regional de Itaituba e da Coordenação Técnica Local em Jacareacanga. Tanto uma quanto a outra apresentam quantitativo de servidores insuficiente para atender as comunidades indígenas. Tal situação obriga os servidores da sede, em Brasília, a constantes deslocamentos para garantir o mínimo desenvolvimento dos projetos em curso.

A FUNAI tem estimulado a geração de renda através de políticas de etnodesenvolvimento, que visam dinamizar a economia indígena conforme as suas formas tradicionais de produção. As seguintes ações podem ser destacadas: cursos de formação técnica em nível médio em áreas que possam ser aplicadas nas atividades produtivas; esforços de sistematização dos conhecimentos indígenas sobre seus territórios e planejamento de gestão dos mesmos; qualificação de demanda, diagnóstico e incentivo a atividades produtivas que não se voltam sempre ou exclusivamente à comercialização, implicando também incremento alimentar nas comunidades. As principais atividades, principalmente entre os Munduruku, são a meliponicultura, o manejo da copaíba, a castanha do pará e a bovinocultura.

No contexto da gestão ambiental e territorial das terras indígenas, o Governo Federal instituiu, por meio do Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012, a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas – PNGATI, que tem por objetivo garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e dos territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações, respeitando sua autonomia sociocultural.

A PNGATI tem potencial para aquela região, pois pode servir como um importante instrumento de mitigação e compensação de impactos socioambientais para os empreendimentos, entre outras possibilidades, sem descuidar das obrigações relativas à legislação ambiental. Os mecanismos criados através dessa política são capazes de assegurar o desenvolvimento sustentável das terras indígenas, respeitando a autonomia sociocultural dos povos e sua implantação na região poderia promover ações antecipatórias à entrada dos empreendimentos econômicos, criando um modelo de desenvolvimento diferenciado e próprio para os indígenas do Tapajós.

Para fazer frente a estas e outras demandas, o Governo Federal, em processo de diálogo e negociação com os povos indígenas da região (notadamente com os Mundurukus), ao longo de 2013 estabeleceu uma agenda de acompanhamento das demandas por estes levantadas. Este processo vem sendo conduzido e monitorado pela Secretaria Geral da Presidência da República, e consta de um conjunto de demandas que concernem a diferentes órgãos de governo, e mesmo ao Poder Legislativo, em alguns casos.

Podemos sintetizar este processo negocial em sete Grupos temáticos:

1. Reformulação de marco legal - a cargo Congresso Nacional e MJ/FUNAI;
2. Demarcação e Proteção de Terras Indígenas - MJ/FUNAI;
3. Apuração de denúncias de abusos de forças policiais, reparação de danos materiais – MJ/FUNAI e SG-PR;
4. Projetos de Sustentabilidade (geração de renda e produção de alimentos) – MJ/FUNAI;
5. Educação: curso de agroecologia, construção de escolas, projeto pedagógico específico, Centro de Formação, curso superior e profissionalizante, apoio na forma

de recursos – MEC, e conforme o caso, FUNAI, UFOPA (Universidade Federal do Oeste do Pará) e SEDUC-PA;

6. Saúde: construção de postos de saúde, aquisição de medicamentos e equipamentos, Casa de Apoio à Saúde Indígena, estrutura e meios de transporte – Ministério da Saúde, FUNAI e ANAC (homologação de pistas de pouso, fundamentais no transporte de pacientes);
7. Manutenção do processo de negociação – SG-PR.

Além disso, em cumprimento ao disposto na Convenção 169 da OIT – Organização Internacional do Trabalho, o Governo Federal vem preparando a realização de Consulta às populações indígenas potencialmente afetadas pela futura construção da UHE São Luiz do Tapajós. Assim, nos dias 02 e 03 de setembro de 2014, houve reunião com o Povo Munduruku na Aldeia Praia do Mangue, localizada no Município de Itaituba/PA, com o objetivo de se discutir a respeito do tema.

Estiveram presentes na reunião aproximadamente 200 indígenas, representantes do Governo Federal (Secretaria Geral da Presidência da República, Ministério do Planejamento – SEPAC e SPI-, FUNAI, SESAI/PA, MEC, MME, ABIN, PRF, PF, Força Nacional de Segurança Pública, AGU) Ministério Público Federal de Santarém; SEDUC - PA, além de outros membros convidados pelos indígenas.

Deste encontro ficou agendado para os dias 24 e 25 de setembro de 2014 uma oficina, na TI Munduruku, de capacitação dos indígenas sobre a Convenção OIT 169. Na sequência, em 05 e 06 de novembro, será realizada a Consulta Prévia. No âmbito do licenciamento ambiental, o componente indígena do EIA/RIMA está sob análise da FUNAI.

3.9. Justiça e Segurança Cidadã

3.9.1. Segurança Pública

No estado do Pará há problemas emergentes de segurança pública. Na região do Tapajós, o problema é mais grave em Itaituba. Entretanto, o Ministério da Justiça – MJ reconhece o Tapajós como fora da região de fronteira e do crack.

A partir de análises sobre o novo contexto econômico e social do Tapajós os planos da segurança pública para o Tapajós devem ser alterados, o MJ deve buscar uma ação coordenada com o PAC para definição de estratégias de ações a serem implementadas. As diversas frentes de expansão econômica que estão previstas para a Região podem provocar o aumento do tráfico de drogas, da criminalidade, da prostituição, a maior presença de índios nas cidades e o possível aumento de migrações devido ao aumento da oferta de mão de obra em função da economia logística da soja e do início das obras das hidrelétricas da região.

No campo da segurança pública, uma ação prioritária, coordenada pelo Ministério da Justiça, é a Estratégia Nacional de Fronteiras, com foco no fortalecimento das instituições de segurança pública, na prevenção e na repressão efetiva dos delitos praticados na faixa de

fronteira brasileira, a serem implementadas através da articulação e envolvimento dos Estados e dos municípios fronteiriços.

A Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras – Enafron é parte do Plano Estratégico de Fronteiras que tem como diretrizes básicas a integração, a colaboração, o compartilhamento de dados, de informações e de conhecimentos entre os agentes de segurança pública, a fiscalização e a defesa, com intuito de prevenir e de reprimir de modo efetivo os delitos transfronteiriços e os delitos praticados na faixa de fronteira brasileira.

O Estado do Pará, sendo fronteiriço, aderiu ao Plano Estratégico de Fronteiras e, apesar dos municípios do Consórcio Tapajós não serem integrantes da faixa de fronteira, eles podem se beneficiar de algumas das linhas de ação do Enafrom, que são demandadas pela Secretaria Estadual de Segurança Pública. Um exemplo é a linha de vídeo-monitoramento, em que o município de Itaituba possui uma proposta em andamento para convênio de instalação de sistema de vídeo-monitoramento, no valor de R\$ 1 milhão.

Um dos principais indicadores de segurança pública é a taxa de homicídios por 100 mil habitantes. Neste aspecto, como visto na **Tabela 51**, a taxa do Consórcio Tapajós apresentou uma redução de 29% entre 2010 e 2011, e é inferior à taxa do Estado do Pará. Ainda assim, dois municípios, Itaituba e Novo Progresso, apresentam taxas superiores à média nacional e do estado.

Tabela 51 – Número absoluto e taxa de homicídios no Tapajós e no Pará

Município	Homicídios			
	2010	2011	Tx 2010	Tx 2011
Aveiro	1	0	6,3	0,0
Itaituba	36	26	36,9	26,6
Jacareacanga	3	1	21,3	7,0
Novo Progresso	27	21	107,5	83,5
Rurópolis	3	2	7,5	4,8
Trairão	0	0	0,0	0,0
Consórcio Tapajós	70	50	33,4	23,7
Pará	3.540	3.078	46,7	40,0

Fonte: SIM/SVS/MS – Ministério da Saúde.

Elaboração: SPI/MP.

O Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp promove ações de prevenção à violência e à criminalidade, por meio de editais de chamada pública, que apoiam projetos como o PROTEJO e Mulheres da Paz, apoio a delegacias especializadas de atendimento a mulheres e de atendimento à criança e ao adolescente, fortalecimento de guardas municipais, ou estruturação de Gabinetes de Gestão Integrada Municipal e Secretarias de Segurança Pública. Algumas destas propostas podem ser enviadas por municípios e consórcios municipais, outras devem ser demandadas pelo Estado, o que reforça a necessidade de articulação entre os municípios e seu governo estadual para acesso a programas de apoio à segurança pública.

Tais iniciativas encontram-se contempladas no PPA 2012-2015, no programa 2070 – Segurança Pública com Cidadania e há uma priorização para 400 municípios com maiores taxas de homicídio, que recebem pontuação diferenciada na classificação das propostas. O município de Itaituba figura nesta lista de priorização, devido ao seu número de homicídios. Sugere-se avaliar a possibilidade de incluir o município de Novo Progresso nesta relação, já que, apesar de seu número absoluto de homicídios ser inferior ao de Itaituba, sua taxa de homicídios está entre uma das maiores do país e sua população, acima de 25 mil habitantes, é considerável.

Tabela 52 – Existência de órgãos de segurança pública no Tapajós

Território	Existência (Municípios 2012)		
	Delegacia de Polícia Civil	Delegacia atendimento à mulher	Corpo de Bombeiros
Aveiro	Sim	Não	Não
Itaituba	Sim	Sim	Sim
Jacareacanga	Não	Não	Não
Novo Progresso	Sim	Não	Não
Rurópolis	Sim	Não	Não
Trairão	Sim	Não	Não

A necessidade de estruturação dos órgãos de segurança pública se manifesta especialmente quando analisadas as estruturas existentes nesses municípios. Apenas o município de Itaituba possui delegacia de atendimento à mulher e Corpo de Bombeiros, enquanto que o município de Jacareacanga não possui sequer Delegacia de Polícia Civil.

Os recursos para apoio à estruturação desses órgãos podem ser acessados pelo Fundo Nacional de Segurança Pública, pelos editais da Senasp no âmbito do programa Segurança Pública com Cidadania.

Em relação à segurança nas rodovias, verifica-se que é necessário intensificar ações de prevenção e de segurança nas estradas. Enquanto a taxa de acidentes no Estado do Pará reduziu-se entre 2010 e 2011, nos municípios do consórcio essa taxa cresceu quase um terço. Itaituba, município de maior população do território, é responsável por mais da metade dos acidentes e as taxas em Novo Progresso e Rurópolis também são preocupantes. Recomenda-se a busca desses municípios pela adesão ao Sistema Nacional de Trânsito, do qual apenas o município de Itaituba faz parte.

A Polícia Rodoviária Federal – PRF, por sua vez, identificou em 2013 os 100 trechos em rodovias federais com maiores índices de acidentes, para atuação prioritária em ações de fiscalização e prevenção de acidentes. Esses 100 trechos correspondem a 1000 quilômetros, e concentraram quase 27% dos acidentes em 2012. Apesar da BR-163, a rodovia que integra os municípios do Tapajós, não ter nenhum trecho constante dessa lista, ela rodovia tem sido alvo de operações importantes, como a Operação Rodovida, realizada pela PRF em parceria com os órgãos de trânsito e de polícia locais. A Operação Rodovida é nacional e se estende de

Dezembro a Março. A BR-163, no trecho localizado dentro do Estado do Pará, manteve em 2013 a média de acidentes registrada em 2012, de 154.

Tabela 53 – Número absoluto e taxa de acidentes de trânsito

Território	Acidentes				Adesão ao SNT*
	2010	2011	Taxa 2010	Taxa 2011	
Aveiro	0	0	0,0	0,0	Não
Itaituba	24	25	24,6	25,6	Sim
Jacareacanga	0	0	0,0	0,0	Não
Novo Progresso	6	8	23,9	31,8	Não
Rurópolis	3	9	7,5	21,8	Não
Trairão	0	1	0,0	5,9	Não
Consórcio	33	43	15,7	20,4	
Pará	1.358	1.366	17,9	17,8	

Destaca-se também que a partir da aprovação da Lei 12.587/2012, que institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana, todos os municípios acima de 20 mil habitantes devem elaborar o Plano de Mobilidade Urbana, integrado e compatível com o Plano Diretor. Apesar de ter em 2011 uma população de 14 mil habitantes, o município de Jacareacanga informou na MUNIC estar elaborando o Plano Municipal de Transporte. Para os municípios de Itaituba, de Novo Progresso e de Rurópolis, que possuem população acima de 20 mil habitantes, recomenda-se articulação junto ao Governo do Estado e ao Ministério das Cidades para elaboração do plano previsto em lei.

Tabela 54 – Situação dos Planos Municipais de Transporte do Tapajós

Território	Plano Municipal de Transporte	Em elaboração
Aveiro	Não	Não
Itaituba	Não	Não
Jacareacanga	Não	Sim
Novo Progresso	Não	Não
Rurópolis	Não	Não
Trairão	Não	Não

3.9.2. Direito das Crianças e dos Adolescentes

Segundo a recente pesquisa “5º Mapeamento dos pontos vulneráveis à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Federais Brasileiras: Mapeamento 2011-2012³⁹”, existem 25 pontos vulneráveis de exploração sexual ao longo do trecho paraense da

³⁹ http://www.namaocerta.org.br/pdf/Mapeamento2011_2012.pdf

BR-163, que corta ou fica próxima dos municípios do Território da Cidadania – BR-163 (Aveiro, Itaituba, Novo Progresso, Rurópolis, Trairão e Jacareacanga).

Tabela 55 – Rodovias Federais com maior número de pontos mapeados

BR	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total por BR
230		37	130			167
116		56		85	25	166
101		37		36	70	143
364	85		28		1	114
153	53		49	6	4	112
163	70		25		10	105
Total	208	130	232	127	110	807

Fonte: 5º Mapeamento dos pontos vulneráveis à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Federais Brasileiras: Mapeamento 2011-2012.

Cabe ressaltar que todo o trecho da BR-163 na região Norte fica dentro do Estado do Pará, sendo a maior parte do trecho na região do Tapajós, onde estão localizados os municípios do Território da Cidadania BR-163.

Algumas ações do governo federal podem auxiliar esses municípios no enfrentamento do problema. Nas localidades, destacam-se os conselhos tutelares na promoção, na proteção e na defesa de direitos de crianças e de adolescentes. Resumidamente, a atribuição de um conselho tutelar é atender e encaminhar crianças e adolescentes com direitos ameaçados ou violados a serviços e medidas que possam garantir e reestabelecer seus direitos.

O conselheiro tutelar pode, em caráter de excepcionalidade, aplicar medidas de acolhimento institucional (abrigamento) e de acolhimento familiar (família provisória) para afastar crianças e adolescentes de situações e pessoas que prejudiquem seus direitos, mesmo que sejam familiares.

No desenho da política, cabe ao nível federal estabelecer normas gerais de funcionamento, parâmetros e diretrizes para os conselhos tutelares. No entanto, é meta do governo federal, inscrita no PPA – Plano Plurianual 2012-2015, a equipagem de conselhos tutelares.

Essa ação tem sido executada com a entrega de um automóvel, de cinco computadores, de uma impressora multifuncional, de um refrigerador e de um bebedouro ao município que, em contrapartida, assina termo se comprometendo a instalar e utilizar o SIPIA – Sistema de Informação para a Infância e Adolescência e a promover a capacitação periódica dos conselheiros por meio das Escolas de Conselhos.

Inscrita no Programa 2062 – Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes, Objetivo 0260 – Estruturar os conselhos tutelares, fomentando condições adequadas de funcionamento e infraestrutura, com foco em áreas de maior vulnerabilidade, comanda a meta do PPA 201-2015:

“Equipar 100% dos Conselhos Tutelares dos 1.000 municípios com menos IDI e IDH, localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, com sede, computador, telefone e meio de transporte”.

Todos os municípios do Território da Cidadania BR-163 podem receber o *kit* de equipagem. Para tanto, devem cadastrar-se junto à SDH/PR. Segundo informações da Coordenação do Sistema de Garantias de Direitos da SDH/PR, a situação dos municípios é a seguinte:

Tabela 56 – Situação das propostas dos municípios do Tapajós quanto ao kit de equipagem dos Conselhos Tutelares

Município	Situação
Aveiro	Ainda não fez o cadastro.
Rurópolis	Ainda não fez o cadastro.
Itaituba	Fez o cadastro, mas ainda não foi contemplada.
Trairão	Fez o cadastro, mas ainda não foi contemplada.
Jacareacanga	Fez o cadastro, mas os registros aguardam correção.
Novo Progresso	Já foi contemplada.

Deixa-se o registro para que os municípios de Aveiro e Rurópolis façam seu cadastramento e que Jacareacanga retifique seus dados.

Além da equipagem de conselhos tutelares, os municípios podem aderir ao Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro – Pair.

Trata-se de uma metodologia de articulação e de fortalecimento de redes de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, cuja finalidade é a criação e/ou o fortalecimento das redes locais por meio da implantação de ações integradas, possibilitando a articulação e a integração dos serviços, associada à participação social na construção dos processos.

A metodologia do Pair orienta a articulação político-institucional e a realização de diagnóstico rápido e participativo sobre a situação de violência sexual contra crianças e adolescentes e sobre a rede de atendimento no município. O Programa também promove seminários de mobilização e adesão, capacitação da rede de atendimento e defesa de direitos e elaboração de um Plano de Enfrentamento Local.

Segundo informações da Coordenação do Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – PNEVSCA da SDH/PR, estão em curso negociações com a Universidade Federal do Pará – UFPA para a implantação do Pair em 11 municípios na região do Baixo Xingu afetados pela construção da Usina de Belo Monte.

Segundo o coordenador do PNEVSCA, há a possibilidade de expandir o convênio, que deve iniciar sua execução em 2014, para os municípios do Território da Cidadania BR-163.

Dessa forma, cabe aos municípios iniciar o diálogo com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) e fortalecer o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes adotando o Pair.

Outra frente de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes é o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – Peti, que articula um conjunto de ações para retirar crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos da prática do trabalho precoce, exceto quando na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

O programa compreende transferência de renda – prioritariamente por meio do Programa Bolsa Família –, acompanhamento familiar e oferta de serviços socioassistenciais, atuando de forma articulada com estados, com municípios e com a participação da sociedade civil.

A política passou por reordenamento no ano de 2013, por meio da Resolução nº 08/2013 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

O reordenamento prevê a inclusão de 1.913 municípios, que concentram 80% do trabalho infantil brasileiro, no cofinanciamento de ações estratégicas.

Tabela 57 – Previsão de reordenamento da Política Nacional de Assistência Social – CNAS no Tapajós a Política Nacional de Assistência Social – CNAS no Tapajós

Município	Porte	Alcance*	Folha**	Reord. 2013	Reord. 2014	Reord. 2015
Aveiro	I	104	2.500,00		757	
Itaituba	III	158	4.000,00	1132		
Jacareacanga	I	147	3.500,00			
Novo Progresso	II	90	2.500,00		597	
Rurópolis	II	281	7.000,00		777	
Trairão	I	120	3.000,00			386

* Potencial Crianças menores de 16 anos identificadas no CadÚnico retirados da Situação de Trabalho Infantil.

** Folha de Pagamento Potencial em R\$.

Itaituba já era elegível em 2013, por possuir incidência maior que 1.000 casos de trabalho infantil. Por outro lado, Aveiro, Novo Progresso e Rurópolis passarão a sê-lo em 2014, por possuírem entre 500 e 1000 casos. Entretanto, Trairão só passará a ser elegível em 2015, por possuir entre 300 e 500 casos. Sobre Jacareacanga não há informações.

Cabe ao poder local aderir ao reordenamento quando solicitado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

O valor a ser repassado considera a relação entre o número de registros de trabalho infantil no Cadastro Único e a quantidade de crianças e de adolescentes em situação de trabalho identificadas pelo Censo Demográfico 2010 – IBGE e o porte do Município, definido na resolução citada.

4. Trabalho e Renda

4.1. Geração de Emprego e Renda

A pesca é uma atividade regularizada na região do Consórcio, mas entendida como uma atividade finita. Sendo atividade geradora de renda, tem sido realizada ação de inserção dos pescadores artesanais no registro geral da atividade pesqueira – profissionalização da atividade pesqueira – iniciou-se no ano de 2013 e vai até final de 2014 – acesso ao site e realização via autodeclaração.

Para os pescadores artesanais existe o seguro defeso – recebimento de 4 a 5 parcelas de um salário mínimo. Entretanto, há um contingente significativo de pessoas que estão erroneamente cadastrados para recebimento do benefício, precípuamente os pescadores de subsistência, que não são o grupo do benefício e que podem ser retirados do cadastro do mesmo.

Além disso, o Plano Safra contém ações de crédito para melhorar a condição dos pescadores artesanais e ações de estímulo para o beneficiamento e a comercialização do pescado.

O Serviço Florestal do Brasil – SFB prevê realizar em 2014, três editais para concessão florestal na região do Tapajós (manejo florestal em florestas nacionais). A maioria das concessões realizadas, entretanto, tem sido obtida por grandes madeireiras, porque as pequenas encontram dificuldades no curso do processo licitatório. Ainda assim, a legalização tem de fato diminuído o número de madeireiras ilegais, mas causou um deslocamento para o garimpo.

O SFB percebe tanto no manejo florestal como no garimpo oportunidades de renda, sendo que o extrativismo é somente uma renda complementar, pois gera um baixo valor *per capita*.

4.2. Desenvolvimento Agrário

Três Programas são responsáveis pelas ações de inclusão produtiva, tanto no meio urbano como no rural, sendo eles o Programa 2031 – Educação Profissional e Tecnológica, responsável pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, no âmbito do Plano Brasil sem Miséria – Pronatec/BSM, o Programa 2018 – Biodiversidade, responsável pela concessão da Bolsa Verde e o Programa 2012 – Agricultura Familiar, que conduz os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER.

O Pronatec objetiva ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, com foco em dois grupos principais: estudantes e egressos do Ensino Médio da rede pública, inclusive da Educação de Jovens e Adultos; e beneficiários dos programas federais de transferência da renda.

Já o Programa Biodiversidade objetiva incentivar a conservação dos ecossistemas (manutenção e uso sustentável), elevar a renda da população em situação de extrema pobreza

que exerce atividades de conservação dos recursos naturais no meio rural e, para tanto, concede, a cada trimestre, um benefício de R\$ 300 às famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas consideradas prioritárias para conservação ambiental. O benefício será concedido por dois anos, podendo ser renovado.

Por fim, o Programa Agricultura Familiar visa organizar a agricultura familiar para comercialização e inserção econômica nos mercados e nas cadeias produtivas e para atingir esse objetivo utiliza-se da Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater, de maneira a oferecer aperfeiçoamento dos sistemas de produção das famílias rurais, bem como os mecanismos de acesso a recursos, serviços e renda, tudo de forma sustentável.

De todos esses programas, somente a Agricultura Familiar está presente em todos os municípios do Consórcio. O Pronatec atende somente a Novo Progresso e Itaituba, enquanto o Biodiversidade atende a Aveiro e a Itaituba. Os dados dos Programas constam da **Tabela 58**.

Tabela 58 – Programas de Desenvolvimento Agrário no Tapajós

Municípios	PRONATEC/BSM* (vagas ofertadas)	Bolsa Verde (famílias)	Serviços de ATER (famílias)
Aveiro	-	127	2.079
Trairão	-	-	150
Novo Progresso	30	-	75
Rurópolis	-	-	225
Jacareacanga	-	-	75
Itaituba	470	3	300
Pará	18.478	22.674	30.521

Parte V - Reflexões dos Atores Locais

1. Introdução

As dinâmicas de estímulo à participação dos atores locais da região do Consórcio Intermunicipal do Tapajós tiveram por objetivo avançar na composição da Agenda de Desenvolvimento Territorial da região, buscando inserir a dimensão territorial no planejamento com três implicações imediatas:

- i) aproximar a oferta das políticas públicas das demandas territorialmente definidas, fortalecendo essa estratégia na definição e na implementação das ações;
- ii) a escolha do território como plataforma de integração entre as políticas públicas com o objetivo de multiplicar os efeitos da ação governamental; e
- iii) a possibilidade de promover articulação federativa e participação social – e mesmo integração entre os Poderes Executivo e Legislativo – no diálogo entre as perspectivas multi-escalares do desenvolvimento.

Para melhor organização das discussões apresentadas pelos atores locais, identificaram-se quatro eixos importantes para o território, quais sejam: Acesso a Direitos; Fortalecimento Institucional; Inclusão Produtiva e Meio Ambiente; e Infraestrutura. Na prática, trata-se de um rearranjo das dimensões em que a estratégia do PPA Federal se organiza.

Assim, quanto ao Eixo de Acesso a Direitos (Dimensão Social), apresentaram-se as dificuldades para a garantia do acesso universal a essas políticas, com ênfase em saúde, em educação e em assistência social.

Quanto ao Eixo de Fortalecimento Institucional (Dimensão Institucional), trabalhou-se o fortalecimento das prefeituras e de seu corpo técnico e administrativo, com ênfase em organização e dinamicidade dos processos administrativos.

Já em relação ao Eixo Inclusão Produtiva e Meio Ambiente (Dimensão Ambiental e Territorial), abordou-se a inclusão dos cidadãos no processo de ocupação e de geração de renda, sem afastar a busca por um meio ambiente equilibrado.

No que toca ao Eixo de Infraestrutura (Dimensão Econômica), discutiu-se a ligação entre os municípios e mesmo entre as zonas de produção agrícola e as áreas consumidoras do Brasil.

Ademais, observa-se que em todos os eixos de atuação estatal os municípios apresentam grande dificuldade de acesso aos programas federais, por motivos comuns: Municípios no Cauc; Assimetria de informações; Alto custo de implementação tendo em vista a realidade local.

2. Acesso a Direitos (Dimensão Social)

Este eixo foi organizado nos seguintes temas: Saúde, Assistência Social, Educação, Habitação e Saneamento, Regularização Fundiária, Segurança Pública e Mobilidade Urbana, Esporte e Lazer.

2.1. Saúde

“Os melhores médicos são os pilotos das aeronaves que transportam os doentes/acidentados para Santarém”. Naiá Fonseca – Procuradora do município de Itaituba.

Com a construção da BR-163, o número de acidentes aumentou muito, o que onera sobremaneira a infraestrutura ora instalada. Adicionalmente, nos casos em que se precisa de deslocamento para um centro que trate de casos intermediários e complexos, as prefeituras tem um grande custo com o transporte.

Igualmente, o alto custo para implementação das políticas de saúde causa grandes dificuldades para a região. Por exemplo, existem quatro projetos para construção de UBS, todavia o recurso repassado pelo governo federal é insuficiente.

Nesse sentido, a região precisa ofertar os três níveis da atenção à saúde – baixa, média e alta complexidade -, para fazer frente aos crescentes impactos decorrentes dos grandes empreendimentos.

A situação em que se encontra a atenção básica, em especial, requer seu fortalecimento, com reforma de unidades e oferta e manutenção de equipamentos dos hospitais municipais e unidades básicas de saúde. Ademais, seria recomendável a construção de Hospital Regional.

2.2. Assistência Social

A maior mazela do município será a violação de direitos contra criança e adolescentes, uma vez que se estima que 4000 carretas passem no meio da cidade, com a construção da BR.

Dessa forma, faz-se necessária a estruturação da rede de proteção social, incluindo poder judiciário e conselho tutelar, e promoção de ações de capacitação para disseminar o conhecimento das políticas públicas em curso.

2.3. Educação

Existe um alto custo para implementação das políticas de educação, o que prejudica a efetividade dos programas federais na região. Para a construção e manutenção de escolas rurais, por exemplo, o recurso-padrão repassado pelo governo federal é insuficiente, o que exige que os municípios tenham de cobrir uma grande diferença para conseguirem concluir os projetos.

O governo do estado não mantém o ensino médio nos municípios, aliado a isso os municípios tem de ceder diversos servidores para oferta de serviços públicos estaduais. Em Jacareacanga, por exemplo, existem 28 funcionários cedidos ao estado do Pará.

Observa-se, ademais, uma carência na formação dos professores atuantes na rede de ensino local, dessa forma é importante o desenvolvimento de um processo coordenado de qualificação dos educadores.

Precisa-se, ainda, de uma universidade que atenda a região, considerando suas particularidades, oferecendo, portanto, cursos que atendam as demandas locais, tais como: pesca; agronomia; e mineração.

Nesse sentido é recomendável que se promova a participação da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) no ensino superior nos municípios, reforçando a oferta de pós-graduação na região (mestrado e doutorado).

Nota-se, além disso, a dificuldade do acesso ao ensino em decorrência da oferta insuficiente de transporte escolar, o que se apresenta, portanto, como problema a ser enfrentado no âmbito da construção de uma Agenda de Desenvolvimento Territorial (ADT) para a região.

2.4. Habitação e Saneamento

Neste tema, observa-se que a fragmentação da atuação dos municípios é muito prejudicial à consecução de suas atividades.

Assim, deve-se buscar realizar um trabalho de articulação dos planos municipais de saneamento e resíduos sólidos, com especial atenção à problemática dos lixões, uma vez que isso está fora do alcance dos municípios da região do consórcio do Tapajós.

2.5. Regularização Fundiária

“O Terra Legal lá é ilegal”. Raulien Queirós - Prefeito de Jacareacanga

É urgente a questão da Regularização fundiária. A área de expansão urbana está em contínuo crescimento, afetando, consequentemente, o entorno dos municípios. Os empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida são um importante vetor de expansão urbana.

Dessa forma, é preciso envidar esforços para que se estimule a revisão dos planos diretores, para que esses reflitam a dinâmica territorial.

A não regularização de áreas rurais e urbanas é fator limitante a maiores investimentos privados, chegando mesmo a ser restritivo no caso dos investimentos públicos.

Há que se debater, finalmente, a visão de futuro para as cidades e regiões - como ficará a cidade nos próximos anos, tendo em vista a chegada de grandes empreendimentos e a, consequente dinâmica demográfica e pressão nos contornos urbanos?

A proposta para resolução desses problemas é a Regularização fundiária urbana e rural.

2.6. Segurança Pública e Mobilidade Urbana

A Infraestrutura urbana deve ser estudada com cuidado, tendo em vista o fluxo constante e aumento do tráfego entre os municípios.

Os municípios mantêm com recursos próprios as ações de segurança pública na região, o que causa precariedade na oferta desse serviço. Alerta-se que a Bolívia está a 400 km de Itaituba e o acesso até lá não tem nenhuma posto de fiscalização federal – polícia rodoviária.

Nesse sentido, a ADT deve abordar o tema de segurança de tráfego entre os municípios, buscando incentivar a melhoria da sinalização viária, bem como a estruturação de ações de fiscalização (Polícias Federal e Rodoviária Federal).

2.7. Esporte e Lazer

Visando à melhoria da qualidade de vida da população local, há a demanda por construção de infraestrutura de esporte e lazer.

3. Fortalecimento Institucional (Dimensão Institucional)

Este eixo foi organizado nos seguintes temas: Capacitação, Gestão, Finanças, Acesso a Programas de Governo.

3.1. Capacitação

Os atores locais identificaram como uma importante deficiência regional a baixa qualificação profissional do corpo técnico das prefeituras, notadamente na área administrativa e de planejamento. Para melhorar este quadro, indicou-se a necessidade de haver um curso de gestão pública da UFOPA na região, bem como estabelecer parceria com a Escola de Governo do Pará.

Lembrou-se, ainda, que o Consórcio Tapajós aguarda a replicação dos cursos sobre construção de PPAs e elaboração de projetos oferecidos pela SPI - via Escola Nacional de Administração Pública - aos gestores estaduais.

3.2. Gestão

Existe a necessidade de modernização da gestão, sobretudo na área de Tecnologia da Informação; cada município gerencia diferentes sistemas não integrados entre si (protocolo, orçamento, finanças, RH, patrimônio etc.). Como resposta, sugeriu-se que o consórcio adote uma solução conjunta, como por exemplo, a utilização do sistema e-cidades ou similar, que permita o diálogo entre as diferentes bases de dados.

As prefeituras também encontram dificuldade na manutenção de um quadro de servidores de carreira. Com rotatividade elevada resta difícil o investimento em capacitação de pessoal. Dos servidores que permanecem, diversos são cedidos para as administrações estadual e federal. Sabe-se que um servidor capacitado tende a permanecer por mais tempo em um mesmo local de trabalho, diminuindo o absenteísmo e a rotatividade. Assim, além de realizar concursos públicos com frequência, o Consórcio deve criar um plano de capacitação de servidores dos quadros municipais, com o intuito de evitar absenteísmo e evasão de mão de obra.

3.3. Finanças

“Reunião de prefeitos é que nem velório: é só choro! Mas pelo menos sai sorrindo, porque sempre tem um pior que a gente”. Danilo Miranda - Prefeito de Trairão

Problema grave que atinge os municípios do Tapajós é a arrecadação tributária, insuficiente para a manutenção das administrações locais. Não bastasse isso, alguns municípios têm pendências no Cadastro Único de Convenentes - Cauc. A inscrição no Cauc veda a transferência voluntária de verbas de um ente para outro. Dessa forma, os municípios ficam proibidos de receber transferências voluntárias da União por intermédio dos convênios.

Com o objetivo de aumentar a arrecadação tributária, devem ser promovidas ações com vistas a viabilizar a regularização fundiária e, ato contínuo, aumentar a arrecadação do Imposto sobre Propriedade Territorial Urbano - IPTU, bem como o Imposto sobre Propriedade Territorial Rural – ITR.

Um mecanismo constitucional para aumentar a arrecadação é a opção, pelos municípios, de arrecadação do ITR, de maneira que, assim procedendo, os municípios teriam 100% do valor do ITR, ao invés de repartirem metade com a União.

Outro mecanismo capaz de aumentar a arrecadação é o incentivo, por parte das administrações tributárias, de emissão de notas fiscais.

3.4. Acesso a Programas de Governo

Os municípios ressentem-se da falta de informações sobre os Programas do governo federal e estadual, o que deverá mudar com o esforço em curso, de alinhamento dos PPAs dos três níveis de governo e, no plano prático, com a disponibilização por parte da SPI de aplicativo (sistema informatizado) que permite a identificação dos Programas Federais por área de interesse ou pelo(s) ministério(s) envolvido(s).

4. Inclusão Produtiva e Meio Ambiente (Dimensão Ambiental e Territorial)

Este eixo foi organizado nos seguintes temas: Qualificação Técnica e Extensão Rural, Regularização Fundiária, Infraestrutura Local, Fomento à Produção, Comercialização e Geração de Renda.

4.1. Qualificação Técnica e Extensão Rural

Foi identificada a necessidade da criação de cursos técnicos profissionalizantes e de graduação voltados para a realidade regional, sobretudo focando a questão da agricultura familiar e do uso sustentável dos recursos naturais, propiciando a formação de técnicos e pesquisadores locais, que possam atuar em benefício da região.

A atual estrutura de Assistência Técnica e Extensão Rural estatal (Emater) é precária para o atendimento às famílias da região, também sendo um objetivo buscado pelo Consórcio a melhoria destes serviços.

Além disso, visualizou-se a possibilidade de constituição de cooperativas prestadoras de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, bem como eventuais cooperativas de produtores poderão constituir áreas específicas para prestarem também estes serviços.

4.2. Regularização Fundiária

Embora tratado no Eixo Acesso a Direitos, aqui este tema merece destaque especial, pois está na raiz das limitações de todas as cadeias produtivas vinculadas ao uso da terra. A ausência da regularização dominial é um forte inibidor de investimentos, dada a incerteza sobre os cenários futuros, desestimulando inclusive a captação de crédito para atividades produtivas.

4.3. Infraestrutura Local

Trata da importância do apoio do Poder Público na implementação e melhoria da infraestrutura local, voltada à produção e comercialização dos produtos locais. Isto inclui, além das já citadas estradas vicinais da região, equipamentos como armazéns, entrepostos comerciais, feiras do produtor e melhor organização das feiras-livres.

Também foi tratada a questão da dificuldade do escoamento da produção devido à baixa oferta de transporte de cargas locais (fretes), tornando este serviço caro e com frequência irregular.

5. Fomento à Produção, Comercialização e Geração de Renda

A realidade regional demanda intensificação de recursos tecnológicos nas cadeias produtivas, com grande possibilidade de agregação de valor aos produtos atualmente existentes na região, sem nada ainda dizer sobre a eventual introdução de novas atividades e produtos agrícolas ou pecuários.

Dentre as atividades e práticas atuais, algumas se destacam por sua importância econômica e social, e sobre estas foram apresentadas propostas e ideias, como a seguir.

i. Uso da Floresta:

Grande parte da exploração da madeira na região é praticada de forma predatória, mesmo porque, via de regra, não considera outros usos possíveis da floresta, nem a sustentabilidade da atividade ao longo do tempo.

Há uma demanda por projetos que propiciem a exploração racional dos recursos da floresta, havendo grande expectativa pela implementação dos Planos de Manejo Sustentável nas Florestas Nacionais (Flonas) da região.

Também aqui se demanda a estruturação de mercados e incentivos à indústria local no sentido de agregação de valor a estes produtos (movelaria, óleos vegetais, frutas, artesanato com produtos locais).

ii. Pecuária:

Nota-se que é uma atividade importante também para a Agricultura Familiar.

Destaca-se necessidade da intensificação do uso de tecnologia, com o objetivo de aumento do rendimento da atividade, o que por sua vez, em tese, diminuiria a pressão do desmatamento da floresta nativa.

Volta aqui a importância da existência de serviços de ATER de boa qualidade na região.

iii. Garimpo e Mineração:

As grandes empresas de mineração estão tomando o lugar de pequenos produtores, deixando-os à mercê da própria sorte, uma vez que essa mão de obra não é realocada do mercado de trabalho.

A região enfrenta também dificuldades com o garimpo, porque a atividade não tem uma política clara para atender os pequenos garimpeiros.

É imperiosa, portanto, a regularização da atividade garimpeira, com a definição das áreas exploráveis, compatibilizando sua existência com o processo de licenciamento ambiental e recuperação das áreas já degradadas. Além disso, deve-se buscar estabelecimento de claras, tanto para as grandes empresas como para os pequenos produtores.

iv. Fruticultura:

Ainda em estado embrionário, pois o cultivo de frutas da floresta é ainda incipiente, havendo praticamente o extrativismo.

Propõe-se como estimulador da atividade a existência de agroindústrias regionais que permitam o processamento e conservação das polpas de frutas, o que poderia se dar por meio de cooperativas. Estas, por sua vez, demandariam apoio ao Poder Público para sua implantação e investimentos iniciais.

v. Outras Atividades

Há ainda uma gama de atividades econômicas de menor expressão ou mesmo inexistentes, mas que, na visão do Consórcio, deveriam ser estimuladas e fomentadas pelo Estado, como o Artesanato (caso da fibra da banana e outros), a Aquicultura (inexistente); a Pesca (importância razoável) - demandam por crédito e assistência técnica; o Turismo (cavernas de Rurópolis, Unidades de Conservação); e a Reciclagem, para esta foi pensada a necessidade de formação de Cooperativa de Catadores, estímulo à reciclagem do lixo doméstico e construção de Usinas de Compostagem.

6. Infraestrutura (Dimensão Econômica)

“Há poucos anos, fazíamos em 4 a 8 dias a viagem que hoje fazemos em 4 horas.” (Relatos diversos)

Este eixo foi organizado nos seguintes temas: Logística e Transporte, Energia, Habitação e Saneamento e Inclusão Digital.

6.1. Logística e Transporte

Um entrave ao desenvolvimento da economia local e da agricultura familiar é a frágil infraestrutura para o escoamento da produção das antigas áreas de colonização e assentamentos, locais onde há necessidade da recuperação e manutenção de estradas vicinais, que na região são muitas e extensas. Este aspecto da infraestrutura local tem relação direta com futuras políticas de incentivo à agregação de valor aos produtos da região, dado que este também é um objetivo do Consórcio.

A BR-163, que atravessa todo o território e passa pelas sedes de alguns municípios, após seu asfaltamento requer obras complementares, como a sinalização ao longo da via, e dispositivos urbanos de acesso e travessia, tanto para veículos como pedestres. O mesmo se aplica à BR-230 (Rodovia Transamazônica).

Também são consideradas questões importantes ao Consórcio zerar o déficit aeroportuário regional e favorecer as condições de mobilidade aquaviária da população da região.

Objetivo antigo da região, e na análise do Consórcio cada vez mais urgente, é a construção de uma ponte sobre o Rio Tapajós para vencer a travessia Itaituba-Miritituba, hoje feita por balsas. Segundo os relatos e o que todos os estudos/prospecções afirmam, o fluxo de veículos leves e pesados vem aumentando consideravelmente nos últimos anos, e com a implantação dos portos fluviais graneleiros e a instalação das hidrelétricas na região, este fluxo

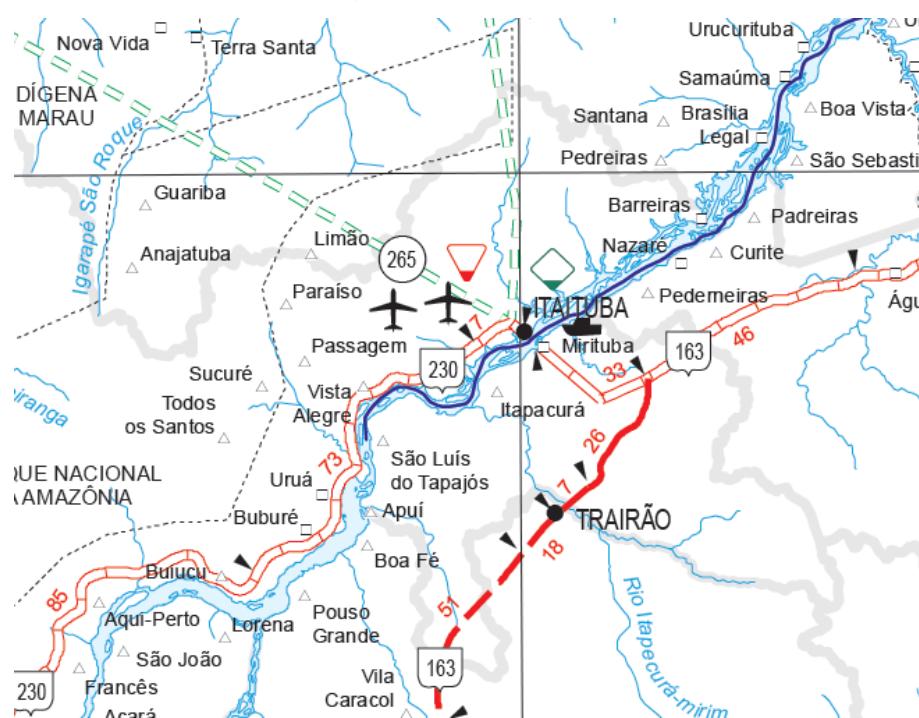
aumentará vertiginosamente, trazendo mais transtornos, custos e riscos para o transporte de pessoas e cargas.

6.2. Transporte Rodoviário - Ponte sobre o Rio Tapajós

Reivindicação antiga da região, e na análise do Consórcio de caráter urgente, é a construção da ponte sobre o Rio Tapajós para vencer a travessia Itaituba-Miritituba na BR-230, hoje feita por balsas. Segundo os relatos e o que os estudos/prospecções afirmam, o fluxo de veículos leves e pesados vem aumentando consideravelmente nos últimos anos, e com a implantação dos portos fluviais graneleiros e a instalação das hidrelétricas na região, este fluxo aumentará vertiginosamente, trazendo mais transtornos, custos e riscos para o transporte de pessoas e cargas.

A população local tem demandado a construção de uma ponte na BR-230, na Travessia do Rio Tapajós entre as cidades de Miritituba e Itaituba (vide mapa abaixo):

Figura 22 – Ponte na BR 230



Fonte: Transportes, 2009

Tal empreendimento não possui projeto e não consta na programação do Dnit, nem tampouco foi solicitada sua inclusão no PAC 3 (já em discussão no âmbito da SEPAC).

Em contato com o Dnit, este confirmou não existir EVTEA elaborado para esse empreendimento.

Desta forma, o que poderia ser coordenado pela SPI junto à SEPAC, seria a elaboração do projeto da construção dessa Ponte na carteira do PAC 3 (a ser lançado no 1º semestre de 2014).

Nossa estimativa inicial do custo da construção e do projeto dessa ponte:

- ✓ Extensão aproximada - 2,8 km;
- ✓ Custos Médios Gerenciais DNIT – Base novembro/2012:
 - Obra de Arte Especial considerando infraestrutura + mesoestrutura + superestrutura, sem considerar os acessos e as fundações especiais;
 - Considerando 10m de largura (pista simples + passeio): área total de 28.000 m².
 - Custo de construção estaiada (considerando R\$ 12.000/m²): R\$ 336.000.000;
 - Custo de Elaboração do Projeto (estudos, levantamento e sondagens) (considerando R\$ 180/m²): R\$ 5.040.000;
 - Custo estimado: 341 milhões.

6.3. Energia

Há na região do consórcio comunidades rurais muito distantes da rede elétrica integrada ao Sistema Nacional Integrado- SIN. Para essas comunidades, relativamente isoladas, propõe-se viabilizar a interligação (Luz Para Todos), ou, na impossibilidade imediata, geração local de energia.

É importante salientar que, tendo em vista sua precariedade, as interrupções no fornecimento de energia elétrica são frequentes na região.

6.4. Habitação e Saneamento

Antevendo o grande afluxo de pessoas para a região, impõe-se a expansão da infraestrutura habitacional e estruturar de forma integrada um sistema de esgoto e saneamento para a região como alternativa à moradia de risco e favelização; inevitáveis quando não são tomadas as medidas antecipatórias necessárias.

Na mesma linha, vê-se a importância da elaboração do plano regional de resíduos sólidos, visto que atualmente existem somente lixões na região.

6.5. Inclusão Digital e Bancarização

O Território do Consórcio do Tapajós tem problemas de conectividade à rede mundial de computadores. Os municípios aderiram ao Programa Cidade Digital, porém a velocidade de processamento da Banda Larga, na região, é lenta, quando não se interrompe a conexão. Há também o Programa Estadual Navega Pará, conhecido na região como “Afunda Pará”.

Todos os municípios do Consórcio, à exceção de Itaituba, não são dotados de agência bancária, o que prejudica a economia local, bem como a população.

7. Síntese dos Atores Locais

Observa-se que um dos grandes desafios é incluir os cidadãos no processo de ocupação e geração de renda, com o objetivo reflexo de combater a extrema pobreza que atinge os municípios da região. Ainda, esse processo deve zelar por um meio ambiente equilibrado, de maneira a conciliar a exploração de recursos naturais com a proteção do mesmo.

Há que se buscar o fortalecimento institucional, através da modernização da gestão e o investimento em programas de capacitação de servidores se mostram necessários. Deve-se somar a isso a modernização dos sistemas de tecnologia da informação, como forma de melhor organização dos processos administrativos e de gestão.

É fundamental o desenvolvimento de ações que visem a fortalecer a integração regional e a ligação entre as regiões produtivas e o mercado consumidor nacional, com o propósito de escoar a produção da área do Consórcio.

Os municípios apresentam déficit generalizado em diversas áreas ligadas à proteção social. Assim o acesso à saúde só é garantido por meio de hospitais instalados em outras cidades, bem como existe falta de uma equipe básica de assistência social aos desamparados e vítimas de crimes e abusos.

A oferta de ensino é precária, carecendo em especial do ensino médio, que deveria ser oferecido pelo Governo do Estado na região.

O desafio que se põe é garantir o acesso universal a essas políticas.

Nesse contexto, como forma de fazer frente às demandas do território deve-se buscar que na elaboração dos programas federais sejam consideradas tabelas de custos específicas para a região, tendo em vista a complexidade local.

Ademais, a formulação das políticas públicas não deve ser padronizada para todo o país. É fundamental, portanto, a consideração das especificidades locais na elaboração de programas federais, permitindo a apropriação da cultura regional na atuação do Estado.

Parte VI - Agenda de Convergência

A construção da ADT Tapajós teve como base a convergência de planos e ações nas três esferas de governo, por meio da análise de conteúdo dos PPAs. Diante da existência do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Tapajós, coube à SPI/MP incentivar a elaboração do PPA Territorial Participativo para a região, o qual contempla ações programadas para o curto prazo, pois o período coincide com o dos PPAs municipais que se estende até 2017. Por outro lado, a ADT trata de programas e ações para o médio e o longo prazos.

Para tanto, o processo de construção dessa ADT contou com um diagnóstico territorial amplo com informações detalhadas nas áreas social, econômica, ambiental e institucional. Dessa forma, a análise sobre setores dinâmicos, como a mineração, e consequências negativas, como o desmatamento, contribuiu para um entendimento mais preciso do território.

Entretanto, esse território apresenta uma dinâmica intensa como consequência de diversas intervenções privadas e governamentais, que sugerem uma alteração expressiva no quadro encontrado pelo diagnóstico territorial realizado. As primeiras estão relacionadas à efetivação do Corredor Logístico do Tapajós, que inclui a instalação de vários Terminais Portuários, por onde será escoada grande quantidade da soja produzida no Mato Grosso. Por outro lado, a construção programada pelo Governo Federal de usinas no Rio Tapajós também produzirão impactos na dinâmica socioeconômica e ambiental do território.

A abordagem territorial desse processo induz ao diálogo com os atores locais, o que valida a realização de oficinas em municípios do consórcio. Essa abordagem considera que o território não se restringe ao papel de receptáculo de intervenções externas, mas abarca também as relações sociais que constroem o território. Assim, a participação social em audiências públicas e oficinas de trabalho torna-se fundamental para a construção da ADT Tapajós, simbolizando uma nova forma de planejamento territorial, que contempla os anseios das comunidades locais e as intervenções públicas e privadas, cuja tomada de decisão tem origem fora desse território.

A estratégia de elaboração das ADT Tapajós almeja, portanto, inserir a dimensão territorial como elemento orientador no processo de planejamento. A partir da oferta de políticas públicas e das demandas locais, busca-se promover a articulação e pactuação federativa e a participação social. Nesse sentido, devem-se identificar as complementariedades e as convergências entre as estratégias políticas e administrativas construídas nas diversas esferas de governo (federal, estadual, municipal e, neste caso, do consórcio intermunicipal), inclusive o conjunto de ações estruturantes que emergem dessas estratégias.

Esse conjunto de ações em implementação pela administração pública das três esferas segue, na maioria das vezes, lógicas específicas a cada área (saúde, educação, ordenamento territorial, mineração etc.), e ensejam dinâmicas territoriais próprias. Assim, torna-se fundamental o planejamento regional a partir de uma efetiva articulação federativa.

Na área de educação, por exemplo, estão em andamento iniciativas de cooperação entre o MEC e as secretarias nos níveis estadual e municipal para a elaboração do plano regional.

Outra estratégia a ser adotada diz respeito à criação de grupos de trabalho com a missão específica de formulação de planos nas áreas da saúde e da mineração. O primeiro deve conter as ações necessárias para a solução dos atuais e futuros problemas, tendo em vista a expectativa de crescimento da população do território.

O Plano Regional de Mineração abordará questões articuladas com o planejamento da saúde, além de temas vinculados à regularização da atividade mineradora. Por outro lado, na área do ordenamento territorial, existe a proposta de criação de uma câmara técnica ou comitê com objetivo de se estabelecer um diálogo com o Programa Terra Legal, no sentido de se definir as prioridades de regularização fundiária.

A partir do esforço empreendido pelas comunidades municipais, pelas administrações públicas nas três esferas de governo e pelo setor privado, foram construídas a Agenda de Convergência e o PPA Territorial Participativo que integram a ADT Tapajós. O **Quadro 2** apresenta uma síntese das ações consideradas prioritárias para o desenvolvimento do território. Algumas dessas ações já constam do PPA Federal: acesso à eletricidade (Programa Luz para Todos), instalação de infraestrutura social (construção de unidades da saúde – UBS -, da educação – creches e pré-escolas e da assistência social - CRAS). Para tanto, torna-se fundamental a identificação de áreas públicas onde se podem instalar esses equipamentos sociais. Também existem ações programadas pelo governo federal, mas que não surgiram nos debates realizados para a elaboração do PPA Territorial, como a construção de aeroporto regional e o abastecimento de água.

Quanto à convergência com o PPA Estadual, estão programadas a instalação de um hospital regional, ações vinculadas à assistência Técnica rural e a expansão da universidade estadual (UEPA) para a região do Tapajós. Em razão da dinâmica econômica territorial, foram identificadas atividades que merecem atenção por parte do empreendedorismo do setor privado, tais como: indústria farmacêutica, aquicultura e beneficiamento da produção pecuária.

Outras prioridades levantadas no processo de construção da ADT Tapajós estão relacionadas à acessibilidade (estradas vicinais e ponte em Itaituba), à infraestrutura urbana (saneamento básico, habitação e melhoramento de vias), à bancarização e ao fortalecimento institucional, o qual deve se dar por meio da estruturação gerencial do Consórcio Intermunicipal do Tapajós.

O processo de elaboração do PPA Territorial Participativo contou com a realização de seis audiências públicas, uma em cada município integrante do Consórcio, nas quais houve ampla participação de representantes da sociedade civil e das administrações públicas municipais. As prioridades definidas nessas audiências foram organizadas em cinco eixos: Infraestrutura para o desenvolvimento regional; Inclusão social e cidadania; Fomento a atividades produtivas; Ordenamento territorial e gestão ambiental; e Fortalecimento institucional. Os investimentos estimados são da ordem de R\$1,9 bilhão. O detalhamento de programas e objetivos por eixo está anexado a este relatório.

Quadro 2 – ANÁLISE DE CONVERGÊNCIA

	Principais Ações	Fonte				Total
		OGU	OGU - PAC	OE/OM	Outras Fontes	
Contidas no PPA Federal	Luz para Todos, saneamento básico, creches e pré-escolas, UBS, CRAS e CREAS, diagnóstico setor mineral	24,1	124,8	-	70,3	219,2
Contidas no PPA Federal, mas ausentes do PPA Territorial	Aeroportos regionais, abastecimento de água	-	113,6	-	-	113,6
Indicações para o novo ciclo de Planejamento Federal e Estadual (2016-19)	Dispositivos urbanos e travessias, fortalecimento institucional, estradas vicinais, saneamento básico, ponte em Itaituba, unidades habitacionais, bancarização	1.020,7	847,4	102,6	139	2109,7
Demandas direcionadas ao Estado do Pará	UEPA, ATER, Hospital Regional	-	-	83,7	-	83,7
Recursos a serem mobilizados junto a atores privados e bancos públicos	Aquicultura, indústria farmacêutica, aproveitamento de resíduos, frigorífico	-	-	-	140	140
Protagonismo municipal e/ou do Consórcio	Estradas vicinais, gestão do consórcio			123		123
Total		1044,8	1085,8	309,3	349,3	2789,2

Referências Bibliográficas

- ALENCAR, A.; NEPSTAD, D.C.; McGRATH, D.; MOUTINHO, P.; PACHECO, P.; DIAZ M del C.V.; SOARES-FILHO, B. Desmatamento na Amazônia: indo além da emergência crônica. Belém: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, 2004. p. 87.
- BECKER, B. K. Amazônia. São Paulo: Ática, 1998. p.112.
- BECKER, B. K. A Amazônia e a política ambiental brasileira. pp. 22-40 In: SANTOS, M, BECKER, B. K. (orgs.) Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
- CASTRO, E. Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. Novos cadernos do NAEA, Belém, v. 8, n.2, p. 5-40, 2005.
- CASTRO, E. Políticas de ordenamento territorial, desmatamento e dinâmicas de fronteira. Novos cadernos do NAEA, Belém, v.10, n.2, p. 105-126, 2007.
- COELI, C. C. M. Análise da demanda por transporte ferroviário: o caso do transporte de grãos e farelo de soja na Ferronorte. Dissertação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto COPPEAD de Administração, 2004.
- EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Tecnologias de Produção de Soja Região Central do Brasil. 2004. Disponível em: <<http://www.cnpsso.embrapa.br/producaosoja/SojanoBrasil.htm>>.
- EMBRAPA MONITORAMENTO POR SATÉLITE. SOMABRASIL: Sistema de observação e Monitoramento da Agricultura no Brasil. Disponível em: <<http://www.cnpm.embrapa.br/projetos/somabrasil/index.html>>. Acesso em: 01/02/2014
- FEARNSIDE, P.M. Desmatamento na Amazônia brasileira: história, índices e consequências. Megadiversidade, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 113-123, 2005.
- IDESPA - Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará. IDENTIFICAÇÃO DE ÁREAS POTENCIAIS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE PAGAMENTOS DE SERVIÇOS AMBIENTAIS E REED NO ESTADO DO PARÁ. 2013. Disponível em: XXX
- IDESPA - Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará. O Estado do Pará no Contexto do Desmatamento 2013. 2013b. Disponível em: XXX

IDESPA, ADEPARA, Dinâmica da pecuária bovina e bubalina no estado do Pará: 1990-2010 - Análise das campanhas de vacinação contra febre aftosa: 2009 e 2010/ Instituto de Desenvolvimento Social, Econômico e Ambiental do Pará; Agencia de defesa Agropecuária do Pará.- Belém. 2012

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Projeções do agronegócio : Brasil 2012/13 a 2022/23 : projeções de longo prazo. 2013. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/projcoes%20-%20versao%20atualizada.pdf.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Plano de Ação para prevenção e controle do desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm): 3^a fase (2012-2015) pelo uso sustentável e conservação da Floresta / Ministério do Meio Ambiente e Grupo Permanente de Trabalho Interministerial. Brasília: MMA, 2013.

MORTON, D.C.; DEFRIES, R.S.; SHIMABUKURO, Y.E.; ANDERSON, L.O.; ARAI, E.; ESPIRITO-SANTO, F.del B.; FREITAS, R.; MORISSETTE, J. Cropland expansion changes deforestation dynamics in the southern Brazilian Amazon. Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America – PNAS. v.103, n.39, p. 14637-14641, 2006.

NASCIMENTO, C. P. Cenários da produção espacial urbana de Porto Velho. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia a) – Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2009.

RIVERO. S.; ALMEIDA, O.; ÁVILA, S.; OLIVEIRA, W. Pecuária e desmatamento: uma análise das principais causas diretas do desmatamento na Amazônia. In: Revista Nova Economia. Belo Horizonte. 19 (1), pág. 41-66, janeiro-abril. 2009.

SAUER, Sérgio (Ed.). Violão dos direitos humanos na Amazônia: conflito e violência na fronteira paraense. Goiânia: CPT; Rio de Janeiro: Justiça Global; Curitiba: Terra de Direitos, 2005. 170 p.

SILVA, J.R.S. Expansão da Sojicultura e Perspectivas da Produção de Alimentos na Amazônia Legal na Atual Crise Mundial. 2013. Disponível em: http://www.egal2013.pe/wp-content/uploads/2013/07/Tra_Jose-Raimundo.pdf

SILVA, P. G. da; XIMENES, T.; MIRAGAYA, J. F. G.; Plano BR-163 sustentável: Uma avaliação das ações públicas implementadas no sudoeste paraense. IN: Revista Amazônia: Ci & Desenvolvimento. Belém, v.4, n7, jul./dez. 2008.

SILVA, M.; Nascimento,C. P.; Coutinho, A. C; Almeida, C. A.; Venturieri, A.; Esquerdo, J. C. D. M. A transformação do espaço amazônico e seus reflexos na condição atual da cobertura e uso da terra. Novos Cadernos NAEA v. 16, n. 1, p. 229-248, jun. 2013.